

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**FRONTEIRA, IDENTIDADE, ESSÊNCIA: A BUSCA
DAS ORIGENS DO RIO GRANDE DO SUL EM
GAÚCHOS E BEDUÍNOS, DE MANOELITO DE
ORNELLAS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Neandro Vieira Thesing

Santa Maria, RS, Brasil

2015

**FRONTEIRA, IDENTIDADE, ESSÊNCIA: A BUSCA DAS
ORIGENS DO RIO GRANDE DO SUL EM *GAÚCHOS E
BEDUÍNOS*, DE MANOELITO DE ORNELLAS**

Neandro Vieira Thesing

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração História, Poder e Cultura, Linha de Pesquisa Integração, Política e Fronteira, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**.

Orientador: Prof. Carlos Henrique Armani

Santa Maria, RS, Brasil

2015

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Vieira Thesing, Neandro
FRONTEIRA, IDENTIDADE, ESSÊNCIA: A BUSCA DAS ORIGENS
DO RIO GRANDE DO SUL EM GAÚCHOS E BEDUÍNOS, DE MANOELITO
DE ORNELLAS / Neandro Vieira Thesing.-2015.
124 p. ; 30cm

Orientador: Carlos Henrique Armani
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em História, RS, 2015

1. Manoelito de Ornellas 2. Gaúchos e Beduínos 3.
Historiografia 4. Historiografia sul-rio-grandense I.
Henrique Armani, Carlos II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em História**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**FRONTEIRA, IDENTIDADE, ESSÊNCIA: A BUSCA DAS ORIGENS DO
RIO GRANDE DO SUL EM *GAÚCHOS E BEDUÍNOS*, DE MANOELITO
DE ORNELLAS**

elaborada por
Neandro Vieira Thesing

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História

COMISSÃO EXAMINADORA:

Carlos Henrique Armani, Dr.
(Presidente/Orientador)

Claudio Maíz, Dr.
(Coorientador)

Vitor Otávio Fernandes Biasoli, Dr. (UFSM)

Letícia Borges Nedel, Dra. (UFSC)

Santa Maria, 22 de abril de 2015.

AGRADECIMENTOS

Estes dois anos foram uma vertigem. Dos vários de vida acadêmica, meu crescimento pessoal nunca havia sido tão grande. Reconciliado com a Academia, vim, vi e fui sujeito de saltos tão incríveis que quase inacreditáveis. Tornei-me, definitivamente, algo bem, bem mais. Caminhei tanto e me sinto melhor por isso.

Caçando a memória, animal tão traiçoeiro, para escrever estas linhas, as finais e as mais difíceis, pois onde sempre tento me libertar da voz passiva e da terceira do plural, entendi que é um esforço inútil. Esta dissertação é sim mais um *nós* do que um *eu*. Então preciso agradecer a quem a compôs comigo.

Institucionalmente, a Coordenação do PPGH, a Coordenadora, Maria Medianeira, responsável por encher minha barriga de borboletas quando da indicação à bolsa-sanduíche e pelos puxões de orelha com a constante perda de prazos e esquecimento de deveres burocráticos. À Angélica e ao Tiago, que também me salvaram várias vezes e acostumaram-se a ouvir: "o que estou esquecendo desta vez?".

Agradecimento misturado a pedido de desculpas ao *Meister Armani* (ficou de fora na primeira versão entregue à banca). Pela forma de orientar indicando e não restringindo, parturindo caminhos às ideias, não os impondo, ouvindo e conversando horizontalmente. Mais do que tudo pela confiança no trabalho e paciência com minha "personalidade contemplativa". Ganho eu para o resto da vida: um amigo e um orientador. Respeito e admiração. Fico no aguardo do convite para aquelas cervejas em comemoração.

Família, ê. Família, á. Pai e mãe, sempre esperando o melhor para o primogênito, acudindo com elementos tão diversos, das formas todas possíveis que o querer bem tem. Gabi, cada dia sentido mais próximo e mais irmão. Meu abraço andou longe nesse tempo, voei para distâncias. Nunca deixei de carregar vocês sempre grudados, parte de mim, pra sempre. (a Evita e a Duquesa também!).

Aos *J&J Fiegenbaum Bros Blues Company*, Jones chegado agora, Joel e eu juntos fazendo mudanças há mais de dez anos. Companheiros que mais do que dividir, compartilham o mesmo teto, o cotidiano, a vida e um copo de uísque quando necessário. *Danke schön!*

Aos meus amigos, todos – não vou citar nominalmente pelo receio de esquecer e magoar alguém –, que me formam e deformam tanto. Agradeço e protocolo aqui o pedido de desculpas oficial e impresso por desaparecer nos últimos meses.

Durante os quase três meses que vivi em Mendoza, no período mais rico da minha vida, fui acolhido pelo prof. Claudio e abraçado por toda a equipe da CILHA-UnCuyo: Ramiro, Coty, todos. Além das realizações acadêmicas, apanhei o sonho antigo de viver em outro país, tendo a sorte de ser num lugar incrível pela beleza da cidade e das pessoas. São todos culpados por enamorar-me ainda mais da Argentina. Agradeço a todas as equipes dos *hostels* onde vivi, pelos *matecitos*, por preocuparem-se com o meu bem-estar e meu destino. Obrigado, principalmente, à Valentina, que abriu sua casa – dividindo a *Tama!* –, pela paciência, conselhos, auxílios mil, companheirismo, amizade e imenso voto de confiança, me tratando como a um irmão. ¡*Gracias totales!*

Também, e claro, Salomé Von Catstein e Miles Davis Jr. Jr., minhas máquinas de carinho ronronantes lambe-dorme-come, fontes e filtro de energias em forma felina. Obrigado por tantas vezes salvarem minha cabeça podre, limpando-a. Companheiros miados. Tento aprender a linguagem de vocês e agradecer o carinho puro – tento retribuir com *Whiskas saché*. Obrigado por serem ao meu lado.

Há alguém que precisa ler estas linhas e se sentir o que é delas, uma parte essencial. Desde o tempo em que eu escrevia o projeto de pesquisa ela escolheu a minha companhia. Resolveu ir ficando. E se aninhou. Obrigado por me mostrar uma parte tão iluminada da vida. Por me refugiar e confortar tantas e tantas vezes quando foi preciso. Por insistir em sorrir e falar. Pela paciência épica com o mau-humor, a instabilidade e o cenho franzido de preocupação. Por escutar meu silêncio. Por fazer *strogonoff*. Por ir me encontrar. Por ensinar e aprender. Por caminhar junto na areia, na terra e na montanha. Por estar comigo. *Luv*, baby Bê. Gratidão pela força de ter sido quem suportou mais de perto o desequilíbrio.

À CAPES e à Fapergs, pela concessão das bolsas, no Brasil e na Argentina, possibilitando a incrível aventura de ser pago para criar.

Mais do que tudo agradeço a lindeza de seguir desejos encarnados. O deslumbramento mágico de ser surpreendido pelo inesperado. Quero seguir aprendendo a não ter mais medo de abraçar e ser conduzido sem ver pelo vazio, que me habita e impulsionou ao encantamento.

Tanta coisa bela houve. Muito deu certo. Transborda: isto aqui são apenas palavras, sementes espargidas ao vento. Intenção de dizer. Tão sem originalidade quanto quaisquer outras. Tão únicas como quaisquer outras.

E suspiro cheio.

E lágrimas.

*Quero pôr os tempos, em sua mansa ordem, conforme
esperas e sofrências. Mas as lembranças
desobedecem, entre a vontade de serem nada e o
gosto de me roubarem do presente. Acendo a estória,
me apago a mim. No fim destes escritos, serei de novo
uma sombra sem voz.*

(Mia Couto – Terra Sonâmbula)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Santa Maria

FRONTEIRA, IDENTIDADE, ESSÊNCIA: A BUSCA DAS ORIGENS DO RIO GRANDE DO SUL EM GAÚCHOS E BEDUÍNOS, DE MANOELITO DE ORNELLAS

AUTOR: NEANDRO VIEIRA THESING

ORIENTADOR: CARLOS HENRIQUE ARMANI

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 22 de abril de 2015.

Em 1948, Manoelito de Ornellas publicou sua obra *Gaúchos e Beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*, inserindo-se nos debates sobre a (re)formulação da identidade regional levadas a cabo em meados do século XX no estado. Naquele momento, as disputas envolvendo o passado legítimo e os sentidos do ser gaúcho tomaram novos rumos, distintos daqueles nascidos com a criação do IHGRS e o "discurso oficial". Tanto a história disciplinar quanto os atores sociais envolvidos mudaram. Busca-se demonstrar as transformações ocorridas e como obra e autor inserem-se no âmago desse processo. Para isso, a dissertação divide-se em três capítulos. No primeiro, serão abordadas as relações do autor e sua obra com seus contextos, principalmente a cultura historiográfica sul-rio-grandense e os debates em torno da literatura regionalista, tradição de pensamento na qual se inseriu como intelectual. No segundo capítulo, realiza-se uma mescla de biografia e biografia intelectual, atentando para a trajetória de Manoelito e buscando subsídios para inter-relacionar sua produção escrita. No terceiro e último, é realizada uma análise interna de *Gaúchos e Beduínos*, procurando compreender seus pressupostos epistemológicos, as noções e representações centrais construídas, o diálogo com a cultura historiográfica do período e a inserção nos debates sobre a (re)construção identitária local durante o período de publicação. A pesquisa vincula-se à Linha de Pesquisa Integração, Política e Fronteira do PPGH-UFSM e foi realizada com auxílio de bolsa CAPES/FAPERGS.

Palavras-chave: Manoelito de Ornellas. Gaúchos e Beduínos. Historiografia. Historiografia sul-rio-grandense.

ABSTRACT

Master Course Dissertation
Postgraduate Program in History
Universidade Federal de Santa Maria

FRONTIER, IDENTITY, ESSENCE: THE SEARCH OF RIO GRANDE DO SUL ORIGINS IN *GAÚCHOS E BEDUÍNOS*, OF MANOELITO DE ORNELLAS

AUTHOR: NEANDRO VIEIRA THESING

ADVISER: CARLOS HENRIQUE ARMANI

Defense Place and Date: Santa Maria, April 22nd, 2015.

In 1948, Manoelito of Ornellas published his work *Gauchos and Bedouins: ethnicity and the social formation of Rio Grande do Sul*, inserting himself in the debates on the (re)formulation of regional identity carried out in the mid-twentieth century in the state. At that time, disputes involving the legitimate past and what is and how to be gaucho took new turns, different from those born with the creation of IHGRS and the "official line". Both history as discipline and the social actors involved changed. In this research, we try to demonstrate the transformation that occurred and how the work and the author fit into the heart of this process. For this, the dissertation is divided into three chapters. In the first, will be addressed the relations of the author and his work with their contexts, especially the historiographical culture of Rio Grande do Sul and the debates around the regionalist literature, tradition in which he was inserted as an intellectual. The second chapter takes place a mixture of biography and intellectual biography, paying attention to the trajectory of Manoelito in seek of grants to inter-relate their written production. In the third and last is performed an internal review of *Gauchos and Bedouins*, trying to understand their epistemological assumptions, notions and central representations builded, his dialogue with the historiographical culture of the period and the insertion in the debate on the identity (re)construction during the publication period. The research is linked to the Research Field Integration, Politic and Frontier of the PPGH-UFSM and was funded by a CAPES/FAPERGS scholarship.

Key words: Manoelito de Ornellas. *Gauchos and Bedouins*. Historiography. Historiography Fo Rio Grande do Sul.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 REGIONALISMO E IDENTIDADE	23
1.1 Disputas pelo passado do Rio Grande do Sul	25
1.1.1 O IHGRS e os anos 1920-1930	26
1.1.2 As renovações dos anos 1930-1950: mudanças na matriz disciplinar	29
1.2 A literatura do Rio Grande do Sul e o Regionalismo Literário	37
2 O RAPAZ POBRE DE ITAQUI: MANOELITO DE ORNELLAS E SUA OBRA	47
3 MINHA ALDEIA É O MUNDO: O RIO GRANDE DO SUL DE GAÚCHOS E BEDUÍNOS	67
3.1 Península Ibérica	71
3.2 Os desertos muçulmanos	77
3.3 O Rio Grande do Sul	81
3.4 Diálogos teórico-metodológicos	101
CONCLUSÃO	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119

INTRODUÇÃO

Enquanto campo de investigação acadêmica, a história da historiografia tem buscado novos caminhos para a análise da produção historiográfica sul-rio-grandense nos últimos anos. Problematizando as interpretações da chamada *historiografia crítica* dos anos 1980, os eruditos que produziram História local têm sido compreendidos por outros vieses que não apenas a dimensão político-ideológica.

O caminho que traz a esta dissertação insinua-se por essas novas curvas de percurso e teve como ponto de partida questionamentos sobre a historiografia do Rio Grande do Sul e suas relações possíveis com a construção da identidade regional presente, perceptível nos discursos públicos e reinterada através do senso comum. Como os processos de identificação cultural são influenciados pela escrita da história?

A delimitação mais específica do objeto, exercício árduo, relaciona-se com o que podemos chamar de um "conflito com as autoridades": seguindo os questionamentos ao trabalho de Ieda Gutfreind – ainda o grande paradigma para se compreender a historiografia sul-rio-grandense –, emergiu a figura de Manoelito de Ornellas (1903-1969), definido pela autora com o último representante da matriz platinista. *Gaúchos e Beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*, sua obra mais reconhecida, chamou atenção pela excentricidade do título e da tese. Aproximando o olhar, as definições de Gutfreind pareciam apressadas e, diante de uma apreciação mais detida sobre a trajetória do próprio autor e sua narração, inconsistentes em alguns pontos. Nasceu assim a curiosidade intelectual.

Buscando referências sobre a temática, logo encontrou-se claramente a noção fundamental de que a matriz disciplinar adotada pelos eruditos regionais para a escrita sobre o passado, ao longo do século XX, transformou-se. A memória canônica inicialmente estabelecida pelas primeiras gerações do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS) e, conseqüentemente, o modelo de como produzir História daqueles intelectuais não se mantiveram os mesmos. Com a publicação, em 1948, de *Gaúchos e Beduínos*, Manoelito marcou seu lugar no debate em torno do passado legítimo para o estado. Propõe-se que a obra possa ser tomada como um exemplo dessas transformações e disputas ocorridas na matriz disciplinar em meados do século XX, no Rio Grande do Sul.

Conjugou-se, assim, em um projeto, propensões sobre o papel do passado na construção da identidade coletiva e o envolvimento da historiografia nesse processo, com a possibilidade de revisão de alguns pontos-bases para a compreensão da escrita da história no estado mais austral do Brasil através de um autor específico. A historiografia é vista como porta de entrada

para compreender a relação mantida entre as disputas pelo passado e a consequente elaboração de certas propriedades "típicas", originais, da região sulina frente à formação histórica brasileira e ibérica – as peculiaridades da identidade.

As relações entre o saber histórico e o contexto que o gerou – e foi gerado – são foro privilegiado para compreensão da própria sociedade e dos sujeitos que elaboraram aquele discurso, demonstrando, acima de tudo, o porquê de haverem sistematizado, relatado e explicado os fenômenos acontecidos como o fizeram.

Entende-se Ornellas como parte de um setor da intelectualidade regional preocupado com o estabelecimento de uma essência sul-rio-grandense, um elemento fundamental e originário do *ser* gaúcho. A história era o local privilegiado para obtenção de matéria-prima ao empreendimento. Moldado, o passado seria capaz de sedimentar uma identidade para a região – o fim último dessa busca pela essencialidade. Acredita-se que o processo de especialização da História sul-rio-grandense é parte fundamental nos desdobramentos das disputas pela memória coletiva legítima.

No contexto de produção da obra (década de 1940), tais disputas tomaram novos rumos, distintos daqueles nascidos e defendidos pelos intelectuais envolvidos na fundação do IHGRS e do "discurso oficial". Tanto a história disciplina, quanto os atores sociais envolvidos mudaram. Manoelito de Ornellas e sua obra inserem-se no âmago desse processo, principalmente por manter relações com dois importantíssimos novos protagonistas: o movimento folclorista e o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG).

Mesmo com as transformações ocorridas, a disciplina histórica ainda era majoritariamente realizada fora da academia por intelectuais interessados em trazer ao seu presente os fatos e as circunstâncias do passado. Nesse sentido, seguem-se as indicações de Valdeci Lopes de Araújo (2006), para quem a história da historiografia deve considerar a posição do texto que analisa em relação ao seu campo discursivo, na medida em que se preocupa com as condições de possibilidade do conhecimento histórico e as distintas formas de produção da verdade histórica. Assim, a história da historiografia teria como objeto próprio "pensar as diferentes formas de acesso ao passado e como a experiência histórica revelada nesses momentos pode ser atingida por uma investigação das formas de continuidade e descontinuidade históricas".

Dessa forma, indaga-se, aqui, a historicidade do conhecimento histórico, tomando a própria historiografia como uma fonte válida para análise.¹ A construção da História, e conseqüentemente da história, faz parte da elaboração de sentido intrínseca a qualquer sociedade humana.

As sucessivas gerações de historiadores construíram "cada qual sob as luzes de seu tempo e de acordo com a maquinaria conceitual disponível, um patrimônio próprio da memória das sociedades, constituído por sua historiografia". (MALERBA, 2006, p. 11). Assim, a historiografia é compreendida como um discurso escrito que se afirma verdadeiro e legítimo. Sendo produto intelectual dos historiadores, resultado da consciência histórica, insere-se nas práticas culturais de construir sentido para o passado através da narração, tornando-se, ao mesmo tempo, uma espécie de prática cultural e estrutura mental das sociedades humanas. (RÜSEN, 2006, p. 121-122).

Na inter-relação entre *Historie* e *Geschichte*, os humanos em sociedade mostram-se: nos diversos desdobramentos da historiografia, revelam-se a produção de saberes relativos às "figurações do tempo, do passado, do presente e do futuro, da condição humana e de suas ações, de uma imagem de si e do outro, de identidades e alteridades, de indivíduos, sociedades e culturas". (NEVES, 2011, p. 8). Em um estado como o Rio Grande do Sul, que possui forte ligação cultural/identitária com seu passado, a análise da produção historiográfica mostra-se como campo fértil e relevante para a compreensão do todo social, pois "nunca uma sociedade se revela tão bem como quando projeta para trás de si a sua própria imagem". (CARBONELL, 1987 apud MALERBA, 2006, p. 21).

Adota-se como norteador metodológico a ideia da História como uma *operação*, formalizada por Michel de Certeau. Para o autor, a história é o resultado da combinação de um *lugar social* (um meio, uma profissão, etc.), uma *prática* (procedimentos de análise e regras que lhe conferem um caráter disciplinar) e uma *escrita* (o texto historiográfico). Com esse pressuposto, Certeau ressalta o caráter institucional, o jogo de forças e as regras de composição ocultas na escrita da história, permitindo compreender a História como parte integrante da realidade social enquanto atividade humana, enquanto prática. (CERTEAU, 2007, p. 66).

¹ Deve-se atentar para a ambigüidade da palavra *história*, entendida em sua dupla significação, qual seja: a totalidade das ações humanas passadas e a narrativa ou relato que delas construímos hoje. Na língua alemã essa dupla significação torna-se mais clara, utilizando-se *Geschichte* para indicar o complexo de fatos e acontecimentos, e *Historie* para indicar o pensamento histórico e a elaboração historiográfica desses acontecimentos. A esse respeito ver: KOSELLECK, 2006, p. 133-145 e p. 41-60.

Roger Chartier (2002, p. 157-160), diz que com sua obra *Certeau* lembrou aos historiadores que a história é uma instituição, uma prática e, sobretudo, uma escrita. Toda escritura histórica é uma narrativa, uma "narrativização" que organiza, numa demonstração fechada e pretensamente sem lacunas, materiais abertos e vazados oriundos dos próprios procedimentos de pesquisa. Contudo, mesmo compartilhando as propriedades comuns de todas as narrativas, a histórica é particular, pois visa produzir um saber verdadeiro, dependente da verificabilidade. O que se deve pensar, então, é esse estatuto de verdade do discurso histórico – e pensa-lo não como uma emergência do passado, intacto, das fontes, mas como o resultado de uma correlação dos dados recortados pela operação do conhecimento.

Dessa forma, a pesquisa foca-se na análise do texto construído por Manoelito de Ornellas em *Gaúchos e beduínos*. O texto histórico é visto em seu estatuto e suas implicações sociais, capaz de inserir seu autor no mundo, sendo, ao mesmo tempo através da linguagem, a ponte de ligação e a maneira de fabricar sentido desse mesmo sujeito, desvelando-lhe seu mundo ambiente. Na trama do sentido de sua narrativa, o sujeito deixa transparecer um arcabouço intelectual, gerado na interação entre individualidade-mundo social. A historicidade encontra-se, assim, no sujeito e na narrativa, indicando o momento e as condições em que tomaram forma.

Muitas dessas questões foram pensadas a partir da própria linha de pesquisa do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (PPGH-UFSM) da qual faz parte. *Integração, Política e Fronteira* traz em sua própria denominação o mote do presente estudo. Analisa-se como a noção de fronteira, no diálogo com os outros-constitutivos do estado – interno (Brasil) e externo (Prata) – foi tratada por um intelectual relevante a atuante em seu contexto. A grande tradição de debate entre a intelectualidade regional circula(va) em torno de com qual destas exterioridades o RS deveria integrar-se, sendo que o caráter fronteiro é tomado como definidor, constituinte político e cultural de uma identidade que permanece, em muitos aspectos, presente e ativa até a contemporaneidade.

Pensa-se como a noção de fronteira é tratada na obra de Ornellas, aproximando-se daquilo que Reinhart Koselleck (2006) indicou a respeito da história dos conceitos. Devemos compreender os conflitos sociais e políticos do passado por meio das delimitações conceituais e da interpretação dos usos da linguagem feitos pelos contemporâneos de então, pois toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística. Mesmo concordando com Koselleck, deve-se ressaltar que a perspectiva central da pesquisa não é

realizar uma história social contida *além* ou *após* o texto historiográfico. Segue-se aqui o caminho que acredita ser qualquer narrativa capaz de constituir mundos e, portanto, ser parte da constituição da realidade, ao mesmo tempo em que a constitui.

Nesta construção discursiva de mundos, vestem-se as concepções de Dominick LaCapra (1983) sobre os aspectos *documentário* e *ser-obra* dos textos. O documentário situa o texto em termos factuais ou literais envolvendo referências à realidade empírica e às informações advindas sobre. Os aspectos *ser-obra* suplantam a realidade empírica, adicionando ou subtraindo dela, envolvendo dimensões que não podem ser reduzidas ao aspecto documentário, principalmente no que diz respeito ao comprometimento, interpretação e imaginação, sendo crítico e transformador, pois desconstrói e reconstrói a realidade, criando algo que não existia antes dele. Cabe destacar que o autor ressalta a necessidade de se considerar ambos os aspectos nos textos e sua inter-relação. A partir dessa interação nasce a proposta sobre os seis níveis nos quais os textos devem/deveriam ser colocados para análise contextual: 1) relação entre as intenções do autor e o texto; 2) relação da vida do autor e o texto; 3) relação da sociedade com os textos; 4) relação da cultura com os textos; 5) relação de um texto com o corpus de um escritor; 6) relação entre modos de discurso e textos. Tais níveis contextuais também serão incorporados na abordagem do objeto, com indicativos e não como uma coerção metodológica.

A noção de Fronteira adotado na pesquisa aproxima-se às dimensões metafóricas e culturais, mais do que às físicas e geográficas, como impecavelmente definido por Sandra Pesavento:

Todos sabemos que as fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são, sobretudo, simbólicas. São produto dessa capacidade imaginária de refigurar a realidade, a partir de um mundo paralelo de sinais, através do qual os homens percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo. Faz parte desse jogo de representações estabelecer classificações, hierarquias e limites, que guiam o olhar e a apreciação, pautando condutas. (PESAVENTO, 2004, p. 109).

Nesse sentido, tal noção de fronteira corresponde a um marco de referência imaginária que se define pela diferença e alteridade com relação a outros, relacionando-se, assim, com aquilo que chamamos de identidades culturais – "aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso 'pertencimento' a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais" (HALL, 2011, p. 8).

Acredita-se que os intelectuais em disputa por projetos identitários, em meados do século XX, desejavam elaborar a maneira legítima de ver o mundo, estabelecer uma cultura regional, composta por instituições culturais, mas também por símbolos e representações. A

definição das origens e da essência do Rio Grande do Sul e de seus habitantes teria como prêmio o estabelecimento da identidade autêntica, a representação do mundo social mais apropriada – a que nós definirmos –, capaz de influenciar tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos e alicerçada na diferenciação entre o *ser* sul-rio-grandense legítimo e seus outros constitutivos – o Prata e o Brasil, pois toda criação de identidade implica a configuração de si e também a configuração do outro.

A dissertação organiza-se em três capítulos e foi desenvolvida com financiamento da bolsa CAPES/FAPERGS. No primeiro, serão abordadas as relações do autor e sua obra com seus contextos, principalmente a cultura historiográfica sul-rio-grandense e os debates em torno da literatura regionalista, tradição de pensamento na qual se inseriu como intelectual. No segundo capítulo, realiza-se uma mescla de biografia e biografia intelectual, atentando para a trajetória de Manoelito e buscando subsídios para inter-relacionar sua produção escrita. No terceiro e último, será realizada uma análise interna de *Gaúchos e Beduínos*, procurando compreender seus pressupostos epistemológicos, as noções e representações centrais construídas, o diálogo com a cultura historiográfica do período e a inserção nos debates sobre a (re)construção identitária local durante o período de publicação.

. CAPÍTULO 1 .

REGIONALISMO E IDENTIDADE

Os anos 1920 demarcam a culminância de um processo de transformação no Brasil que marcará boa parte do século. A modernidade avançava com força sobre a realidade do país, esgarçando os padrões da sociedade brasileira tradicional. As máquinas fecundavam o espaço, expondo o devir aos olhos dos brasileiros. Para aqueles indivíduos interessados em tentar apreender a realidade, fabricar sentido para os lugares alterados demandava novas formas de percebê-los e representá-los.

O problema a ser respondido pelos intelectuais volta a ser a nação – ou mantém-se como. A grande busca são as raízes culturais, a grande questão o como elaborar uma síntese propriamente nacional. Como criar um *Brasil brasileiro*? A agenda ultrapassava as dúvidas do como entender a nova realidade, partindo também numa busca sobre novos parâmetros para fazê-lo. Novos conceitos, novos temas, novos objetos, que permitissem ver, organizar e falar de forma diferenciada, pensar e produzir o espaço. Não apenas os objetos estavam cheios de novidade, também os olhares queriam tê-la.

Olhar e falar o nacional é olhar e falar o regional – e a tensão entre, também recolocada em novos termos. A fim de considerar um país de dimensões continentais em sua complexidade, emerge um discurso que busca nas partes a compreensão do todo, vendo a nação como um conjunto composto pela diversidade, cujas partes deveriam ser individualizadas e identificadas: "A busca da nação leva à descoberta da região com um novo perfil. Diferentes saberes, seja no campo da arte ou da ciência, são mobilizados, no sentido de compreender a nação." (ALBUQUERQUE JR, 2011, p. 53).

Emerge um novo regionalismo, distinto daquele praticado no século XIX e inícios do XX. Aquele era politicamente eivado de separatismo, intelectualmente tributado ao naturalismo, considerando as diferenças entre os espaços do país como um reflexo imediato da natureza, do meio e da raça. Os distintos climas, vegetações e a composição racial da população explicavam as diferenças de costumes, hábitos, práticas sociais e políticas, até a psicologia dos diferentes tipos regionais. O olhar baseado na biologia evolucionista via tropicalidade, exotismo e um povo miscigenado demais.² Aquilo que definia a nação brasileira era justamente o

² Aqui, como esta mudança de paradigma é sentida por Manoelito de Ornellas: "Vivíamos, na frase de Euclides da Cunha, em pleno colonato espiritual, um século depois da nossa autonomia política, pensando demasiadamente em francês, em alemão ou mesmo em português.[...] porque a geração anterior demorara demasiadamente os olhos na melancolia penumbrosa das florestas [...] A monotonia dos panoramas e o contemplativismo lírico fizeram-na

problema para a sensibilidade da *belle époque*, o calor e a umidade geravam abatimento físico e intelectual, levando à superficialidade e ao nervosismo. Os olhares eurocêntricos criavam um sentimento subalterno, condescendente em relação ao próprio país: os trópicos não eram adequados para o desenvolvimento de uma civilização e, muito menos, a maioria de mestiços e negros seria capaz de realizá-la. O Brasil era apenas uma coleção de paisagens sem síntese. (VENTURA, 1991, p. 17-18).

O novo discurso regionalista foi uma das tentativas de se acercar daquela realidade modernamente humanizada e móvel. A região passa a ser recriada pelo saber emergente de olhar sociológico. Pensada como um problema social, histórico e, principalmente, cultural, os intelectuais envolvidos na elaboração das regiões e seus regionalismos trariam à luz traços mais característicos, suas essências. Os caracteres nacionais, as tradições da cultura popular nacional, seriam a incorporação das diversas regiões do país em uma identidade para o Brasil e para os brasileiros, que suprimisse as diferenças, que homogeneizasse na originalidade nacional.

O desdobramento dos regionalismos no período republicano – enquanto um grande paradigma para a intelectualidade brasileira – é pouco estudado. Durval Muniz (2011, p. 57-60) vê nos embates entre regionalismos visões e interpretações que buscam imporem-se como nacionais, na tentativa de fazer com que seus costumes/tradições, crenças e relações sociais pudessem vigorar como o modelo a ser generalizado para o restante do país. Segundo o autor, até o Modernismo não escapou ao regionalismo, prezando uma visão na qual se toma o espaço a partir de onde se fala como centro explicativo nacional, criando um discurso de São Paulo como berço da nação moderna, civilizada e industrial, polo irradiador – e para onde deveriam voltar-se as inteligências *modernas* – de tais transformações para o Brasil.³

Enquanto "instrumento de apreciação da realidade", o regionalismo se inscreve no centro do processo de formação da intelectualidade no Rio Grande do Sul. Os intelectuais locais, até pelo menos os anos 1970, criaram e alimentaram uma "tradição escrita que de uma só penada ditava os cânones de uma estética (o regionalismo literário), de uma disciplina (a

triste e pessimista. A paisagem monopolizara-lhe a visão. E desacreditara do resto" (ORNELLAS, 1939, p. 19-20).

³ Durval Muniz cita o espanto de Oswald de Andrade ao conhecer Recife e perceber o grande centro urbano em modernização veloz. O movimento em si, política e estrategicamente, deixa-se levar pelas redes de relações regionalistas, sendo uma "reação regionalista, senão provinciana" contra a hegemonia cultural do Rio de Janeiro. Incomodava aos modernistas que São Paulo, centro econômico e possuidor de grande influência política, não ocupasse a ponta da produção intelectual. O modernismo "vai reelaborar o fato regional, mas não abandoná-lo. A gritaria modernista contra o regionalismo se inscreve muito mais em uma estratégia política, de unificação do espaço cultural do país, a partir de São Paulo e da linguagem e visão modernistas. Alguns projetos modernistas vão subsidiar as próprias ambições de hegemonia política paulista, no plano federal." (2011, p. 68-69). A adoção de Euclides da Cunha como "antepassado do movimento" também não é ingênua: para ele, os paulistas eram o centro da história do Brasil.

história regional) e de um objeto de conhecimento", qual seja, as características originais do estado e as propriedades supostamente congênicas e definidoras do tipo humano característico. (NEDEL, 2007b, p. 407).

Dessa forma, dizer "regionalismo sul-rio-grandense" é pensar numa tradição de pensamento, estabelecida ao dar identidade ao espaço e aos próprios intelectuais. As produções culturais, em sua maioria, dialogarão com esta tradição, seja para criticá-la ou continua-la, valendo-se dela como um meio de conhecimento e reflexão sobre a realidade. O regionalismo, enquanto interesse redivivo pelas questões da terra e de seus ocupantes, em forma de tradução artística ou pesquisa social, nesse sentido, aponta traços quase ontológicos.

Diante do outro-constitutivo Brasil, paralelamente, a ênfase na singularidade e a simultânea afirmação do pertencimento atravessam as constantes (re)definições da identidade interna, a fim de retratar o Rio Grande como um todo homogêneo. O regionalismo também atravessa – ou é atravessado – a tensão entre autonomia e integração.

Olhar através do regionalismo para a intelectualidade é uma maneira de procurar o lugar de Manoelito de Ornellas. Erudito polígrafo, fez da região seu principal objeto, centrando sua produção escrita na atuação literária e historiográfica, fundamentalmente, participando ativamente da (re)elaboração do espaço. O autor segue em sua trajetória individual o próprio percurso da escrita regional, originário nas representações literárias como forma privilegiada, posteriormente especializando-se no ensaio histórico, quando da progressiva especialização e modernização das disciplinas e saberes locais.

Nos segmentos do capítulo a seguir, procura-se ponderar os desdobramentos da historiografia e da literatura no Rio Grande do Sul como contextos que atravessam Manoelito e sua obra. A solução identitária oferecida pelo autor – a resolução do "dilema da fronteira" por meio de uma conciliação de antagonismos na forma da ancestralidade ibérica – é vista como relacionada a um novo contexto, de novos problemas, novos olhares que os regionalismos do século procuram solucionar.

1.1 Disputas pelo passado do Rio Grande do Sul

A historiografia brasileira procurou, ao longo do século XIX e em grande parte do XX, explicar a substancialidade nacional. Substancialidade, identidade e busca do ser brasileiro eram objetivos daqueles autores. *Ser* é entendido como o fundo de "permanência na mudança,

aquilo que dá estabilidade, constância e imutabilidade, diante do devir, este um modo de pensar que engloba tudo, duvidando de toda a fixidez." (BAUMER, 2002, p. 37).

Dentro dessa busca do *ser* nacional e das disputas em torno de sua legitimidade, a relação entre os predicados do propriamente nacional e do propriamente regional foram – e ainda são – uma dança intrincada. Especificamente sobre o Rio Grande do Sul, a relação da região com o Brasil é marcada pela tensão permanente entre autonomia e integração. O estado pode ser visto como um caso de regionalismo constantemente evocado, atualizado e repostado em momentos históricos distintos. Enfatizar as peculiaridades do estado e simultaneamente admitir seu pertencimento ao Brasil constitui um dos principais suportes da construção social da identidade sul-rio-grandense, projetada do passado até nossos dias, informando a ação e criando práticas no presente. (OLIVEN, 2006, p. 13-14).

Entre as disputas pelo passado, o estabelecimento das origens e da essência, através da memória coletiva legítima do Rio Grande do Sul, investigada pela historiografia, teria como prêmio a definição de uma identidade cultural autêntica, a representação do mundo social mais apropriada.

1.1.1 O IHGRS e os anos 1920-1930

Ieda Gutfreind (1992) é a referência clássica para se pensar o processo de estabelecimento da historiografia regional. A autora defende que a década de 1920 marca uma nova orientação nacionalista para a produção sobre o passado regional, com a criação e consolidação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS). Até então, a historiografia escrita por Alcides Lima, Assis Brasil e Alfredo Varela aproximava histórica e culturalmente o estado do Prata, com objetivos políticos autonomistas republicanos de diferenciação em relação às demais regiões da nação, voltado para si mesmo e capaz de sobreviver graças às suas potencialidades próprias.

A fundação do IHGRS demarca o nascimento do "discurso histórico das classes dominantes sob o capitalismo", escreve Gutfreind (1992, p. 23). A instituição se transforma no local por excelência para a definição da disciplina no estado, monopolizando o discurso legítimo, estabelecendo os parâmetros válidos e exercendo papel de "tribunal da história", autenticando ou rejeitando toda a historiografia produzida no RS.

Seguindo o modelo do IHGB, o Instituto manteve uma ligação íntima com o governo estadual, que se comprometeu diretamente através do financiamento de pesquisas e

fornecimento de receitas à academia em si. O célebre resgate de Aurélio Porto da história da Revolução Farroupilha guardada no Arquivo Nacional foi tarefa realizada com financiamento público.

A historiografia tradicional⁴ estabelecida pelo IHGRS partia do Estado e da nação, alicerçada em uma narrativa político-administrativa e em feitos militares. Gutfreind defende que existiriam duas grandes matrizes interpretativas: *lusitanistas* e *platinistas*. Filiavam-se à primeira os historiadores que defendiam a predominância do elemento português na formação do estado; à segunda, os que sustentavam uma influência do elemento espanhol oriundo do Prata. Os temas fundamentais de divergência foram, grosso modo, a negação ou afirmação do separatismo da Revolta Farroupilha, a legitimidade de se considerar as Missões Orientais enquanto história do estado e qual seria o caráter/formação do gaúcho.

Para os lusitanistas, o Rio Grande deveria ser retratado como portador de uma "missão patriótica" na condução dos destinos políticos do país. A validade do argumento foi encontrada por meio da erudição documentária em torno dos inúmeros combates armados em defesa da unidade nacional, tramando o enredo da "província sacrificada" para a defesa das fronteiras. Aurélio Porto afirma que "nossa gente" possuía um "tipo notadamente diverso do de seus irmãos de outras circunscrições do país", diferenças "do tipo físico, trabalhado, nas primeiras fases de vida histórica por lutas cruentas em que nos debatemos [impulsionando] as nossas virtudes cívicas, o nosso amor à Pátria." (PORTO, 1934 apud GUTFREIND, 1992, p. 48).

O evento-síntese da história regional, a Revolução Farroupilha, foi totalmente depurada das pretensões autonomistas, sepultando qualquer resquício de laços com a política platina. No parecer de Othelo Rosa e Darcy Azambuja sobre a obra *História da Grande Revolução*, de Alfredo Varela, o posicionamento hegemônico no IHGRS é claro:

Faz-se mister, portanto, que isso seja dito alto, bem alto, de forma a ser ouvido por todos, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, por nacionais e estrangeiros, por sábios e ignorantes, por amigos e inimigos: somos brasileiros de origem lusitana com todas as qualidades do tipo, resultante da fusão do melhor português, do melhor silvícola americano e do melhor brasileiro. Refiro-me ao açoriano, ao guarani, ao mameluco paulista. (PARECER, 1934 apud SILVA, 2010, p. 170).

Percebemos, também, a reafirmação da sociogênese lusitana do povo gaúcho (e do tipo em si) na fusão entre portugueses e indígenas – prevalecendo a ascendência europeia, o sangue

⁴ A definição de historiografia tradicional segue a síntese de Peter Burke (1992): prioridade à história política tradicional, narrativa dos acontecimentos, grandes ações dos grandes homens, prioridade das fontes documentais escritas, busca das motivações que levaram aqueles "grandes vultos" a tomar decisões e a objetividade da história e do historiador.

superior. O gaúcho platino e o gaúcho brasileiro passam a ser diferenciados. Além da tessitura racial que os diferenciava, o primeiro era identificado com o caudilhismo hispânico e a desordem, o segundo, com o senso de disciplina, capacidade de sacrifício e propensão a atos de bravura.

Mesmo opondo-se, a conclusão fundamental de Gutfreind estabelece ambas as vertentes, a partir dos anos 1920, como um "binômio tautológico", devido a possuírem mesma origem social de enunciação – as elites regionais – e um mesmo objetivo político – inserir positivamente o estado no contexto nacional, legitimando a tomada do poder central com a Revolução de 1930, reflexo intelectual da "harmonia de interesses" das elites políticas locais e nacionais do período.

A partir deste momento e desta instituição, a matriz lusitanista estabelece-se como discurso majoritário, "vencendo" a disputa por seu discurso, naquele momento, traduzir melhor os interesses da elite regional em sua agenda nacionalista. Ainda que as duas matrizes entendessem a história do RS como resultado da exploração colonial portuguesa, a problemática ligação ao Prata levou os platinistas a um progressivo enfraquecimento e perda de credibilidade intelectual: em 1930 já não existiriam mais espaços diante da hegemonia lusitanista.

Gutfreind utiliza como chave de leitura para esse processo as ligações políticas e ideológicas dos autores, minorando os debates e divergências epistemológicas internas. O que havia no IHGRS era um *eclético teórico* entre seus membros. Não existia uma "discriminação filosófica específica" comum a todos, mesmo com a presença indelével do positivismo comtiano, o que invalida a classificação como historiadores positivistas unicamente, por ser esta uma definição homogeneizadora de "um grupo que apresenta diversidades internas". Havia "uma interpenetração de doutrinas, de filosofias e de crenças. Utilizavam-se autores e suas ideias como forma de ilustração, e muitos deles foram mudando de orientação com o tempo" (GUTFREIND, 1992, p. 119).

Mesmo não abrigando um discurso equânime, havendo grupos com projetos distintos, o IHGRS encontrava-se numa produção de caráter historicista, seguindo preceitos caros à cultura histórica oitocentista. O objeto era entendido como realidade externa ao analista. O documento, considerado "fiel depositário da verdade", a quem os estudiosos "delegavam toda a objetividade reclamada por um saber que, na realidade, apenas conciliava o necessário teor 'verídico' das narrativas às funções seletiva e afetiva – não crítica – da memória, enquanto instância de sacralização do passado." (NEDEL; RODRIGUES, 2005, p. 165). Concentrados

sobre o tema das "origens", estabeleceu-se como "fundadores do Rio Grande" os agentes da conquista lusitana e os heróis farroupilhas.

A nova mentalidade, então, impregnada pelo nacionalismo pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918), girou em torno da construção da unidade nacional. O Rio Grande do Sul deveria assemelhar-se ao Brasil, semelhança existente desde sempre. Criou-se a imagem de um estado forte, com líderes capazes de estar à frente do poder nacional, justificando seu esforço e alcance conseguido com a Revolução de 1930. Tal foi a tarefa que os construtores da história gaúcha se impuseram desde a década de 1920, e "essa orientação apresenta seguidores até a atualidade". (GUTFREIND, 1992, p. 23).

1.1.2 As renovações dos anos 1940-1950: mudanças na matriz disciplinar

A partir da década de 40, a memória canônica estabelecida pelas primeiras gerações do IHGRS e o modelo de como produzir História preconizado pelo Instituto começam a ser problematizados e criticados. O objetivo geral contido na escrita da história ainda mantinha o mesmo norte – a relação entre região e nação, a afirmação dos intelectuais "da província" em relação aos locais centrais de produção e consumo cultural no país (Rio de Janeiro e São Paulo) e o capital simbólico advindo –, mas agora com a conversão da antiga missão política de projeção do Rio Grande ao poder central em uma missão de reabilitação externa da imagem cultural do estado e de seus representantes. (NEDEL, 2007, p. 86).

No centro do país – local das principais editoras, espaços de sociabilidade intelectual, instituições consagradas – os debates se renovavam marcados por um projeto mais amplo de repensar a sociedade brasileira através de sua formação, (re)discutindo a busca da identidade nacional.

De acordo com Vilhena (1996) pode-se compreender os debates sobre os rumos da pesquisa social brasileira, entre meados da década de 1930 à década de 1960, em torno de três modelos intelectuais conflitantes e em busca de afirmação. A vanguarda sociológica paulista, localizada na Universidade de São Paulo (USP), a partir dos anos 1950, atuando de forma autônoma em relação ao poder central devido à própria posição que aquele estado ocupava (principal economia, mas não o centro do poder). Um segundo grupo podia-se identificar no Rio de Janeiro, ligado ao Estado em órgãos como o Iseb e a universidade. Um terceiro grupo seria o que o autor identifica como o Movimento Folclorista, o qual teve atuação mais destacada no final da década de 1940 e nos anos 1950, pensando a sociedade brasileira a partir do regional

e da cultura popular como essenciais para a formação de identidade nacional, cujo modelo a ser seguido era o regionalismo pernambucano e a obra de seu mentor, Gilberto Freyre.⁵

Os três caminhos procuravam modernizar a pesquisa no país, rompendo com as abordagens hegemônicas entre a maior parte da intelectualidade de então, pautadas em teorias científicas e evolucionistas.

No estado, o sonho de "agauchar o Brasil", unindo forças em prol da Revolução de 30 foi frustrado, e os próprios protagonistas observaram que nos modelos consagrados de cultura brasileira, o RS havia ficado de fora, investindo em alimentar uma memória oficial alicerçada num panteão político-militar. A percepção dos limites de interlocução com nomes reconhecidos da produção escrita nacional colaborou para que se manifestasse uma vontade de "atualização científica" como "precondição de reconhecimento da comunidade intelectual mais ampla à validade das discussões locais." (NEDEL; RODRIGUES, 2005, p. 174).

A percepção da "insignificância dos debates paroquiais na agenda intelectual brasileira" (NEDEL, 2007, p. 99) atingiu toda a produção escrita do estado.⁶ Nacionalmente, a gauchesca e seu tipo ideal não conseguiam evocar as qualidades essenciais do brasileiro – sobretudo em comparação ao sertanejo. O alicerce dessa convergência de opiniões é que a tradicional fusão entre o gaúcho heroico e o agente da conquista lusitana consolidou-se internamente num momento em que, no centro e em outras regiões do país, os estudos sobre folclore e cultura popular passavam a ser valorizados.

Sentindo a rejeição aos "livros da província", vários intelectuais fizeram coro às críticas ao regionalismo conservador local, que manteve a valorização da estirpe lusitana/imperial dos heróis farroupilhas e republicanos, enquanto a nação brasileira afirmava-se como mestiça. "Todos concordavam que, no Rio Grande do Sul, ao contrário dos estados do Nordeste, sobrava tradição política e 'faltava cultura popular'". Concluiu-se que: "o artificialismo desfigurador e homogeneizante dos retratos heroicos do gaúcho é que teriam diminuído o grau de representatividade da gauchesca diante de outras produções regionais." (NEDEL, 2007, p. 102-103).⁷

⁵ Cabe destacar que somente em 1942 é fundada a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, da Universidade de Porto Alegre (UPA), da qual fazia parte o curso de História e Geografia – ainda assim voltado para a formação de docentes e não pesquisadores. Até aquele momento, os indivíduos interessados na escrita da história do Rio Grande eram eruditos diletantes sem formação específica. (RODRIGUES, 2013).

⁶ "O *regionalismo* (termo, dizemos nós, com que sempre, erradamente se procurou definir a literatura terrígena do Rio Grande do Sul, como se regionalistas não fossem as literaturas do Centro e Nordeste do país)" (ORNELLAS, 1969, p. 59).

⁷ Manoelito sente a rejeição e o senso comum em relação ao Rio Grande no todo Brasil: "Se além das nossas fronteiras nos conhecem apenas como um povo guerreiro, que já não somos, a incompreensão vem da nossa displicência, do nosso indiferentismo, do nosso criminoso dar de ombros. A crítica nacional, que analisa a nossa

O problema não era o regionalismo em si, mas as formas de trabalhá-lo, os critérios de autenticidade mobilizados nesse trabalho. As críticas dirigiam-se para o regionalismo de feições "heroicas", o que não excluiu a legitimidade dos temas regionais ou locais, do contrário, as conclusões regionalistas mantiveram-se.

Assim, no período posterior ao Estado Novo, principalmente, o revisionismo alastrou-se sobre grande parte das obras preocupadas com a origem e a formação regional, motivado pelo desejo dos intelectuais de transporem os limites do local e incluírem o estado no arcabouço cultural da nação. Ocorreu, então, um processo de atualização e readequação conceitual e temática das narrativas aos novos parâmetros de representação da nacionalidade, adotada tanto por antigos defensores do regionalismo literário (Dante de Laytano, Darcy Azambuja, Manoelito de Ornellas), como por intelectuais de peso engajados no projeto revolucionário de 30 que naquele tempo recomendavam seu abandono, como Augusto Meyer.

A renovação de esforços para conciliar a região à nação, segundo Nedel e Rodrigues (2005), criou dois grupos dentro do IHGRS, ambos preocupados em preservar a unidade cultural da nação, mas por caminhos e formas divergentes sobre a contribuição do Rio Grande para a composição do Brasil.

O primeiro grupo contém autores como Souza Docca, Othelo Rosa e Moysés Vellinho, para quem a história do estado era a crônica da brasilidade conquistada belicosamente pelo RS, documentalmente comprovada. O lugar diferenciado do estado no conjunto nacional dava-se pelas vias de ter "optado" por integrar-se ao conjunto nacional, tendo a Guerra dos Farrapos papel fundamental neste processo. Narravam-se práticas políticas, diplomáticas e de guerra dos militares luso-brasileiros, privilegiando os espaços da campanha e da fronteira oeste. Fundamentalmente, era a manutenção do modelo de história tradicional, focado na contribuição dada pelo Rio Grande à nação vinculado à conquista armada.

No segundo grupo veem-se autores como Dante de Laytano, Athos Damasceno Ferreira, Manoelito de Ornellas e Walter Spalding, investindo na diversificação dos temas de pesquisa, mais focados em aspectos culturais, especificamente na cultura popular, influenciados pelas ciências sociais, principalmente os estudos folclóricos – seja pelas ligações com vanguardas

literatura, desconhece tanto os nossos valores do passado como os nossos valores do presente. [...] Quase todas as histórias modernas, de literatura nacional, não mencionam os nossos expoentes, na ficção, no conto, na poesia, no ensaio, na história.

Parece até que falamos outra língua, porque todos nos desconhecem. E, quando nos descobrem, ou nos revelam como raridades de um mundo fantástico ou nos precipitam nos juízos mais dispares, não raramente injustos e suspeitos. É necessário que reajamos. [...] Já não somos um vasto acampamento militar de fronteira, como no Império nos julgavam..." (ORNELLAS, 1940, p. 18-19).

modernistas, ou por apreço à temática gauchesca platina ou por adesão ao culturalismo de Freyre. Tentava-se afirmar a unidade do território brasileiro – e da nação – por meio da heterogeneidade cultural, permitindo, então, a reciprocidade cultural do Rio Grande com seus vizinhos do Prata. Assim, a região, para pertencer ao todo, também deveria ser diversa em si: fala-se das Missões, da serra e do planalto. Narram-se as práticas religiosas, festividades, cooperações. Admitem-se outros sujeitos históricos, como os negros e os indígenas.⁸

As concepções do primeiro grupo foram majoritárias. Para os historiadores dissidentes do IHGRS, a solução encontrada foi mergulhar mais fundo no passado atrás de um "gaúcho visto de baixo", do povo que gestou a nação – e aqui reside a importância da historiografia para este período. As provas da fiel participação gaúcha na formação do perfil autêntico brasileiro seriam fornecidas não mais pelo "recurso sistemático à progenitura de líderes guerreiros, mas pela seleção dos traços adequados à vinculação do 'povo' gaúcho com o padrão cultural sintetizado na fábula original das três raças." (NEDEL; RODRIGUES, 2005, p. 174).

Há, por exemplo, os desdobramentos regionais do Movimento Folclórico Brasileiro, com a criação da Comissão Estadual do Folclore (CEF) em 1948, indicando uma das vias às tentativas de atualização teórico-metodológica. Desdobramento local da Comissão Nacional do Folclore (CNFL) – organizada na capital do país como parte da convenção internacional de criação da UNESCO em 1947 –, a CEF local foi um dos núcleos mais ativos dentre as várias Comissões estaduais, criadas em prol da institucionalização de estudos com este caráter no Brasil. A partir de 1958, a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro e as Comissões (tanto central, quanto estaduais) mantiveram um programa de estudos visando atender, primeiramente, um levantamento folclórico nacional, a luta pela preservação das heranças culturais e regionais e sua integração no calendário cívico nacional; em seguida, a introdução do folclore no ensino formal em níveis fundamental e superior. Tais estudos inseriam-se no processo de modernização das Ciências Sociais no país, e almejavam a padronização de critérios seguros de trabalho e análise, uma "compreensão científica da cultura popular" comprometida com a

⁸ Há um claro conflito entre a História canônica e a validade epistêmica dos novos objetos culturais/folclóricos: "O folclore não é somente um perfil da História. É, muitas vezes, um índice orientador sobre a origem dos acontecimentos. A História oficial é a relação cronológica dos fatos e fundamenta-se na opulência dos arquivos. [Mas] uma outra História se escreve, sem o prestígio da imprensa e a consagração erudita das cátedras. É a história que o povo, ator e espectador imediato, alinhava em trovas humildes, em ritmos de danças, em romances e décimas, em frases e sentenças que se tornam populares. É a obra comum que a todos pertence e cujo autor ignorado jamais reivindica a paternidade gloriosa." (ORNELLAS, 1966, p. 87).

inclusão das populações rurais na sociedade nacional, ao contrário do folclorismo anterior, literário, amador, saudosista: "de gabinete". (NEDEL, 2011, p. 195).⁹

Ao atuar para refundar a legitimidade da produção historiográfica local, procurava-se também recuperar a dignidade do tipo e a reputação dos autores encarregados da produção cultural do Rio Grande.

Mesmo sem propor grandes rupturas epistemológicas com a historiografia inspirada na tríade taineana do meio-raça e momento, essa espécie de 'história social' desafiava os limites estreitos da crônica política baseada na vida e na obra de mandatários do Estado. Ela reabilitava, além disso, a validade de fontes não-oficiais, até ali preteridas pelos historiadores em favor da documentação diplomática. (NEDEL, 2007, p. 104).

A relevância para estes autores da obra de Gilberto Freyre foi fundamental, nos sentidos mais vastos. No que tange a concorrência nacional entre os grupos intelectuais regionais, havia uma aliança tática, coadunando as propostas do regionalismo pernambucano com o sul-rio-grandense nos anseios de consagração intelectual além do espaço de origem, já que ambos os grupos compreendiam-se como periféricos, fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo. O regionalismo tradicionalista pernambucano falava diretamente aos sul-rio-grandenses apegados a suas raízes.

A ênfase de Freyre na compreensão da região como o ponto de partida para o entendimento do Brasil estimula os "escribas da província" a reconstruírem os caracteres distintos da *região*, integrando a particularidade cultural do Rio Grande do Sul nos limites da "civilização lusitana", ao mesmo tempo em que não eliminavam – ou melhor, potencializavam – as idiosincrasias.¹⁰

Contudo, se o Nordeste fora eleito como o núcleo gerador do Brasil no plano simbólico, as origens da sociedade brasileira residiam em tempos e lugares anteriores à incorporação do Rio Grande ao território, ocorrida já no século XIX. Para resolver esse impasse, em uma conferência intitulada *Continente e Ilha*, lida em novembro de 1940 na Biblioteca do Estado do Rio Grande do Sul, o próprio Gilberto Freyre ofereceu uma espécie de saída metodológica,

⁹ No âmbito estadual, o movimento foi disputado por dois grupos de interesse: de um lado, os eruditos da CEF, ligados à Comissão Nacional; de outro, um grupo de estudantes secundaristas que ao longo das duas décadas seguintes acabariam constituindo-se nos ideólogos do chamado *Movimento Tradicionalista Gaúcho* (MTG). Sobre os desdobramentos dessa disputa, a identificação inicial de alguns eruditos com o MTG e as dissensões posteriores ver: NEDEL, 2011.

¹⁰ "A História do Brasil é feita da História de seus Estados.", diz Manoelito, "Pernambuco, São Paulo e o Rio Grande não poderão disputar a primazia das grandes datas (Guararapes, Bandeiras, Farrapos), pois todos pertencem ao todo comum, grandioso e indivisível." (ORNELLAS, 1940, p. 17).

descrevendo a forma pela qual o Império português soube estender sua influência ao sul, por meio dos luso-brasileiros e açorianos (NEDEL, 2007).

A ideia central da palestra é a de que, ao lado do sentido continental do esforço colonizador na América, a "civilização atlântica" teria se forjado não apenas baseada na expansão de um centro rumo às áreas periféricas, mas também através de "ilhas sociológicas" de energia lusitana, localizadas em áreas economicamente estratégicas, as quais posteriormente se converteram em regiões culturais – um "arquipélago sociológico ou cultural de proporções continentais". A colonização açoriana a partir de casais, no extremo meridional do Brasil, seria um fator de estabilização da conquista portuguesa sobre uma área conflituosa. A densidade adquirida por essa herança ilhoa, suficiente para deter as influências castelhanas, serviria à assimilação de futuras correntes migratórias que, uma vez aculturadas, prestariam serviço ao "adensamento do espírito nacional". (FREYRE, 1973, p. 141-172).

Assim, uma parte da produção escrita do estado buscou desenvolver uma tese *culturalista* para a formação do Rio Grande, desde o ocaso do Estado Novo, articulando elementos geográficos, linguísticos, históricos, numa abertura às Ciências Sociais, passando a utilizar conceitos como "aculturação" e "assimilação".¹¹

Percebe-se, então, que os caminhos diversos seguidos por esses autores estão além unicamente de partidarismos políticos e circulam, também, no terreno dos modelos de como se escrever a História/história do estado. Dessa maneira, parece que a questão da historiografia gaúcha não era unicamente "o dilema da fronteira", ou seja, apenas uma dicotomia platinista/lusitanista ou separatista/integracionista. O problema era a História elitista que se fazia nas academias do estado.

Ao cruzar-se com a sociologia de Freyre, a disciplina histórica refundou suas legitimidades intelectuais diante da modernização "científica" da pesquisa social brasileira do período, olhando para seus antecessores como obsoletos, acusando-os de comprometimento ideológico e levando adiante a tarefa de inserir "uma formação regional 'desviante' nos quadros de uma cultura brasileira elaborada segundo a linha de representação plural", fundada pelos

¹¹ Uma pequena citação pode elucidar, através da atenção à obra do mestre de Freyre, os parâmetros através dos quais o autor fundamentava seus estudos e o *culturalismo*: "[Franz Boas] dava ênfase ao conceito de 'cultura', combatendo o evolucionismo biológico, racial. Boas não acreditava que a pobreza estaria reservada aos mestiços ditos 'biologicamente inferiores'. A raça não seria determinante sobre o meio cultural. Os grupos diversos de uma mesma raça respondem diferentemente aos desafios geográficos, econômicos, sociais, políticos, criando culturas distintas. Como os meios antropológicos estavam marcados pelo determinismo geográfico e racial, esta ênfase na 'cultura' traria uma mudança significativa na pesquisa social. Os fenômenos culturais são complexos e não se submetem a leis. Boas negava o determinismo, o evolucionismo, o cientificismo e se aproximava do historicismo alemão com sua ênfase na cultura e na relatividade dos valores". (REIS, 2010, p. 143-44).

modernismos da década de 20 e institucionalizada em plena recomposição político-administrativa dos anos 1930-1945. (NEDEL, 2007, p. 108).

Um exemplo claro desse interesse comum dos literatos regionais em projetar o estado para o Brasil, culturalmente, legitimando a qualidade do saber produzido localmente em âmbito nacional – ao mesmo tempo em que internamente incrementava o sentimento afetivo dos leitores pela terra natal –, é percebido na publicação da revista *Província de São Pedro*. As revistas – e demais publicações culturais escritas de ampla circulação – são um espaço de divulgação do saber letrado e socialização intelectual, podendo ser compreendidas como veículos de transmissão de ideias e vértice para a formação de redes intelectuais entre os autores envolvidos.

Mara Rodrigues (2010), em estudo comparando as trajetórias biográfico-intelectuais emblemáticas de Moysés Vellinho e Érico Veríssimo nota que a *Província de São Pedro*, publicada entre 1945 e 1957, preocupava-se em divulgar um panorama genérico da cultura local, por meio da publicação de uma ampla gama de temáticas. Em quase todas as edições, nos editoriais, cartas ou notas, ressaltava-se a chancela e os comentários de intelectuais "nacionais", procurando demonstrar o estreitamento de laços e a inserção em espaços políticos e culturais de consagração nacional. Habilitar externamente a imagem cultural do estado era habilitar também seus porta-vozes legítimos.¹²

Como pressuposto dos novos moldes para o regionalismo intelectual havia o afastamento das elites culturais vinculadas à Editora do Globo da política, no sentido de lutas governamentais. A revista explicitava claramente as intenções "culturais" regionalistas, consistindo numa reação desta elite às novas condições nas relações centro/periferia e ao antigo regionalismo tradicionalista. Além do afastamento do regionalismo político – "gauchizar o Brasil" – a linguagem e o público visado são outros, constituindo-se nos próprios intelectuais e na população escolarizada e politicamente interessada. Cabe destacar que o "cultural" não exclui totalmente a política, pois a define como um fenômeno regional, em que a unidade cultural é também a unidade geopolítica, em suas relações com a unidade maior, constituída pela nação. (CORADINI, 2003, p. 135-136).

Mesmo Moysés Vellinho – e a maioria dos historiadores regionais do período – tendo mantido um "padrão de escrita" fundamentado na crônica política, episódica, privilegiando a

¹² "O Rio Grande tem uma História e um passado de heroísmo e cultura que foi abafado pela nossa própria negligência. Sejamos menos bovaristas e teremos cumprido com a terra o dever a que fugimos, a cada passo, temendo o ridículo das nossas próprias tradições, quando elas superam, em excelência e beleza, as tradições que importamos e que são, muitas vezes, nocivas ou funestas à nossa forma de vida." (ORNELLAS, 1966, p. 144).

tradição militar e, principalmente, a preponderância étnica luso-brasileira no seu tipo regional gaúcho bravo defensor íntegro das fronteiras, os autores dissidentes do IHGRS – classificados por Gutfreind como *platinistas* – também foram publicados na *Província de São Pedro*, demonstrando confluência de interesses sobrepostos aos partidarismos políticos individuais, ou mesmo coletivos.

Dessa forma, na recuperação da historicidade dos processos e atores envolvidos nas lutas pela imposição de projetos específicos de interpretação do passado, a especialização da História no estado, as mudanças na matriz disciplinar e as disputas sobre o passado ao longo do século XX demonstra que:

Ao invés da "sobrevivência" de leituras "platinistas" da cultura regional originadas da virada do século, o que os anos 40 e 50 mostram é o aporte de importantes modificações ao panorama intelectual do estado, com o aparecimento de abordagens diferenciadas sobre sua história, além do alargamento do campo de atuação de pesquisadores e o consequente reacender ou florescer de rivalidades entre eles (NEDEL; RODRIGUES, 2005, p. 172).

O que se vê não é tanto uma sucessão linear do predomínio de tendências interpretativas opostas, mas sim a coexistência permanente de grupos e atividades intelectuais que focalizam contraditoriamente a representação do espaço regional. A relação mesma entre passado e presente é, em si, histórica. Mudam-se as regras para a escrita historiográfica, muda também a explicação/compreensão explícita ou implícita – e a sociedade onde é gerada. A versão sobre o passado, estabelecida pelas regras do saber histórico, perde força e passa a ser questionada. A verdade do passado remete mais a uma ética para ação presente do que a uma problemática de adequação (pretensamente científica) entre "palavras" e "fatos".

Toda uma geração de intelectuais sul-rio-grandenses, neste período, teve de rever suas estratégias de inserção na produção cultural nacional. O Rio Grande, historicamente difícil de ser representado simbolicamente no arcabouço nacional, levou seus porta-vozes culturais a entrar em disputa novamente pela legitimidade. Diante das novas representações da identidade nacional brasileira – regional e popular – de meados do século XX, havia a preocupação em participar dessa identificação, evidenciando que os atributos compósitos do todo eram também aqueles da parte.

Diante da expansão do mercado editorial operada nesse período, o cenário era favorável à circulação das "proposições romanescas e historiográficas que abrasileiravam a cultura do estado", redigidas para um público mais amplo que excedia o círculo erudito, o que também aumentou o número de produtores de cultura letrada – e as disputas. De acordo com a

perspectiva daqueles autores, a conquista dos gaúchos no século XX não deveria mais ser de fronteiras e territórios, ou postos no governo central do país, como na Revolução de 1930, mas "sim de mercados mais ampliados para os produtos culturais do extremo sul brasileiro." (RODRIGUES, 2010, p. 995).

O que parece ter acontecido na historiografia local é a renovação do sempre presente esforço de conciliação entre região e nação – através de novas formas de retratação do primeiro sem ameaça à unidade do segundo. Reorganizando a relação da parte com o todo, permitiu-se operar sobre a antiga ambivalência constitutiva do Rio Grande fronteiriço desde um novo ponto de vista. Através dos costumes, da tradição oral, do cotidiano, do folclore a defesa do pertencimento à "civilização luso-brasileira" continua, mas desviando-se em direção ao fortalecimento das *regiões culturais*, vistas como vitalidade da cultura nacional.

1.2 A literatura no Rio Grande do Sul e o Regionalismo Literário

Se Literatura e História nasceram e caminham irmanadas pelo ato de narrar, no Brasil meridional as relações entre ambas aproximam-se do incesto, dado o duradouro grau de intimidade entre os tipos de produção escrita. O caráter de constante interimplicação entre o registro histórico e a narrativa ficcional é apontado por diversos críticos como uma característica da literatura sul-rio-grandense. Dentro do panorama nacional, os autores do estado são os que mais usam o processo de formação histórica do território como temática e cenário.¹³

Por suas especificidades, é possível utilizar a expressão "literatura gaúcha" sem receio, enquanto campo autônomo, mas não isolado, da arte literária nacional. Regina Zilberman (1992, p. 171-174) caracteriza a prosa sul-rio-grandense por quatro aspectos principais, inter-relacionados: 1) o círculo de atuação tem como fronteira o próprio estado e os seus autores dialogam quase exclusivamente com o público local, com poucas exceções; 2) a persistência do Regionalismo, devido à característica anterior, principalmente; 3) a opção pela temática marcadamente social, que também se relaciona com o aspecto anterior; a incidência de

¹³ "Nós, os gaúchos, vivemos sempre às voltas com nosso passado: é uma espécie de obsessão, talvez motivada pelo lamentável quadro do tempo presente. E nos constrange bastante descobrir também no passado um florilégio de desatinos: revoluções fracassadas, degolas por ninharias, ampliações criminosas de latifúndios, heróis de honra duvidosa, coronéis prepotentes." ASSIS BRASIL, Luis Antônio de. Tratado mínimo das grandes famílias. In: FISCHER, Luís Augusto; GONZAGA, Sergius (org.). *Nós, os gaúchos*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1995.

ficcionistas dedicados ao romance psicológico é baixa; 4) a reduzida adesão aos movimentos de vanguarda artística.

Nascida relativamente tarde, a literatura mais consistente no Rio Grande veio à luz sob o signo de um Romantismo tardio, já contestado no centro do país. A Sociedade Partenon Literário estabeleceu-se em fins de 1860 e imprimiu marcas indeléveis: eleva o tipo humano do gaúcho ao patamar de herói, para o qual o espaço fronteiro da campanha é o palco e as escaramuças farroupilhas, o tempo. Apolinário Porto-Alegre, Bernardo Taveira Jr. e os demais pioneiros foram os responsáveis pelo estabelecimento no estado de um *sistema literário*.¹⁴

As imagens do Centauro dos pampas e do Monarca das coxilhas, criadas pelos pioneiros literários, conjugaram os interesses dos receptores e dos escritores naquele momento, elaborando uma epopeia com verossimilhança histórica, prolongando-se à contemporaneidade no imaginário coletivo. Os escritores do Partenon realizaram a "arrumação poética do desejo nacional de ver-se reproduzido na literatura", forjando o herói regional e abrindo as portas para o regionalismo posterior. Encarnando os ideais de "valorização da liberdade e de seus heróis, os gaúchos; a rejeição do escravismo e a adesão ao programa liberal ou republicano; a promoção do Rio Grande do Sul como local onde se exerce a liberdade, corporificada pelo campeiro", os literatos forneceram um espelho e uma orientação ao pensamento dos líderes políticos. A manutenção do mesmo grupo político no governo do estado assegurou a permanência do gaúcho mítico nos discursos por um longo período. (ZILBERMAN, 1992, p. 43-46).

Demonstrando, mais uma vez, a intersecção entre história e literatura, o Regionalismo foi fruto de um novo contexto social. Com o fim da Guerra do Paraguai, os anseios separatistas voltaram à tona e direcionaram a atenção dos intelectuais da definição diante do outro para a diferença entre nós – os brasileiros. O tipo ideal desenhado pela estética romântica – indígena – passa a ser privilegiado em prol da investigação dos tipos regionais, símbolos mais adequados. No Rio Grande do Sul, a origem mestiça estabelecida para o gaúcho assegurou a continuidade entre as definições dos tipos literários, o "modelo moral", inclusive, foi mantido o mesmo, heroico, bravo, destemido e disponível para a ação desinteressada.

¹⁴ Antônio Cândido distingue claramente entre *manifestação literária* e *sistema literário*: "(...) *literatura* propriamente dita, considerada aqui como um *sistema* de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes duma fase. Estes dominantes são além das características internas (língua, temas, imagens), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura *aspecto orgânico* da civilização. Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes de seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns a outros." (CÂNDIDO, 1981, p. 23). Um sistema literário compõe-se em dois planos, de um lado, escritores e público leitor, de outro, a formação de uma tradição, com as gerações interagindo pela via crítica.

As escritas literárias surgidas nas diversas regiões do país afastadas dos grandes centros urbanos almejavam representar seu local dentro da criação, tentando romper com a imitação de padrões externos – os "espaços de civilização" – e a falta de originalidade decorrente. A "cor local" deveria ser fornecida por meio da transferência de "elementos históricos (a tradição), imaginários (lendas e folclore) e naturais (a paisagem e o homem num estágio tido como puro, ainda não civilizado)". (ZILBERMAN, 1992, p. 47). A eleição do tipo humano, portador de uma linguagem e costumes específicos diferenciavam-se do mais global, concebendo os sujeitos como fruto de seu espaço circundante, impresso nesses, moldando hábitos e modos de ser.

De acordo com Pedro Brum Santos ([sem data], p. 3), o projeto de "difundir marcas que, ao mesmo tempo em que lhe garantissem uma almejada especificidade regionalista, expressassem um esforço conjugado com o objetivo de afirmar a própria identidade da região" estava claro e presente desde as primeiras manifestações artísticas em solo gaúcho. O papel dos literatos nesse projeto foi importantíssimo:

A identidade ecoa laivos patrióticos plantados pelo romantismo e, ancorada sob a égide de uma cultura letrada, responde à necessidade de se estabelecer a unidade da província. (...) Planifica-se, assim, o que concebemos como cultura rio-grandense, na confluência da história de formação e dos interesses que movem as nascentes instituições. Os escritores, ou, mais amplamente, a cultura letrada cumprem importante papel nessa planificação. (SANTOS, [sem data], p. 3).

A busca das peculiaridades regionais relaciona-se com o estabelecimento de uma identidade para a região. Mostra-se a noção de que cumpre à literatura – e à cultura letrada como um todo – estabelecer a identidade com o meio, valendo-se, para tanto, de elementos retirados da história/História e dos hábitos locais.

Cabe destacar que tal busca pela particularidade não inclui pesquisa formal e sim o aproveitamento das sugestões captadas pelo escritor, por meio de observação direta. Os membros do Partenon concebem o habitante do campo segundo a perspectiva de homens urbanos que eram – dirigindo-se a outros homens urbanos.

Dessa forma, o regionalismo literário relaciona-se intimamente com a identidade construída para o estado. As culturas nacionais são compostas, em grande medida, de símbolos e representações: "uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos." (HALL, 2003, p. 50).¹⁵ Dentre os símbolos e representações encontra-se a produção literária.

¹⁵ Para Hall, essas identidades nacionais são parâmetros essenciais para a análise das identidades no mundo moderno. Como parte de seu argumento, defende serem estas identidades sistemas de representação cultural ideal,

A dinâmica literária sulina possui grande relevância para se compreender os desdobramentos contemporâneos da autoimagem elaborada pelos habitantes deste território. A feição pitoresca estabelecida pelos escritores no século XIX, além de determinar as linhas de produção escrita local, conseguiu ultrapassar os limites da literatura, plasmando-se no imaginário coletivo e permanecendo como elemento identitário do habitante do Rio Grande do Sul.

As tintas que pintaram a cor local, contudo, não mantiveram sempre os mesmos tons. Lígia Chiappini de Moraes Leite (1978) percebe que houve, no mínimo, quatro regionalismos na literatura sul-rio-grandense: um romântico, que idealizou o herói-gaúcho e o passado guerreiro; um tradicional, de cunho real/naturalista, que fixou as transformações da sociedade campeira e o desaparecimento do antigo gaúcho, preocupado em anotar a linguagem e o folclore dos campeiros; um terceiro que se propôs a transformar a tradição sob o influxo do modernismo – em seu interesse pelos temas locais e raízes culturais brasileiras – com base no modelo de Simões Lopes Neto e, ainda, um regionalismo que se pode designar crítico ou social, na medida em que denunciou a desestruturação da sociedade campeira e a proletarização do gaúcho.

No primeiro momento, a personagem principal é o homem da Campanha, valorizando esse espaço, sua estrutura e o já mencionado conjunto de valores. A primitiva sociedade rural do estado divide-se em proprietários e peões, não existindo antagonismos ("democracia rural"), mas solidariedade, por compartilharem virtudes humanas e valores (coragem, belicosidade, desejos de liberdade: a vida independente, autossuficiente). Integrado à ordem social e natural, o gaúcho participa do caráter cósmico da configuração regional (ZILBERMAN, 1980), onde tudo o que é necessário para sobrevivência e felicidade do ser humano está contido; o inimigo passa a ser o homem de outro espaço. A Guerra dos Farrapos é o espaço-tempo ideal, por propiciar a aventura e refletir os ideais.¹⁶

de determinado povo, forjadas e forçadas. Constituem-se como um discurso, portanto, precisam construir sentidos e organização, influenciando e construindo nós mesmos, compondo-se de cinco elementos: (1) narrativa do enaltecimento nacional, fornecendo uma relação de pertencimento com algo maior e do qual nos sentimos orgulhosos em fazer parte; (2) a ênfase em determinada tradição, uma essência imutável; (3) a invenção dessa tradição ancestral; (4) um mito fundador; (5) a noção de ser descendente de um determinado povo puro. Excetuando-se a ligação a um povo puro, todos estes aspectos estão presentes na literatura/cultura/identidade imaginada para o Rio Grande do Sul.

¹⁶ Regina Zilberman (1980) vê uma contradição inerente neste período da prosa regional. Se de um lado, há a propagação do mito democrático e da narração de um herói "subalterno", de outro evidencia-se o desejo do estancieiro de compartilhar com seus servidores as dificuldades da manutenção e expansão de seus privilégios sociais, expostos na propaganda separatista, que era a condição de sua autonomia econômica. "Por isso, as narrativas apresentam uma parceria ideológica acima da divisão social, assim como uma harmonia com a natureza e a valorização do passado. Todos estes aspectos marcam a ambivalência dos heróis e assinalam o caráter totalitário do universo criado (...) de modo que o regionalismo sulino tinha todas as condições para gerar uma narrativa de cunho épico sendo esta eventualmente sua grande aspiração." (p. 37-38).

Entre 1910 e 1930 ocorre a "fase áurea do Regionalismo", quando o "passado de lutas e valores é encarado com um sentimento nostálgico." (VÉSCIO, 1995, p. 23). Os maiores nomes deste segundo momento são Simões Lopes Neto, Alcides Maya e Ramiro Barcellos e seus gaúchos que "passam a configurar um ideal de comportamento não mais político, mas ético, em comparação com a atualidade." (ZILBERMAN, 1985, p. 45). Tem-se consciência do mito, os eventos que servem de cenário já não são mais contemporâneos dos escritores e o passado é o lugar perfeito que serve, acima de tudo, para acusar a dissolução do presente vivido pelos escritores.

Simões Lopes Neto cria a figura-síntese de Blau Nunes, em *Contos Gauchescos* (1912), campeiro que através de seus causos fala do passado que testemunhou. Alcides Maya enfatiza os aspectos sombrios e decadentes da sociedade rio-grandense da segunda metade do século XIX; *Ruínas Vivas* (1910) fala de pobreza e marginalidade com a desagregação da ordem campeira. Ramiro Barcellos, com *Antônio Chimango* (1915), satiriza Borges de Medeiros, denunciando os excessos centralizadores e autoritários da política local.

O narrador, que antes era exterior aos eventos passa a incorporar a perspectiva dos protagonistas, seja por meio da narrativa em primeira pessoa ou, quando anônimo, da identificação com a visão de mundo dos camponeses, imiscuindo as linguagens: "só então a oralidade da fala da região transporta-se de modo natural para a literatura, neutralizando a distância, até então persistente, entre o mundo do narrador e o das personagens." (ZILBERMAN, 1985, p. 29). Simões Lopes Neto, o grande exemplo deste período, tenta recuperar o gaúcho dos tempos da formação, vendo os personagens a partir de suas próprias vozes, ao tempo em que os "gaúchos históricos" quase não existiam mais.

Enquanto o Brasil era sacudido pelos ventos do modernismo paulista, Darcy Azambuja publica *No galpão* (1925), portando-se como legítimo sucessor de Simões Lopes Neto, atualizando a linguagem e conservando seus principais temas e estilo. Os elementos revolucionários do modernismo não foram absorvidos amplamente tanto pela poesia como pela prosa no Rio Grande do Sul. A poesia manteve o vínculo com a estética simbolista e a prosa assumiu uma índole conservadora, remanejando os traços da narrativa regional a fim de utilizá-los na reafirmação de determinada realidade rural e tipo humano. (LEITE, 1978). Novamente não há ruptura com o passado literário.¹⁷

¹⁷ Ligia Chiappini adota um tom de crítica diante do "conservadorismo" das letras locais, que foram pouco tocadas pelas vanguardas modernistas. Para Luís Augusto Fischer, a explicação para a não identificação com a vanguarda paulista reside no fato de que aqui a prática literária existente diferenciava-se da do Centro e as críticas dos modernistas não faziam sentido. Não que fossemos conservadores, tradicionalistas etc, do contrário, a poesia de inspiração simbolista do estado – e de outras regiões periféricas do país – estava muito mais afinada com a episteme

A partir de *No galpão*, apontam-se dois percursos para a prosa regionalista: explorar a marginalização do trabalhador rural e as transformações pelas quais a economia gaúcha passava, ou manter-se na valorização de um passado cada vez mais idealizado. Ambos "os trajetos foram percorridos pela prosa sulina, sendo que, na década de 20, destacou-se a segunda alternativa e, nos anos 30, vingou a primeira, acompanhando a revolução do romance brasileiro." (ZILBERMAN, 1980, p. 65).

A ficção aparecida na década de 1930 amplia a temática, rompendo com o monopólio da gauchesca. O Regionalismo dispõe-se a responder aos novos tempos, diferenciando-se bastante da produção anterior, rompendo com os pré-modernistas, desejando rasgar o véu protetor com o qual o ufanismo remanescente do Romantismo havia lhe coberto.¹⁸

Adotam-se duas técnicas modernistas: o autor "vê de dentro a realidade retratada [dando] margem à assimilação entre o assunto e a técnica literária; [valorizando] uma linguagem atual, sintética e atinente ao contexto das personagens, como fazem Graciliano Ramos, José Lins do Rego e Jorge Amado." (ZILBERMAN, 1992, p. 82). Pela primeira vez, no Rio Grande, a prosa afinou-se com os percursos da ficção brasileira. A novela e o romance passam a ser as formas privilegiadas, em detrimento do conto, e o auge se dá entre 1935 e 1945.

Antônio Cândido (1989, p. 141-142) diz que a grande transformação da chamada prosa de 30 – que para os críticos do Centro do país designa-se *romance nordestino* ou *regionalista* – diz respeito a uma nova consciência expressa em novas temáticas e estilo, passando-se da "consciência de país novo", crédula de um destino glorioso, para a "consciência do subdesenvolvimento", voltada à exposição das feridas sociais, gerando um romance desmistificador – algumas décadas antes de economistas e políticos.

O processo de transformação da tradicional estrutura econômica do estado, associada à pecuária e à vida no campo passa a ser visto através de uma postura investigativa, diagnosticando a natureza do fenômeno e suas causas. O homem do campo é agora o peão assalariado:

A proletarização do gaúcho, representada literariamente por esses escritores (...) amplia o quadro de referências, pois incorpora a circunstância social dentro da qual se insere a personagem e que determina seu comportamento. A ficção de 30 insiste na

e a sensibilidade *Belle Époque*: "prática literária existente, sistêmica, em parte enraizada nas questões e cenários rurais locais (naquilo que se chama de *gauchesca*), e em outra parte urbana, cosmopolita e afinada com uma atitude estética e espiritual da Europa Ocidental." (FISCHER, 2007, p. 435).

¹⁸ No estado, a Livraria e Editora do Globo transformou o panorama intelectual regional. Editando autores novos, clássicos da literatura universal e duas revistas (*Revista do Globo*, entre 1929-67, e *Província de São Pedro*, entre 1945 -57), congregou escritores, críticos, intelectuais em geral, marcando a modernização do campo intelectual sul-rio-grandense.

dimensão sociológica do tema e da figura humana, imprimindo nova orientação à problemática regional. (ZILBERMAN, 1992b, p. 15).

Tal regionalismo crítico trata a história do Rio Grande do Sul de forma diferenciada. A Guerra dos Farrapos – até então cenário privilegiado – acaba perdendo sua hegemonia enquanto tempo-cenário: "sua apresentação vem a ser precedida pela ficcionalização dos eventos relativos à ocupação e povoamento do Sul. Os textos ou remontam ao período de formação regional ou acompanham os episódios envolvendo a imigração europeia". (ZILBERMAN, 1985, p. 46).

O autor mais significativo é Cyro Martins, com sua célebre *Trilogia do gaúcho a pé*. *Sem rumo* (1937) e *Porteira fechada* (1944) abordam temáticas semelhantes, os protagonistas Chiru e João Guedes são homens despojados do campo, que ao serem obrigados a se afastar da terra que oferecia seu sustento acabam marginalizados nas cidades, sem espaço. *Estrada nova* (1954), ao focar-se no poder dos coronéis, sugere que a desagregação daquela ordem e as transformações podem ser positivas, se possibilitarem uma nova mentalidade e uma nova ordem. Vale ressaltar que Cyro Martins não dignifica a penúria do gaúcho, como Darcy Azambuja, mas insiste que é um processo decorrente do servilismo centenário ao qual estão submetidos.

Pedro Wayne, em *Xarqueada* (1937) procura retratar fielmente os aspectos sórdidos do grande símbolo da economia rio-grandense: a charqueada apodrece, emanando injustiça e degradação. Aureliano de Figueiredo Pinto, com *Memórias do Coronel Falcão* (1937), em meio ao declínio do protagonista, vê a corrupção como uma chaga que se espalha do poder político institucional para as mais diversas dimensões da vida social.

Na poesia, a despeito das tendências gerais intimistas e voltadas para o presente, os últimos anos da década de 20 veem surgir alguns autores que buscam articular a estética modernista – introduzida no estado por Augusto Meyer – ao tema localista, mas de maneira diferenciada: "A identificação com a terra não tem o mesmo sentido da revolta modernista contra a literatice estrangeira. No RS, o cultivo do temário e do linguajar obedece a tendências literárias locais, como que determinado pela própria natureza". (SCHÜLER, 1987, p. 146). Vargas Neto, Ruy Cirne Lima e Manoelito de Ornellas compõe a chamada "poesia campeira", traduzindo em versos o modo de ser, sentir e pensar dos gaúchos retratados pela segunda geração regionalista. Para os poetas, o eu lírico conjuga reminiscências individuais à memória coletiva (ARENDDT, 2009).

Na década de 1940, a ampliação temática e a revisão histórica levadas a cabo pelo regionalismo crítico vão inspirar novos autores, que refletem sobre a colonização do estado. Viana Moog, em *Um rio imita o Reno* (1939), aborda o tema de outra colonização do território, a dos imigrantes alemães, denunciando o racismo antibrasileiro e o isolamento das colônias – sugerindo a existência de simpatizantes do nazismo que, então, iniciava-se na Alemanha.

Manoelito de Ornellas publica *Tiaraju* em 1945, voltando-se ao episódio deflagrador da formação sul-rio-grandense, na desagregação das Missões ocasionada pelas Guerras Guaraníticas. O autor vê os acontecimentos sob a perspectiva local e mítica/indígena, retomando a lenda "Lunar de Sepé" da tradição popular, fixado por Simões Lopes Neto. O herói é Sepé Tiaraju, "primeiro caudilho rio-grandense", líder dos guaranis contra os exércitos de Portugal e Espanha, defensor sagrado da civilização singular que havia se formado.

O autor mais significativo do período – e talvez de toda história da literatura sul-rio-grandense – é, sem dúvida, Érico Veríssimo. Inicialmente concentrado na ficção urbana, com a publicação dos volumes de *O Tempo e o Vento*, entre 1949 e 1962, vai ao cerne da tradição literária regionalista – e da própria história do Rio Grande, partindo do evento narrado por Ornellas. A monumental narrativa perpassa duzentos anos de história (1745-1945), sondando suas origens e constatando o fim de um padrão de sociedade. A história da formação, em si, é sintetizada através da simbolização em personagens: os Terra são os lusos, Pedro Missioneiro é as Missões espanholas, Capitão Rodrigo Cambará é o gaúcho andarilho, forjado nas guerras.

Como diz Luís Augusto Fischer, Erico foi e é um escritor único, não apenas por inspirar-se em padrões modernos de narrativa em língua inglesa – o que constitui uma exceção na tradição brasileira –, ou por produzir obras de diversos gêneros e temáticas, mas principalmente porque tudo isso veio "atravessado por uma interpretação relevante dos temas que se propunha. Relevante porque compreensível, relevante porque moderna." (FISCHER, 2007, p. 439).

Além disso, Veríssimo marca o fim do prestígio e privilégio da ficção Regionalista, sintetizando "o momento por excelência da transição de um Regionalismo não mais ufanista à integração de novos assuntos históricos, cujo resultado será o estabelecimento do leque de etnias que formam a nação sulina". (ZILBERMAN, 1992, p. 112). O "cânone", a partir dos anos 1950, deixou de fornecer o assunto predominante para a ficção no Rio Grande do Sul, o que não significa dizer que foi totalmente esgotado, mas que outros interesses emergiram. A preocupação com a formação do povo gaúcho – o que pode ser visto como um desdobramento do regionalismo literário – é perene, bem como tematização referente às transformações no exercício do poder.

O Regionalismo rompeu com seus princípios tradicionais, ampliou seu repertório, convertendo-se em leitura da história: a narrativa pesquisa o passado numa postura interrogativa quanto ao processo de formação étnica e, sobretudo, social. A problemática passa a ser abordada por romances históricos, voltando-se para os diversos grupos que compõem a unidade do estado e ampliando o aproveitamento ficcional do tipo humano do campo para além da Campanha: alemães, italiano, judeus, açorianos etc (ZILBERMAN, 1980, p. 92-93). Autores como Josué Guimarães, Luiz Antônio de Assis Brasil, Tabajara Ruas, Charles Kiefer e Moacyr Scliar dialogam com o passado, orientando-se no sentido de revolver as raízes históricas, na maioria das vezes, em busca da libertação das tradições por vias críticas.

Nesse movimento, a história e a literatura se interpenetram e reinterpretam. O espaço regional, seus habitantes e as peculiaridades locais no conjunto da nação brasileira são inquiridos nos discursos escritos, de modo que a criatividade maior da literatura do Rio Grande advém justamente de sua relação com o regionalismo e a história – não se atendo ao registro realista, mas lançando-se à discussão e proposição de transformações. Os debates do regionalismo literário são os próprios debates em torno da identidade regional. Dialogar com o cânone é dialogar com a identidade coletiva do sul-rio-grandense.

. CAPÍTULO 2 .

O RAPAZ POBRE DE ITAQUI: MANOELITO DE ORNELLAS E SUA OBRA

Natural de Itaquí, fronteira do Brasil com a Argentina, a trajetória intelectual de Manoelito de Ornellas surpreende pela urgência e precocidade. Nascido em 1903, com quinze anos publicou o artigo *Sugestões do Pampa*, no jornal *Gazeta*, de sua cidade natal. Com pouco mais de trinta anos, publicou a obra que lhe rendeu uma indicação para o IHGRS, *Tupan-cyretan*, tornando-se membro oficial no ano seguinte à publicação, em 1935. (ORNELLAS, 1969, p. 50).

Nascido em uma família econômica e politicamente decadente, exilada naquela cidade pelas vicissitudes da política, descendia de nobres portugueses da Ilha da Madeira, por parte de seu pai, Manoel Pedro d'Ornellas. Dos sete filhos de dona Anna Guglielmi d'Ornellas, também com antepassados nobres italianos, nascida no Uruguai e educada em Montevideu, foi o único a escolher a aventura literária.¹⁹

O encantamento pelas palavras herdou da mãe, mulher culta que lhe tomava lições num banco, ao lado da máquina de costura na qual passava tarde e noites "a embainhar e alinhar peças de linho para noivas ricas" (Id., 1969b, p. 52). Daí nasceu seu encantamento pelo mundo das palavras, aprendendo a ler inicialmente no idioma maternal nas páginas de *Tabaré*, de Juan Zorrilla de San Martín – livro que futuramente traduziria para o português, em 1948.

Seus primeiros anos escolares foram no Colégio de D. Altina, em Itaquí. Culturalmente, os contatos davam-se mais com o outro lado da fronteira do que com o Brasil: "Do litoral, ou centro do Brasil, nada ou quase nada chegava à faixa da fronteira, onde se situa Itaquí. Do outro lado, a Argentina contava com todos os meios de cultura, inclusive com uma estrada de ferro" (ORNELLAS, 1969b, p. 24). Itaquí, no que tangia à "cultura, teatro, música, modas, livros, era um reflexo de Buenos Aires, centro máximo da civilização sul-americana da época." (Ibid., p. 28).

¹⁹ O pai era primo de Gaspar Silveira Martins e chefe político do Partido Federalista do Rio Grande do Sul: "Em nossa casa funcionava o Clube Federalista. Meu pai pagava tudo; pagava os telegramas, pagava o exílio de companheiros que se refugiavam na Argentina, organizava resistências, importava armas, conspirava contra a ditadura e a truculência que se haviam estabelecido no Rio Grande do Sul. [...] A perseguição caíra sobre nós de forma inclemente, arrasadora. E quando os insucessos começaram sua ronda final, os amigos fugiram, os exaltados abandonaram seu posto [...] Ficamos sós. Aos apelos, havia como resposta, o silêncio. O silêncio e a fuga. Terminamos sós, sós e abandonados por todos." (ORNELLAS, 1969, p. 36).

Aos onze anos de idade foi enviado para o ginásio dos maristas, em Santa Maria (RS). Sem entender a necessidade do afastamento, o distanciamento dos laços familiares representou uma ruptura grande com sua infância, manifestando-se numa intensificação do contato com a solidão e os solilóquios: "Eu compreendi que estava só. Que me fizera adulto ao acordar de uma madrugada." (ORNELLAS, 1969b, p. 82).

Nessa época o pai perde os bens que lhe restavam e a família é obrigada a mudar-se para o campo, seguindo a nova ocupação de Manoel Pedro, um emprego em uma casa comercial importante da campanha, no interior de Itaqui.

Também neste momento iniciou a formação de sua pequena biblioteca, adquirindo com a economia de moedas um volume de *Os sertões*, de Euclides da Cunha. O jovem atirou-se ávido à leitura, mas a linguagem euclidiana impediu a compreensão, o que o entristeceu muitíssimo. Um fazendeiro, amigo de seu pai, percebendo a decepção do jovem diante daquela obra lhe presenteia um dicionário. Era possível. A leitura de Euclides, desde então, prendeu-o "ao nome do escritor e aos sortilégios de seu estilo", seduzido pela "orquestração de sua linguagem." (Ibid., p. 105).

Sem recursos para custear o ensino em cidades maiores, seu pai e Domingos Riopardense de Macedo criaram uma escola, para a instrução dos filhos dos fazendeiros. A ideia deu resultado e o ginásio foi dirigido por Carlos Jerlan, de origem austríaca e bacharel da Universidade de Insbruck, professor de alemão e matemática. Manoelito leu Goethe, Schlegel, Schiller. Contudo, em um ano, o mestre decidiu partir. Outro professor, o jovem intelectual pernambucano Sílvio Júlio de Albuquerque Lima, foi contratado pra substituí-lo. Ex-aluno da Escola de Guerra do Realengo, era considerado a maior autoridade do Brasil, na época, em literatura hispano-americana, dono de uma biblioteca com dois mil volumes. "Foi esse o período mais fecundo de meu aprendizado literário. Devorei toda a obra dos clássicos espanhóis e dominei a paisagem literária do Continente de Ariel, como sempre chamei ao hemisfério Meridional da América." (Ibid., p. 108).

Rodó, Alberdi, Andrés Bello, Montalvo, Hostos, Inês de La Cruz, Alarcon, Afonso Reyes, Lugones, Ingenieros, Santos Chocaro, Alcides Arguedas, Medina e diversos outros expoentes da cultura letrada latino-americana deslumbraram o jovem, alimentando seus – cada vez mais palpáveis – sonhos de tornar-se escritor. Com outro amigo, Rubens Freitas Fortes, examinava a literatura brasileira: os parnasianos, Olavo Bilac, Raimundo Correa e Alberto de Oliveira.

O professor decide retornar ao Rio de Janeiro. Naquele período, por volta de 1916, o mundo começava a recuperar-se do abalo da Primeira Guerra Mundial. O Brasil sofria as consequências da escassez de produtos industrializados e no Rio Grande o tradicional setor agropastoril decaía. A ruína econômica atingiu muitas famílias, inclusive a de Manoelito, obrigado a ajudar seu pai no campo, recebendo a maioria civil para assumir parte da administração da fazenda que então arrendavam.

Com quatorze anos, por obrigação, tornou-se um profundo conhecedor das lides do campo e dos segredos do pampa: a paisagem, os animais, os homens. Dividia-se entre o dia, nos afazeres de capataz, percorrendo as invernadas e cuidado do gado, e a noite quando à luz de vela tornava-se o jovem estudante, aspirante a escritor, em seu pequeno quarto. Completou os exames do ginásio em Uruguaiana e Itaqui, estudando sozinho. Nas lides do campo foi seu mestre um uruguaio naturalizado brasileiro, João Vicente Vergara, que o presenteou com um cavalo, o "*Cá-te-espero*".

Nessa época com 17 anos, intensificava suas leituras e a poesia era a companhia inseparável. Lia os maiores poetas brasileiros e também os hispano-americanos. Tinha grande admiração por Zeferino Brasil, poeta que mais tarde conheceu e por quem nutriu grande amizade.

Seu irmão mais velho, Humberto, foi acometido por uma doença. Manoelito então é afastado das lides campeiras para cuidar do irmão. Sua tarefa consistia em fazer companhia, lendo e discutindo livros. Lia pausadamente romances portugueses e Machado de Assis, grande predileção do irmão, pelas suas pinturas psicológicas.

A busca de remédios não obteve sucesso e Humberto faleceu em 1920. Além de abalados pela perda, a família viu sua situação financeira agravar-se e os Ornellas decidem deixar a fazenda, partindo para Tupanciretã, no planalto médio do Rio Grande do Sul.

Era o ano de 1922. Culturalmente, a nova cidade era um deserto: "não existia uma livraria sequer em toda a vila." Para o diálogo, existiam os médicos, um homem que viajara à Europa, alguns visitantes do Rio de Janeiro e de Porto Alegre e alguns estudantes de Direito. "O resto era integrante do mundo do comércio da carne e do boi." (ORNELLAS, 1969, p. 18). Apenas um homem lia na vila: João Soares possuía exemplares de Dostoiévski e Darwin.

A fim de ganhar o sustento para a família, Manoelito começou a trabalhar no comércio. Como não desistia da literatura, lia muito até altas horas da noite, o que prejudicava o dia de trabalho seguinte. Foi despedido pela intolerância do patrão. Acabou empregando-se em uma farmácia, como boticário, ofício que aprendera com o pai, ainda criança, quando Manoel Pedro

assistia os doentes das fazendas do Itaqui. Foi uma herança do avô paterno, farmacêutico diplomado na Europa.

Naquele período politicamente agitado, a política partidária não o interessava: "Não pude ser borgista. Nem assisista. Não servi aos caudilhos, nem aos pequenos sátrapas. Esposava ideias. [...] Paguei caro e pago, ainda, o meu royalty à liberdade que, às vezes, quase me arrasta à falência." (Ibid., p. 18). Acompanhava-o sempre a poesia.

À época, um evento abalou-o profundamente: sua mãe faleceu na noite do dia 4 de abril de 1927. A perda deixou-o transtornado e profundamente amargurado. Tudo mudou. A vida da família Ornellas tomou novos rumos, afastando-se, seus irmãos transferindo-se para outras cidades. Manoelito permaneceu e, alguns meses após o evento doloroso, conhece aquela que seria sua companheira por toda a vida, Lucy, filha de José Figueiredo Pinto Filho. A menina, então com 13 anos, encantou-se com aquele jovem escritor.

Neste período rendeu-se à política por conta de uma causa, participando ativamente da campanha emancipacionista de Tupanciretã, ao lado de Ernesto Aquino, Edmar Kruel, Mário Lima Beck, seu grande amigo intelectual, e Pedro Osório. Após diversos movimentos, em 21 de dezembro de 1928, a vila foi elevada à cidade e Manoelito ocupou, então, o cargo de segundo-secretário na administração municipal. Deste envolvimento resultou, posteriormente, a sua primeira investida nas pesquisas históricas.

Vivendo "naquele fundão de campo", o tédio era vencido pelos livros, adquiridos principalmente por meio do já consagrado poeta Aureliano de Figueiredo Pinto, amigo de infância que conhecera no ginásio marista em Santa Maria e primo de sua futura esposa. Percebe-se que a vida literária, muito por conta do isolamento que requer, adquiriu ares de uma fuga da realidade circundante, transcendência, uma imagem reiterada ao longo de suas duas obras autobiográficas: "minhas mágoas, aprisionado à estreiteza espiritual de uma campanha que, nisso, contrastava com os latifúndios territoriais." (ORNELLAS, 1969, p. 55).

Outra amizade significativa estabeleceu-se em Cruz Alta, cidade próxima onde encontrou o diálogo: "Dentro de seus muros viviam homens de espírito, que possuíam livros, que liam e discutiam ideias" (Ibid., p. 56). Ali residia um jovem farmacêutico, leitor – no original – de autores anglo-saxões, como Henry Longfellow, Oscar Wilde, Stuart Mill, mas também dos franceses Anatole France, Verlaine e Rimbaud. Érico Veríssimo agrupava alguns jovens para discutir os rumos do país e da literatura. Iniciou-se uma amizade epistolar que perdurou até o final da vida de ambos. Cabe destacar que a estreia de Veríssimo deu-se nas páginas da Revista do Globo, e deveu-se à Manoelito ter conseguido, após muita insistência,

uma cópia de um conto seu, *Ladrão de Gado*, enviando-a a Mansueto Bernardi, que o publicou.²⁰

Bastante relutante e inseguro, mas incentivado pelos amigos, a estreia no universo dos livros dera-se nos caminhos líricos. Seduzido pela voga modernista que então varria o país, publicou em 1928 uma série de poemas intitulada *Rodeio de Estrelas*, levados para São Paulo por Fernando Callage, editado por Raul Bopp e prefaciado por Plínio Salgado.

A obra procura encaixar-se na estética modernista, não atingindo, contudo, os "exageros que ela sugeria e nos quais tantos valores incidiram". Ele mesmo comenta, em entrevista, que a repercussão da "Semana Moderna" fora grande entre os autores do Rio Grande. Augusto Meyer, Teodomiro Tostes, Athos Damasceno Ferreira, Reinaldo Moura, Rui Cirne Lima, Vargas Netto e Ernani Fornari. (MELLO, 1981, p. 40).

Os poemas trazem como temática a vida campeira e seus ícones e símbolos. Em muito, *Rodeio de Estrelas*, *Boi-manso*, *Pingo*, *Carreteiro* e os demais poemas cantam o mundo que Manoelito mais conhecia: as particularidades da Campanha sul-rio-grandense, aquilo que a terra o inspirava. *Gaúcho* constitui uma ode ao homem do campo, destacando o heroísmo e a coragem, "comparando-o aos símbolos da terra, à bandeira (liberdade), à lança (força) e ao laço (agilidade)" (BRAGA, 2008, p. 80).

Dois anos depois publica *Arco-Íris*, editado pela Livraria do Globo. Ambas as obras líricas eram "poemas regionalistas", mas de um regionalismo "mais temático do que verbalístico" (MELLO, 1981, p. 41). Mesmo posteriormente não sendo vistas de maneira tão simpática pelo próprio autor, tiveram uma boa aceitação da crítica e vendagem considerável: *Rodeio de Estrelas* esgotou-se em trinta dias. (BRAGA, 2008, p. 112).

Sua afinidade maior dava-se em relação ao que ocorria intelectualmente em São Paulo, mais do que em seu próprio estado. Prova disso é que *Rodeio de Estrelas* não chegou a ser lançado no Rio Grande do Sul – bem como seu último livro. Foi considerado pela crítica como "um filho espiritual de São Paulo, da *Semana de Arte Moderna*" e uma "espécie de cômulo mental bandeirante" (MELLO, 1981, p. 42). Mais especificamente, Ornellas ligou-se, nos anos 20, ao grupo Verde-Amarelo. (KERN, 2007, p. 460).²¹

²⁰ A partir da terceira edição de *Gaúchos e Beduínos*, um prefácio de Érico Veríssimo foi incorporado, descrevendo suas impressões sobre o amigo, a amizade e a obra: Ornellas possuía fortes namoros com o mundo ibero-americano, estando profundamente interessado nos problemas brasileiros, "e era uma espécie de membro correspondente do grupo que promovera em São Paulo a Semana de Arte Moderna." (VERÍSSIMO In: Ornellas, 1999, p. XVIII). Era um verdadeiro fidalgo, cordial, afetuoso, "um homem inteligente e bom que amava sua terra com uma paixão que às vezes me parecia não só espiritual como também carnal." (Ibid., p. XXI).

²¹ Grupo composto principalmente pelos paulistas Plínio Salgado, Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia – todos amigos pessoais de Manoelito. Ao longo da década de 1920, as diversas vertentes que compunham o Modernismo

Em alguns pontos percebe-se o diálogo do pensamento de Manoelito com os verde-amarelos, principalmente na visão de nacionalidade eivada de regionalismo, um regionalismo integrador, que homogeneizaria todas as diferenças, abarcando também os imigrantes europeus não-portugueses. Para o grupo, o que está em primeiro plano é o culto das nossas tradições, ameaçadas pelas influências estrangeiras, tornando-se urgente a criação de uma política de defesa do "espírito nacional". Para a construção de um projeto de cultura nacional deve se comportar um retorno às tradições do país, havendo integração entre homem-natureza-brasilidade. A missão do intelectual, nesse sentido, é agir para a criação da consciência nacional. (VELLOSO, 1993).

Mesmo mantendo certa distância da esfera política institucional – principalmente dos ideais autoritários verde-amarelos –, Manoelito foi um dos jovens – "uma juventude plena de sonhos e esperanças" – que se empolgou com os movimentos de 1930: "Foi o sonho cívico mais belo da minha vida. Eu acreditei na redenção do Brasil. Acreditei numa nova Era." (ORNELLAS, 1969, p. 73).

Integrou a Sexta Brigada Provisória de Cavalaria, desfilando em seu cavalo e proferindo um discurso apologético nas ruas de Júlio de Castilhos (RS), numa parada para comemorar o sucesso: "Ninguém assistira antes e dificilmente assistirá, amanhã, espetáculo mais comovente: o Rio Grande mobilizou-se em armas, o Rio Grande por inteiro, velhos, jovens, mulheres, crianças, todos estavam votados à luta e ao sacrifício." E, hiperbólico, completa em suas memórias: "Jamais um ideal sacudiu com tamanha grandeza um povo inteiro." (Ibid., p. 73).

A empolgação cívica, contudo, não durou muito: trinta dias depois, ao perceber que os trens que partiam do Sul levavam não idealistas como ele, mas "uma malta de oportunistas", corvos vivendo ambigualmente até o momento certo de posicionar-se, "gente que ia à caça de um posto [...] A onda dos favores subia, como as vagas da ressaca. Emudeci, num canto da Província. Fiquei na cidade que eu auxiliara a emancipar-se" (Ibid., p. 74-5).

dividiram-se, os verde-amarelos são identificados como o setor conservador do movimento. Para eles, o ingresso do Brasil na modernidade implicava o rompimento radical com toda herança cultural europeia. Seu projeto cultural tinha também uma contrapartida política: o autoritarismo aparecia como condição imprescindível para a independência cultural e política do país. Era através do jornal *Correio Paulistano* que o grupo propagandeava suas ideias. Em 1927, muitos desses artigos foram reunidos em uma coletânea com o título *O Curupira e o Carão* – metáforas de Cassiano Ricardo que Ornellas cita em *Vozes de Ariel*. Em maio de 1929, o grupo publicou o manifesto *Nhengaçu Verde Amarelo*, no qual defendia a integração étnico-cultural, predominando a colonização portuguesa, o "nacionalismo sentimental" e as instituições conservadoras. Plínio Salgado, na década de 30, funda o Integralismo. Cassiano Ricardo e Menotti Del Picchia terão uma relação íntima com o Estado Novo, ocupando cargos de destaque e, muitas vezes, atuando como ideólogos do regime. Ver: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/aeravargas1/anos20/artecultura/verdeamarelos>>. A relação do pensamento modernista com o passado é uma hipótese de pesquisa interessante.

Decepcionado, refugiou-se na vida doméstica. Casou-se com Lucy Figueiredo Pinto, "companheira inigualável", e montou um lar, procurando o alento dos idealistas nas páginas de *Dom Quixote de La Mancha*. O momento de desencantos políticos vivenciado desdobrou-se em torno de mais dois episódios, responsáveis pelo "limbo político" ao qual se manteve a partir de então.

Contatado por Plínio Salgado, é convidado para aderir à Sociedade de Estudos Políticos (SEP). Plínio denunciava um conflito de gerações, necessitando os "moços" oporem-se aos homens que vinham do passado, cheirando ao ranço dos velhos vícios. Mesmo concordando com os ideais de renovação propostos nos princípios da SEP, Manoelito abandonou-a diante da transformação de um homem a quem respeitava pelo talento, cultura e idealismo, mas que fora seduzido pelos sucessos da Alemanha e da Itália: "Não aceitei o *anauê*. Nem o uniforme verde-oliva. [...] Recusei o Integralismo como ele surgiu, fardado e militarizado." (Ibid., p. 80).

Em 1932, Manoelito envolveu-se com as movimentações em prol do constitucionalismo. Ao contrário do prometido, o Rio Grande de Flores da Cunha alinhou-se ao poder Executivo nacional nas mãos de Vargas, desmantelando o movimento no estado e perseguindo ferozmente todos os envolvidos. Todos os ideais que haviam levado aqueles jovens idealistas a pegar em armas, foram enterrados novamente em 1932. "E nós nos perguntávamos, traídos estupidamente em nossos ideais, se não fizéramos a Revolução de 30 para pôr termo definitivo à violência, ao arbítrio e aos crimes políticos, sempre impunes?". O novo governo encastelou-se na força armada, ampliando a Brigada Militar, instrumentalizando-a para perseguições e prisões políticas. "O retrocesso foi surpreendente." (ORNELLAS, 1969, p. 84).

Realizada por motivos de saúde, uma viagem a São Paulo acabou transformando seus rumos intelectuais. Conheceu e se tornou amigo de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo. A cidade o encantou. Visitou também o Rio de Janeiro, encontrando-se com Olegário Mariano, Álvaro Moreyra, Rodrigo Otávio Filho e Jorge de Lima. Retornou acompanhado de uma revolução pessoal: não produzir mais poesia

Uma consciência imperativa me sufocava: ou ser um poeta maior ou não ser nada. Talvez que a espontaneidade dos poetas que me ficaram amigos, houvesse sido decisiva [...] Fiquei, em Jorge de Lima, o poeta que não fui, por me bastar o poeta que ele foi. Foi ele, mais tarde, meu amigo e quase irmão. É *Invenção de Orfeu*, para mim, o livro mais alto da poesia brasileira de todos os tempos. (ORNELLAS, 1969, p. 89).

Separando-se da política e agora também da poesia, Manoelito empolgou-se por novos horizontes: "Dentro de mim, um convite para a história, talvez um reencontro com a poesia, noutras latitudes" (Ibid., p. 90). Em seu livro de memórias, Spengler é utilizado como suporte

para expor a história enquanto integrante do "reino das significações", iniciando-se quando acaba o "documentário", devendo ser tratada poeticamente – o reino da natureza, este sim, é o local da ciência.

Seus novos desejos intelectuais conduziram-no para os arquivos do município no qual residia e havia auxiliado no processo de emancipação. Comunicou-se com os "mestres da monografia", Ptolomeu de Assis Brasil, Walter Spalding, Souza Docca. Em 1934, com pouco mais de trinta anos, publica, *Tupan-cy-retan*, como um "gesto de gratidão à terra que o abrigara".

A edição foi feita em São Paulo e rendeu-lhe a inclusão para o quadro de sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS), pelas mãos de Eduardo Duarte e Walter Spalding, recebendo elogios de Souza Docca: "Desde então, a pesquisa apaixonou-me. E este é vício do qual não nos libertamos jamais. [...] Na verdade, *Gaúchos e Beduínos*, mais tarde, teria origem nesse entusiasmo da pesquisa." (Ibid., p. 92). Assim, de certa maneira, as duas obras comunicam-se: a monografia é um ensaio para GEB, primeiro exercício de fôlego na pesquisa histórica do autor. Como traço fundamental em comum, há o uso de uma região como ponto de partida, circunscrevendo a história a um território.²²

A obra é um panorama exaustivo da cidade, conjugando a pesquisa histórica com levantamentos geológicos, geográficos e sociológicos sobre o município, desde tempos remotos até a contemporaneidade da escrita. A narrativa inicia-se abordando as principais nações indígenas que habitavam aquela região – Charruas e Minuanos –, seus "traços fundamentais", fisionômicos e culturais, "caracteres emocionais" e "caracteres intelectuais" (personalidade típica descrita), estrutura e organização social, realizando uma espécie de etnografia indígena, valendo-se da mesma forma de relatos de viajantes (Feliz de Azara principalmente) e intelectuais, como Alcides Lima, Oliveira Lima e Rocha Pombo.

O capítulo dedicado à história tem como ponto de partida a ocupação dos missionários, com o conseqüente estabelecimento das reduções. A partir de fontes documentais variadas e indistintas – isto é, toda e qualquer que chegue a aludir a região que compôs o município de Tupanciretã encontrada –, há a narração cronológica desde o desmembramento de uma fazenda jesuítica – vendida pelos índios depois de 1801 a militares portugueses, chamada Tupan-cy-retan –, prosseguindo no "caminho traçado pela Civilização" (ORNELLAS, 1934, p. 78) com a chegada da estrada de ferro, a instalação do povoado, afluxo de imigrantes, crescimento do núcleo urbano, diversificação das atividades econômicas, crescimento do Estado com suas

²² Para evitar repetições, *Gaúchos e Beduínos* será abreviado na forma de "GEB", ao longo da dissertação.

instituições, enfim, uma grande crônica geral, aproximando-se de uma "história total" que culmina com a campanha e o sucesso em prol da transformação da vila em município. O fio narrativo subjacente é o "ritmo do progresso" e a "civilização" naquela região.

Também neste período nasce sua única filha, Lília.

Em março de 1935, Manoelito e a família transferem-se para Santa Maria. A cidade já era conhecida do período de estudante. Colaborou no jornal *A Razão* e conheceu Walter Jobim, Clarimundo e Morena Flores, Machado Villa, Francisco Ricardo, Roque Callage e João Belém.

Quando a cidade recebeu o busto de Felipe D'Oliveira, foi convidado para ser o orador da celebração. A partir de então, passou a integrar a Sociedade Literária Felipe D'Oliveira, no Rio de Janeiro, ao lado de grandes amigos, dentre os quais João Neves da Fontoura, Tristão de Ataíde, Manuel Bandeira e Assis Chateaubriand.

A comemoração do centenário da Revolta Farroupilha o leva a cumprir uma extensa agenda de conferências. A lembrança de cada cidade, e de seus amigos residentes, é descrita em seu livro de memórias, *Mormaço*. Reencontra Itaqui, sentindo que a paisagem nada mudara desde sua partida.

Em fins de 1935, transfere-se novamente, agora para Porto Alegre: o seu "estuário" definitivo. O período vivido na cidade seria narrado na terceira parte da trilogia planejada para suas memórias, intitulada *Estuário*, não finalizada devido a seu falecimento. Nos trechos iniciais estão destacadas as dificuldades financeiras, com o adoecimento da filha e os gastos consequentes, a contratação como cronista no *Jornal da Manhã*, expondo a Darcy Calafiori e Jorge Conceição a penúria financeira.

Naquele mesmo ano, um encontro casual com Flores da Cunha, no hall do Grande Hotel, em Porto Alegre, levou-o a ser um dos redatores de *A Federação*, então o jornal de divulgação oficial do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Ali, manteve contato diário com Reinaldo Moura, que possuía um grande conhecimento sobre a literatura francesa, apresentando-o Paul Valéry. Ao final do expediente, na hora do café, conheceu o médico espanhol Amador Flores, responsável por transmitir-lhe as doutrinas de Freud, Jung, Adler e Ramon y Cajal. (ORNELLAS, [1969] apud MELLO, 1981).

Ocupou por pouco tempo esta função no jornal, substituindo Augusto Meyer – convidado pelo Governo Central para seguir ao Rio de Janeiro – na direção da Biblioteca Pública. Sua nomeação fora um pedido coletivo da intelectualidade gaúcha. (MARTINS, 1939, p. 60). Sua colocação nos órgãos de imprensa e no funcionalismo público pode ser percebida como fruto da realocação dos intelectuais vindos do interior dentro dos espaços deixados vagos

por aqueles que se transferiram ao centro do país num segundo momento, após a ascensão de Getúlio Vargas (CORADINI, 2003). A ocupação do cargo de Presidente da Associação Rio-grandense de Imprensa (ARI), substituindo Érico Veríssimo, também é uma demonstração desses espaços disponíveis.

Aos poucos, afirma-se no jornalismo da capital. Buscando novos caminhos – queria aprender a realizar entrevistas –, encontra-se pessoalmente pela primeira vez com Alcides Maya. Manoelito emocionou-se profundamente, pelo contato com o "mestre ideal", mas também por descobrir que uma carta sua, escrita com quinze anos e enviada à Câmara Federal, onde Maya representava o Rio Grande do Sul naquele momento, fora preservada:

Raras vezes alguém me comoveu tanto. Não me contive:
 - Mestre, por que preservou essa carta, tão humilde e infantil?
 - E como deveria eu subestimar uma carta tão bem escrita, com tanto entusiasmo por um adolescente da Fronteira do Uruguai? Não era uma raridade a manifestação, nestes termos, de um menino que me chegava dos bárbaros rincões do Oeste Rio-grandense? (ORNELLAS, [1969] apud MELLO, 1981, p. 32).

Notem-se os adjetivos utilizados por Alcides Maya para caracterizar aquela parte da fronteira sul-rio-grandense, reforçando as posições de Letícia Nedel e Mara Rodrigues (2005) de que um dos sentidos principais da produção da geração intelectual de Manoelito era reabilitar aos seus pares de todo Brasil – principalmente do Sudeste – a imagem do Rio Grande do Sul, não mais sendo uma terra de bárbaros incultos. A fala de Alcides Maya, intelectual com trânsito muito além das fronteiras do estado, preserva esta posição, da cultura erudita enquanto sinônimo de civilização, transferindo-a para a relação centro-interior do próprio Rio Grande. A fronteira do "sul profundo" ainda seguia como um lugar de barbárie.

Em 1938, publica seu primeiro livro de crítica literária, *Vozes de Ariel*, também pela Editora do Globo, recebendo elogios de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo.²³ Nesta obra, procura traçar um panorama da nova literatura produzida no Rio Grande do Sul, primando antes pela sensibilidade e empatia, posicionando-se mais como um divulgador das renovações literárias vividas naquele momento do que como um crítico propriamente dito. (MARTINS, 1939, p. 47).

²³ Interessante para pensar o estabelecimento de redes intelectuais entre os autores do período, nas quais Ornellas possivelmente se integrou, é a parte final dessa obra. As últimas onze páginas são dedicadas a citações de diversos autores apreciando seu trabalho, principalmente enaltecendo seu talento como poeta modernista. Lá estão Érico Veríssimo, Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia, Raul Bopp, Plínio Salgado, Dante de Laytano, Zeferino Brasil, Walter Jobim, João Ribeiro, Roque Callage e muitos outros, nacionais, internacionais e sul-rio-grandenses. Para o estabelecimento de sua rede, Manoelito procura angariar para si o prestígio de seus pares já consagrados, notadamente a maioria nacionais, moeda de troca valiosíssima no campo intelectual.

Nos perfis de Erico Veríssimo, Athos Damasceno Ferreira, Ângelo Guido e outros, percebe-se uma aguda consciência diante dos eventos e transformações aos quais ele mesmo vinculou-se, seu contexto. Nos ensaios destacam-se os novos caminhos buscados pela literatura – e pelas artes, como um todo –, tentando falar de um mundo em transformação, sintetizados pelo conflito entre gerações intelectuais no Brasil de então. Rui Barbosa, mesmo reconhecido como "gênio verbal da raça", é visto como síntese da mentalidade a ser superada, por definir o país na figura trágica do Jeca Tatu. Falando a um povo ainda em "fase de sedimentação, sem escolas, sem estradas e sem economia organizada", Rui desacreditou de tudo, cometendo um grave erro: "confundiu os andaimes de uma pátria em construção com as escoras generosas de uma casa em ruínas." (ORNELLAS, 1939, p. 15).

As reações à corrupção e ao ceticismo que paralisavam a energia dos jovens vieram como consequência do "choque de idealismos" definido por Menotti Del Picchia: "O idealismo orgânico contra o idealismo utópico. O intuitivismo pragmático e construtivo do 'hinterland' em conflito com o cientificismo forasteiro do litoral." (Ibid., p. 16).²⁴ Duas figuras de Cassiano Ricardo são usadas: de um lado, o Carão, de outro, o Curupira: "Curupira realizara o prodígio de criar para o Brasil uma consciência nova e o que fora antes puro artificialismo ou serôdia imitação dos moldes europeus perdera por completo o prestígio e ressonância na alma do povo." (Ibid., p. 19-20). Note-se a escolha de palavras: os esforços eram para estabelecer uma nova consciência, devidamente brasileira, com a perda de credibilidade dos moldes europeus na "alma do povo", não da intelectualidade especificamente. Também a clara oposição entre a intelectualidade do interior e do litoral, aqueles como sinônimo do "verdadeiramente nacional".

Assim, segue Manoelito, a Semana de Arte Moderna (1922) estabeleceu as novas fronteiras do pensamento brasileiro, resultado da nova forma de ver e de sentir o homem e a terra, uma tentativa de reintegrar o Brasil "na plenitude de suas realidades" daquele século agitado pela pressa das máquinas em seus ritmos febris.

Graça Aranha foi o grande precursor e mentor intelectual, rompendo com as normas estéticas da Academia "no intuito de despertar o nacionalismo literário", incitando os "jovens escritores a descer às fontes da magia nacional e das lendas raciais e criar, com espírito moderno, obras de infinita beleza", expulsando as lamentáveis imitações feitas de ideias "recebidas e gastas" que "perduravam-se nesse terreno mole e infecundo", prolongando indefinidamente o passado. (Ibid., p. 44).

²⁴ Parece que este embate de "idealismos" é o que Durval Muniz (2011) define como o conflito entre modelos distintos de regionalismo, referenciado no capítulo anterior, as distinções entre o paradigma naturalista e o paradigma culturalista emergente.

Uma geração insatisfeita jogou-se à procura de novos rumos estéticos, abalada pelos resultados da Primeira Guerra Mundial, responsável pelo despertar da consciência dos povos, abatendo a literatura formalista num apelo à realidade:

Só então o Brasil sintonizou com a canção vocalizada por outras raças. Olhou demoradamente para a grandeza virgem das suas extensões e compreendeu a beleza de seu próprio drama. Sentiu, por fim, a revelação de que era uma nação jovem. Apoderou-se da nossa juventude aquela força sadia e impulsiva que, destruindo, construía. [...] Abriu-se um novo capítulo da vida literária do país, um movimento impetuoso de reconstrução que havia de proporcionar uma nova fase política, esta em que o Brasil se integra no Brasil, liberta-se das influências desnacionalizantes e cria no coração de seu povo um sentimento de patriotismo – que é o amor grande e fecundo pela terra, pela gente e pela história. (ORNELLAS, 1939, p. 45-46).

O país começou a cantar-se de outra maneira. A nova geração olhava para o panorama brasileiro em profunda modificação estrutural, compreendendo então "a terra, o nosso drama de formação [ouvindo] as vozes que partiam de baixo, de um mundo novo, desconhecido, mas vivo e exultante de realidade." (Ibid., p. 60).

É inevitável perceber que Ornellas está definindo a geração à qual faz parte, narrando o movimento intelectual que o seduziu, atingindo e inspirando sua prática. No trecho citado acima, a conceituação de patriotismo apresentada pode fornecer indícios privilegiados do sentido dado a suas pesquisas históricas e sociológicas: são obras guiadas no amor pelo país do qual faz parte.

Durante este período, profissionalmente, assiste ao Estado Novo extinguir o jornal *A Federação*, criando em seu lugar o *Jornal do Estado*. Manoelito é então chamado para dirigi-lo, além da própria Imprensa Oficial, em 1939.²⁵

A eclosão da Segunda Guerra Mundial inspirou-o a proferir diversas conferências e discursos, pelo Rio Grande afora, estimulando a entrada do Brasil na luta. Por conta de sua atuação, ocupou o cargo de Secretário da Comissão dos Bônus Nacionais de guerra e, também, de Censor de Imprensa na Terceira Região Militar do estado. (SPALDING, 1969, p. 2).

O ano de 1940 marca a publicação de uma conferência proferida no Instituto de Educação de Porto Alegre, intitulada *Tradições e símbolos*. Nas palavras há a tradução do sentimento de que a tradição cultural do Rio Grande do Sul estava, aos poucos, sendo perdida: esquecemos "as lendas, apagamos os livros que falaram dos nossos primeiros anseios

²⁵ Sua atuação jornalística foi bastante vasta. Como redator, direitos ou colaborador, atuou nos seguintes órgãos: *A Federação*, *Jornal do Estado*, *Correio do Povo*, *Diário de Notícias*, *Revista do Globo*, *Província de São Pedro*, *Diário de São Paulo*, *A Gazeta*, *O Estado* e a revista *Litoral* (Santa Catarina). No *Correio do Povo*, especialmente, manteve a coluna em *Prosa das Terças*, semanalmente, por mais de 16 anos.

espirituais, relegamos os nomes que fizeram e embelezaram um dos mais ricos patrimônios da inteligência brasileira." (ORNELLAS, 1940, p. 8).

Aqui, ao contrário do que ocorreu no Uruguai, onde a tradição nacional absorveu e enriqueceu-se com o afluxo das novas correntes migratórias, a "política partidária sem nenhum princípio nacionalizador", favoreceu o isolamento dos novos afluxos migratórios. Se a "reação nacionalista, começada em 1937" não houvesse sido vitoriosa, talvez houvesse ocorrido o sacrifício da unidade nacional.

Há um chamado para a ação: deveriam, os sul-rio-grandenses, corrigir isso, exaltando as figuras que em seus livros traçaram "a alma, a poesia e a vida da terra", como Simões Lopes Neto, esquecido àquele tempo, responsável pela fixação da "alma coletiva de sua raça". Os sonhos de futuro devem assentar-se na "tradição do espírito" estabelecida pelas gerações das quais herdamos as bases sobre as quais construímos o presente.

Tal apelo, contudo, não se compunha pela preservação cultural estática ou pelo passadismo regressivo simplesmente. Manoelito deseja manter viva a cultura regional, queria vê-la traduzindo o meio ambiente do Rio Grande do Sul em transformação: "subdivididos seus latifúndios, recortados seus campos, racionalizados seus processos de trabalho rural" (Ibid., p. 10). A modernização trouxe novas formas de vida que deveriam gerar novas formas de ver e sentir. Queria uma tradição cultural viva, que falasse ao presente, não algo que tentasse fugir à influência do meio ambiente. Ecoando as críticas modernistas, diz que nossa cultura espelhou a cultura ocidental europeia e perdemos, diante da exagerada influência estrangeira, o gosto pelas "coisas da terra".

É exatamente o reconhecimento deste "algo próprio", das individualidades e originalidades que nos definem, a identidade coletiva enfim, que precisa ser mantida. E a fonte para tal é o passado: "necessitamos reconhecer-nos no passado e divisá-lo constantemente acima". A história, então, deve ser "cultivada e enaltecida como forma suprema do culto nacional" (Ibid., p. 11).

Contudo, a história não é "um monstro que caminha no tempo, sem que ninguém ouse afrontá-la. Nenhum historiador tem o direito de desencantar um povo da magia de seu passado. Nesta última hipótese, o artista tem o direito de corrigir o historiador" (Ibid., p. 8). Aqui é clara a função da escrita da história em inspirar o amor à terra, modificando as verdades do "monstro intocável" se necessário for, identificando o sujeito à originalidade do lugar em que nasceu:

A presunção que é necessário difundir, até converte-la em sentido comum de nosso povo, é que nem a riqueza, nem a inteligência, nem a cultura, nem a força das armas, podem suprir, no organismo das nações, como suprem no organismo dos indivíduos,

a ausência deste valor irreduzível e soberano: ser algo próprio, ter um caráter profundamente pessoal. (ORNELLAS, 1940, p. 11).

No Rio Grande do Sul, especificamente, a história é "um filão inesgotável de heroísmo, de bravura e de amor à terra." Nossa "raça" é "uma amálgama de sangues heroicos dentro das forjas ibero-americanas". Episódios como a Guerra Guaranítica demonstram que "na consciência dos primeiros rio-grandenses, nasceu, como uma predestinação, o sonho e o anseio de liberdade", defender sua terra diante de imposições externas. "Naqueles espíritos incultos, um tropel de sentimentos se agitou, os sentimentos pujantes e profundos que prendem o homem – culto ou bárbaro – ao trato de terra que ama instintivamente." (Ibid., p. 16).

Este Rio Grande a ser exaltado nos episódios heroicos de sua formação não deve ser tomado como um regionalismo mesquinho, mas sim como parte fundamental do Brasil. Cultuar as tradições da nossa terra é cultuar a terra brasileira: "Quando pensamos na terra, na grandeza moral do nosso povo, no caráter excepcional da nossa gente, não limitamos esse pensamento a fronteiras de províncias." E encerra conclamando todos a iniciar já a "glorificação de nossos valores" (Ibid., p. 17-18).

Em 1942 assumiu, a convite do próprio Vargas, o cargo de Diretor de Imprensa e Propaganda no Rio Grande do Sul. No ano seguinte publica *Símbolos bárbaros*, coletânea de ensaios sobre figuras da política, da história e da literatura do Rio Grande, aos moldes críticos de *Vozes de Ariel*.

Em 1944, empreende um novo ciclo de conferências, pregando a volta do regime democrático.²⁶ Um ano depois, assume a direção do Arquivo Público, quando deixou a Imprensa Oficial. Permaneceu nessa função por dez anos, aposentado-se por lei especial da Assembleia do Estado.

Tiaraju, romance histórico sobre as Missões Jesuíticas é publicado pela primeira vez em 1948. De acordo com suas próprias declarações "é um livro simples e sem rebuscamentos, todo cheio de amor à terra do Rio Grande" (ORNELLAS, 1949), dedicado a registrar em forma de novela a destruição da civilização missioneiro-guaranítica, construída em solo sul-rio-grandense.²⁷

²⁶ Definia-se politicamente como um democrata: "Sempre acreditei na democracia e fui fiel, como ainda hoje, aos princípios, princípios em tese, porque a democracia, na sua essência doutrinária, jamais foi praticada neste país, onde os governos presidencialistas foram sempre mais ditatoriais que representativos." (ORNELLAS, 1969, p. 80).

²⁷ Interessante, como demonstração de uma afinidade intelectual, é perceber que o ponto de partida cronológico de *O Tempo e o Vento* é o nascimento de Pedro Missioneiro, a quem Sepé Tiarajú aparece em visões e sonhos.

Todos os capítulos apresentam uma citação inicial sobre o que será abordado.²⁸ Ao final, há uma relação da bibliografia consultada, elemento atípico em um romance, mas explicado pelo próprio autor: "A verdade foi respeitada nestas páginas. Apenas o romance a imaginação preencheu." Sepé foi o primeiro caudilho rio-grandense, canonizado pela imaginação popular. Não é uma criação da fantasia, sim "um herói de carne e osso". É o "primeiro grito de amor à terra do Rio Grande. O nune racial que deve ser proclamado e glorificado no espírito das novas gerações.". (ORNELLAS, 1948, p. 16).

Sobre os indígenas, foram "arrancados à barbárie" pelos jesuítas, responsáveis por cultivar a terra, desde sempre um espetáculo de fartura, e também os guaranis, com seu trabalho civilizador. A imagem central não é determinada pelos aspectos mais religiosos da catequização, embora estejam presentes, mas o amor à terra daquelas almas bárbaras: "A taba é o prelúdio da pátria que virá a ser". (Ibid., p. 44): "Na alma rude daquela gente a terra tem uma atração singular. Amam-na com a mesma força com que amam os próprios filhos." (Ibid., p. 122).

Esta narração dos princípios da civilização em terras sul-rio-grandenses comporta um paradoxo interessante. Sepé e seu povo "semibárbaro" defendem a "gleba nativa" das agressões ibéricas. A oposição entre os dois mundos que se enfrentaram na Guerra Guaranítica expõe o fato de aqueles que seriam os representantes do mundo europeu, civilizado, trazerem a destruição, enquanto os indígenas lutavam pelo direito de manterem-se na terra onde haviam nascido:

Impacienta-se Gomes Freire de Andrade. [...] e grita ao intérprete:

- Dize a este índio que ele é simplesmente um bárbaro.

Sepé ouve o insulto e responde:

- Dize ao teu general que ele é mais bárbaro do que eu. Eu defendo a minha terra e a minha raça. Ele pretende violar a liberdade destes povos para nos tornar escravos." (ORNELLAS, 1948, p. 58).

Nota-se uma inversão dos polos: os "homens civilizados" agem como verdadeiros bárbaros, escravizando, expulsando: "Aquela imposta separação, o abandono das cabanas, feitas por suas próprias mãos, das lavouras [...] é a mais bárbara e desumana das imposições." (ORNELLAS, 1948, p. 122).

²⁸ Também aparecem, nas páginas finais, as "Algumas páginas da crítica", contendo opiniões/resenhas de intelectuais nacionais sobre o trabalho. Claramente ocorre a troca de elogios a fim de estabelecer redes intelectuais, à diferença de que predominam nomes de fora do estado, talvez demonstrando uma possível tentativa de angariar crédito diante das críticas sofridas localmente pelo autor, já que 1948 também marca o lançamento de GEB.

No grito de amor pela terra do Rio Grande, Manoelito elegeu um símbolo específico: um indígena civilizado, Sepé. No herói há a síntese do telurismo, da narração sobre a presença, durante a época colonial, de civilização nas paragens do Sul do Brasil e a mescla de lenda e história, realizando o ideal exposto em *Tradições e Símbolos*, de que o artista poderia subtrair a palavra do historiador quando necessário – no caso, a conjugação de ambas, mostrando que na história do Rio Grande do Sul não se precisavam criar heróis, eles já existiram de carne e osso. É uma história épica, autorizada e canonizada pela imaginação popular, mescla de Lenda e História.

Após a publicação de GEB, em 1948, todas as pesquisas históricas de Manoelito parecem ter se dedicado a ampliar e/ou encontrar mais subsídios sobre as teses principais da obra. Derivam desse esforço os ensaios como *A filigrama árabe nas tradições gaúchas* (1952), *A gênese do gaúcho brasileiro* (1956), *A cruz e o alfanje* (1960) e "As origens remotas do gaúcho", capítulo publicado na coletânea *Rio Grande do Sul: terra e povo* (1969). As demais publicações são livros sobre a história da literatura do Rio Grande do Sul e livros de crônicas.

Em março de 1951, foi nomeado professor interino de Literatura Hispano-Americana da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS). Não permaneceu por muito tempo no cargo, sendo perseguido e excluído do corpo docente sem maiores explicações. Walter Spalding (1969) defende que esta foi uma das grandes mágoas que o afetaram emocionalmente, com reflexos físicos, desenvolvendo uma lesão cardíaca que posteriormente ocasionou a sua morte.

Profundamente decepcionado, encontrou uma espécie de exílio em Santa Catarina, auxiliando na fundação – e ministrando aulas, posteriormente – da Faculdade de Filosofia de Florianópolis.

Durante a abertura do 1º Congresso Tradicionalista do Rio Grande do Sul, em 1954, na cidade de Santa Maria, Manoelito foi convidado a ser o orador oficial e Presidente do evento. Ele, juntamente com Walter Spalding, foi um dos intelectuais que sustentaram o alinhamento como única forma de manter as "rédeas morais" e o "rigor cultural" do *tradicionalismo*, enquanto outros, também interessados nas pesquisas folclóricas e membros da Comissão Estadual do Folclore (CEF), como Dante de Laytano, optaram por manterem-se afastados. (NEDEL, 2011, p. 206).²⁹

²⁹ Nascido em finais daquela década, o MTG também procura estabelecer uma memória legítima. Envolvendo-se com o princípio do movimento, visto como um intelectual-referência pela "gurizada do 35", Ornellas desentende-se com Paixão Côrtes neste mesmo congresso e afasta-se definitivamente do MTG.

O discurso "O Rio Grande Tradicionalista e Brasileiro" abriu o evento e é uma continuação de outro, publicado na forma do livreto *Tradições e símbolos*, em 1940, mantendo o tom de chamado para ação diante dos caminhos que tomavam a literatura e a arte sul-riograndenses, cada vez mais divorciados do "gênio da raça" e desdenhando da "seiva prodigiosa" da cultura original gestada ao Sul do Brasil (ORNELLAS, 1966, p. 82). Seguindo no mesmo caminho, a linguagem aprimorou-se e os argumentos desenvolvidos ganharam maior fôlego, mas as ideias permanecem bastante semelhantes. Incorporou-se o discurso social, falando do gaúcho banido, expulso para as margens das cidades – presente e claro em GEB.

Ao contrário do que ocorria em 1940, o movimento surgido com o 35 CTG transformou, carregando "na alma o fervor e o orgulho que emergem das fundas raízes da raça", o panorama cultural do estado, ouvindo o apelo do autor. Contudo, não se resumia ao reconhecimento público do valor da indumentária gaúcha, por exemplo, o *tradicionalismo* deveria defender um retorno aos elevados valores morais tradicionais, corrompidos, "desde a intimidade dos lares à sociedade comum", pela influência desagregadora do cinema, frouxidão paterna, licenciosidades, anarquia e amoralidade, vistos como "valores modernos". Os CTGs, além do ensino e do incentivo à pesquisa da História, do folclore, do estudo da Literatura, deveriam tornar-se escolas de formação de Civismo e Moral, aplaudindo virtudes, dando "à nossa gente um nível mais alto de espírito e uma mais sólida estrutura de caráter" (Ibid., p. 85).

Jamais devemos cogitar estabelecer fronteiras étnicas dentro do Rio Grande. Para o estrangeiro que chega, deve-se oferecer "a razão e o fundamento da nossa vida – nosso patrimônio moral e o contingente insubstituível de nossos hábitos, de nossos costumes e de nossas tradições" (Ibid., p. 86). Para ser gaúcho, basta amar o Rio Grande e o Brasil, cultuando a língua e as tradições que nos dão um caráter à parte. Aqui existem brasileiros nascidos no Rio Grande do Sul.

Noção tão evocada, a *tradição* define-se por ser a herança do passado:

o espírito de uma raça, força poderosa que empresta coesão e firmeza ao caráter de um povo. É a ressonância secular que, penetrando a intimidade de uma nação, cria o sentimento de pátria, nutre o orgulho cívico, fertiliza o espírito com profundas emoções que animam o homem à concepção das grandes empresas do bem, do progresso, da sabedoria e da honra. [...] ritos, costumes, indumentária, formas jurídicas, hábitos de trabalho, terapêutica, danças, cantigas e jogos, tudo isso constitui e representa a vida integral de um povo. (ORNELLAS, 1966, p. 87).

Os povos que não conhecem a si mesmos – e conhecer a si mesmo é conhecer suas origens – jamais terão definida sua identidade. Assim, Manoelito coloca-se entre aqueles para quem o passado é representado – o ato de fazê-lo presente outra vez – como uma prática

constitutiva não apenas da identidade individual, mas também da identidade coletiva. Disso deriva a necessidade de povos e coletividades formular seus relatos próprios, para saberem-se a si mesmos.

Não há partidos políticos nos CTGs, apenas o Rio Grande integrado ao Brasil. Mas não são apolíticos: "Nossa política é a defesa da terra, a defesa da Pátria contra todas as infiltrações descaracterizantes e desagregadoras, venham elas de onde vierem..." (Ibid., p. 88). O Rio Grande deve permanecer fiel às suas tradições e continuar a ser vanguarda do Brasil na luta contra infiltrações que possam desfigurá-lo ou despessoalizá-lo.

E finaliza, dizendo: "Considero esta noite a mais gloriosa de minha vida pública". Aquele Congresso era a realização do sonho que havia sonhado há 14 anos: os sul-riograndenses jurando fidelidade às suas tradições. Evoca uma oração: "Creio na força poderosa do Rio Grande, na imortalidade da sua História, na perpetuidade de sua raça e na sobrevivência de suas tradições." (Ibid., p. 89).

Na narrativa da cultura nacional, diz Stuart Hall (2011, p. 52-56), estão presentes cinco elementos fundamentais: 1) narrativa da nação, através da qual há a conexão da vida cotidiana dos sujeitos ao destino nacional que preexiste a nós e continua existindo após nossa morte; 2) ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade; 3) invenção de tradições, de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamento, através da repetição do passado adequado; 4) estabelecimento de um mito fundacional, uma história que localiza a origem da nação, do povo e de seu caráter nacional num passado tão distante que se perde nas brumas do tempo, não do tempo "real", mas do tempo "mítico"; eles transformam a desordem do passado em "comunidade", fornecem uma narrativa através da qual uma história alternativa ou uma contra-narrativa pode ser construída; e 5) muitas vezes é simbolicamente baseada na ideia de um povo ou *folk* puro, original. Mostram-se claros quase todos os pontos em *O Rio Grande Tradicionalista e Brasileiro*, especialmente na oração-síntese final. Resta clara a intenção de estabelecer um discurso identitário para o estado, articulado regionalmente ao país.

No ano de 1968, Manoelito recebe o prêmio "Joaquim Nabuco", da Academia Brasileira de Letras (ABL), entregue por Ivan Lins pela publicação de *Máscaras e Murais de Minha Terra*, um apanhado de biografias, conferências, ensaios e crônicas que, de certa maneira, sintetiza sua produção e atuação intelectual.

Dentre os ensaios está *A gênese do gaúcho brasileiro*, uma reafirmação sintética das teses de GEB. O estilo é distinto ao usual de sua prosa, mais discreto, com menos adjetivos,

beirando a rispidez nos momentos onde responde às críticas. Por exemplo: considera ridículo discutir se o Rio Grande era ou não português, visto que na documentação do período sempre o fora. As trocas culturais entre castelhanos e lusitanos é um fenômeno comum a todas as fronteiras do mundo, "em que poderia alterar o sagrado orgulho que temos da nossa origem lusitana?" (ORNELLAS, 1966, p. 125). Também porque não há demérito nenhum em considerar as vinculações com a Espanha, tanto de Portugal como do Brasil, sabendo-se da riqueza cultural/artística daquele país.

Como o próprio título demonstra, procura estabelecer as relações entre o tipo gaúcho nos dois lados da fronteira: "o gaúcho espanhol nasceu antes do gaúcho brasileiro e que o gaúcho brasileiro – com sangue português – adaptou-se à vida e aos hábitos de seu vizinho espanhol." (Ibid., p. 123). Isto não impediu a inimizade tradicional que a fronteira alimentava, pelo contrário, a vida semelhante a ambos os lados era necessária, pois para além da raia política estava o meio e o modo de vida comuns. Note-se também que o gaúcho é *brasileiro*, não apenas sul-rio-grandense.

Há diferenças raciais entre o gaúcho sul-rio-grandense e platino? Sim e não. Sim porque a psicologia de ambos é distinta: "presença, sem consequências, psicológicas, dos hábitos do gaúcho espanhol nos hábitos e costumes do gaúcho brasileiro" (Ibid., p. 125). Não porque ambos os tipos são cavaleiros, vivendo no mesmo ambiente, caracterizados pelos mesmos hábitos e costumes. Não porque a espada de Nun'Alvares, ao tornar independente o Condado de Portucalense de Espanha, não cortou as ligações étnicas, geográficas e históricas que ligavam ambos os povos. "Nesta questão de espanhóis e portugueses, parece-nos demasiadamente pequena e estreita a preocupação de acentuar disparidades antropológicas porque essas disparidades não existem" (Ibid., p. 120). As raias políticas são incapazes de separar aquilo que a história unifica: não se rompe tão facilmente a unidade étnica, geográfica e cultural.

Aparece também, ao melhor espírito freyreano, um elogio à obra lusitana. O português teve sucesso ao adaptar-se a um modo de vida que já existia aqui, impondo "as marcas de seu espírito, de sua cultura e de sua língua na alma e na inteligência do povo que absorvia". Isso constitui "o maior elogio que se possa fazer à raça lusitana persistente, altiva, valorosa e invencível". (Ibid., p. 126).

O lançamento de *Terra Xucra*, em 1969, primeiro volume de sua trilogia de memórias, foi editado pela Livraria Sulina. Os amigos e intelectuais paulistanos promoveram um lançamento especial, como uma espécie de celebração dos laços. Inovando no estilo, procurou "entre a estrutura magra, quase óssea da frase, de João Simões Lopes Neto, e o barroquismo de

Alcides Maya". (ORNELLAS, 1969, p. 3). Um mês após sua viagem a São Paulo, e uma série de várias conferências, Manoelito de Ornellas teve complicações cardíacas e faleceu, em 8 de julho de 1969.

A trilogia foi composta com obra póstuma, *Mormaço*, editado em 1969, segundo volume que narra sua juventude em Tupanciretã. *Estuário* seria o terceiro livro, mas ficou reduzido a apenas um capítulo escrito, inédito, no qual situa sua chegada à cidade de Porto Alegre.

Em sua bibliografia constam ainda duas traduções: *Ariane*, de Claude Anet (1943) e *Tabaré*, de Juan Zorrilla de San Martín. (1948).³⁰

Ornellas não se define em nenhum momento como historiador. Devemos compreendê-lo, acima de tudo, enquanto um intelectual polígrafo – um "literato vestido de historiador", na expressão de Certeau –, no qual coexistem vários discursos em um mesmo sujeito, o historiográfico sendo uma das faces. A produção inicial pela via da lírica modernista, com a posterior opção pelo ensaio histórico/sociológico e a crítica literária é fruto do próprio processo de modernização, e decorrente especialização e normatização do conhecimento, quando os eruditos polígrafos deixaram de sê-lo e dividiram a si mesmos, especializando-se, assumindo a roupagem de historiadores, ou literatos, ou poetas – o que acarretou uma intervenção de problemas estéticos e epistemológicos na escrita da história.³¹

Seu envolvimento íntimo com o processo de transformação da matriz disciplinar é percebido em suas diversas obras. Assim, o espaço da experiência, o campo de possibilidades deste autor mostra-se muito mais amplo para a análise de suas produções. Acredita-se na presente pesquisa que a construção do objeto e sua análise buscam o *horizonte de verdade* na obra, não a realidade concreta e não mistificada. Seria como não reconhecer as várias possibilidades individuais disponíveis ao sujeito em sua existência temporal concreta.

³⁰ No prefácio de *Tabaré*, veem-se palavras interessantes: "Todo poeta, como Zorrilla, é um predestinado. O Uruguai precisava de um símbolo. De um herói lendário. Infelizes os povos e as terras que não os conhecem! [...] São esses campanários submersos, são esses fantasmas que falam pela voz dos ventos, que montam cavalos de fogo que incendiam os céus, são essas cavernas encantadas, as salamancas, o nosso Negrinho do Pastoreio – todas essas histórias e esses contos de gesta que nos dão de dar sempre um outro sentido da vida e nos dão de revelar os planos transcendentais que fogem à brutalidade materialista do mundo moderno." (p. XIII-XIV). "Brutal" é um adjetivo para a modernidade.

³¹ A preocupação com a narrativa é notada em vários momentos de GEB, por exemplo, transmitindo a impressão de um romance histórico em diversas passagens, como em "O gaúcho no pampa", subcapítulo que poderia ser definido como um pequeno conto sobre o cotidiano e a vida do gaúcho. Cabe destacar também o subtítulo do capítulo dedicado ao gaúcho: "o drama histórico da terra".

. CAPÍTULO 3 .

MINHA ALDEIA É O MUNDO: O RIO GRANDE DO SUL DE GAÚCHOS E BEDUÍNOS

A publicação, em 1948, de *Gaúchos e beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul* marcou a resposta de Manoelito de Ornellas aos debates intelectuais envolvendo as origens da sociedade sul-rio-grandense. Buscando interpretar o processo histórico que moldou a região e seus habitantes, o autor demarca sua posição nas disputas pela versão mais apropriada às propriedades características e supostamente inerentes do Sul frente à formação brasileira, procurando representar a ancestralidade gaúcha.

Inserindo-se no projeto de enquadramento da memória coletiva levada a cabo em meados do século XX por grupos intelectuais regionais, o livro esforça-se no sentido de definir a matéria que comporia a essência sul-rio-grandense, um elemento atemporal oriundo do próprio processo histórico regional – o *ser* da região. Para tanto, constrói um sentido de tempo e de história, esta como o meio no qual a coletividade regional se desenvolveria e tomaria consciência de si mesma. O passado é percorrido genealogicamente, religando o local às origens universais. O presente (re)vive as tradições legítimas, a serem preservadas. E o futuro é o horizonte das perspectivas de realização.

Tradição é outra palavra com peso. Através dessa busca essencialista, a tradição surge como um princípio estruturante: quer reuni-la, vista como expressão do gênio de um povo, uma categoria também eterna. À tradição pertencem os grandes escritores, mas também a cultura popular, as credices, as lendas e superstições, os hábitos, indumentária e costumes. Quem sempre fomos nós, os sul-rio-grandenses?

A preocupação com o estabelecimento e preservação de tradições relaciona-se com a experiência do tempo sentida por Ornellas, de um tempo que se acelerava e da instabilidade e brutalidade da modernidade, que a apagava. Uma busca de princípios está ligada ao sentimento de distanciamento das origens. Procurar o início é uma tentativa de retorno. Ele sempre escreveu e atuou com consciência da perda, e mais importante, contra ela, sem renunciar à possível reconciliação entre o novo e o velho, entre o moderno e a tradição.

Também há um imperativo moral: "Não se negue – apesar de tudo isso – a heroica e comovente permanência de virtudes e qualidades pessoais no homem gaúcho e das quais fizemos apanágio na história." (ORNELLAS, 1999, p. 258). A obra carrega uma pedagogia

cívica. A partir do sentido estabelecido para o passado regional, desdobra-se um imperativo, um conjunto de regras, uma ética atemporal para os sul-rio-grandenses. Há uma identidade entre passado e presente, continuando, desdobrando elementos formativos do passado. Encontrar a sociedade fundadora da região é, ao mesmo tempo, encontrar seus princípios. Assim, a procura pela *formação e origem*, expressa no subtítulo de *Gaúchos e Beduínos*, aproxima-se da noção de *princípios*, podendo referir-se a regras que exigem obediência, "efectivamente, puede desempeñar el papel de una ley: los primeiros princípios [podendo] tener el carácter de norma, de ética" (QUIÑONES, 2006, p. 41).

Em um Brasil que tentava sobrepor-se aos distintos particularismos por uma identidade, *Gaúchos e Beduínos* procurou retratar o Rio Grande mais próximo da totalidade – ou das totalidades –, não mais um "outro", bárbaro, habitante de uma fronteira que era o limite selvagem, lugar-fim da civilização lusitana nos trópicos, em contato perene com a presença castelhana em grande parte do território há menos de duzentos anos daquele presente. O impasse entre os outros do Rio Grande foi solucionado a partir de uma ancestralidade comum: a influência moura sobre a cultura da Península Ibérica – iberismo emprestado de Gilberto Freyre.

Visto como historicamente um "espaço neutro", zona de fronteira em todo seu processo de formação histórica, entre os limites espanhol e português, o estado mais austral emerge como um território semelhante àquele que lhe dera nascimento através da colonização europeia. A influência árabe, transmitida por ambos os tipos colonizadores, dá sentido tanto à necessidade de singularização do estado, quanto é fator de integração à nação brasileira. Não há razão em dividir o que já era afim desde a origem: "As linhas geográficas que hoje dividem os territórios de Espanha e Portugal não servem para estabelecer uma separação absoluta no sentido étnico e cultural entre os dois povos, emersos das mesmas fontes raciais." (ORNELLAS, 1999, p. 187).

Se as origens culturais aproximavam-nos da Península Ibérica e do Brasil, o espaço unia sul-rio-grandenses e platinos. O meio é o fator de explicação para a fisionomia comum entre rio-grandenses típicos e platinos. Antes de ser demarcado, o pampa acolheu o homem e deu-lhe o modo de vida comum aos indivíduos que vivem do gado em ambientes desérticos: gaúchos, sertanejo, caborés, caipiras, beduínos – pastores descendentes de uma raça habituada à vida nômade em regiões inóspitas, composta de areia, pastagens ou aridez. Nômades primitivos, "homens de a-cavalo dos primeiros tempos". (p. 158).³²

³² Neste capítulo, a partir desta nota, todas as referências a *Gaúchos e Beduínos* aparecerão apenas com o número da página à qual a citação se refere.

Ao contrário da maioria dos intelectuais interessados em narrar o passado regional em meados do século XX, Manoelito interessava-se pela afirmação das muitas similaridades entre os diferentes protagonistas da formação sul-rio-grandense, os vários outros que compuseram o *ser* regional: portugueses, espanhóis, mouros. Estabelecer identidades está no cerne de seu método.

Em parte, tal posicionamento deve-se a suas ligações com o Modernismo Verde-Amarelo e o movimento folclorista. Em fins dos anos quarenta e no decurso dos anos cinquenta houve a ampliação do debate sobre a cultura gaúcha. Entre o grupo interessando em repensar a gênese do Rio Grande para além da atuação política dos heróis lusitanos, ocorreu o encontro com novos horizontes epistemológicos para a pesquisa social justamente na cultura, mais especificamente a cultura popular e o folclore. Investigando hábitos, costumes, tradições, o autor interpreta a gênese da poesia campeira, da música, da língua, das vestimentas, das lendas e superstições, das crendices, dos folguedos, da arquitetura, considerando a todos estes fenômenos como epistemologicamente válidos para a explicação do processo histórico.

Em *Gaúchos e beduínos*, a tese central traz em sua espinha dorsal a relevância dos fatores culturais às interpretações de Ornellas, pois quando da posse efetiva da terra pelos lusitanos, o processo histórico já havia fundido elementos, formado uma cultura, cujo tipo histórico portador era o gaúcho: "homem de a-cavalo dos primeiros tempos, ainda sem o influxo de novas correntes imigratórias, mestiço puro de espanhol ou português." (p. XXVII). Tal é o período de formação. Um dos fins principais de GEB é investigar o caráter e a fisionomia dessa "cultura gaúcha", a fim de determinar e diferenciar as origens e os pontos de originalidade. O estado possui, então, uma identidade particular.

Poucos indicativos teórico-metodológicos são explícitos em GEB, mas as investigações sobre a cultura são o elemento de maior relevância para a tese defendida, especificamente a cultura popular. Seria a cultura regional a essência? Claro é que a cultura regional é parte fundamental da tradição sul-rio-grandense que Manoelito reconfigura. Hábitos, vestimentas, arquitetura e habitações, lendas, música, danças, folclore, superstições, costumes e tradições em geral, podem ser compreendidos dentro do termo mais genérico *cultura popular*. Cabe destacar que, implicitamente, o autor adota uma concepção tradicional, na qual cultura é sinônimo de cultura erudita, erudição, civilização; quando de outra forma, é adjetivada como popular.

Tais objetos possuem grande relevância epistemológica, o que o vincula aos setores dissidentes dentro do IHGRS. Para ele, se o pesquisador deixar "os planos transcendentais das

investigações científicas" (p. 246) encontrará nos costumes e hábitos dos povos, outros perfis e heranças. Por exemplo, o argumento de que há identidade entre o tipo histórico gaúcho em toda a paisagem pampeana platina, RS, Uruguai e Argentina, é demonstrado pela semelhança de hábitos, costumes, lendas e tradições.

Ao dispor a cultura dessa maneira na investigação das origens étnicas, conjugada ao interesse de encontrar identidades, Manoelito realiza uma espécie de apologia da mestiçagem, vendo a maioria dos povos do mundo dessa maneira – com exceção dos judeus, dos negros da África e dos povos da Ásia. A formação social da América, em especial, reflete e é fruto da miscigenação. Não é exagero afirmar que a mestiçagem, vista por esta ótica, é também parte de um método.

Aplicando essa visão sobre seu lugar de origem, Manoelito vê no gaúcho um mestiço por excelência, símbolo e síntese de toda história sul-rio-grandense. Encontrando e definindo o tipo regional, retorna ao Velho Mundo para rastrear as heranças presentes, focando-se entre os demais habitantes de outros "complexos" semelhantes – povos nômades que vivem do gado – àquele encontrado na gênese do estado, oriundas dos diversos lugares que se cruzaram aqui, seja por meio do encontro sexual direto ou do contato cultural transformador, na alma do gaúcho.

Muitos intelectuais do período em que a obra foi publicada, principalmente Moysés Vellinho e Othelo Rosa, viam na expansão da fronteira sul do império lusitano as delimitações geográficas de seus estudos. Considera-se aqui que Ornellas, ao contrário destes, liga territorialmente seu pensamento aos limites contemporâneos do estado, incluindo as áreas "incorporadas" no princípio do século XIX. Depreende-se daí e das ideias telúricas do autor a noção de que o cenário no qual se desenrolou o drama histórico gerador do gaúcho também é protagonista da narrativa – senão o verdadeiro protagonista.

A escritura própria da historiografia requer certas operações narrativas para poder realizar suas explicações. Todo relato histórico, além dos elementos dramáticos impulsionados pelos eventos, tem personagens que se desenvolvem na trama. Como nos diz Paulo Ricoeur (2007, p. 318): "a noção de personagem constitui um operador narrativo de igual amplitude ao acontecimento; os personagens são os atuantes e os sofrentes de cada ação narrada".

Quando se fala de uma história, realiza-se uma operação narrativa. Os personagens, na História, não se reduzem a personalidades, seres humanos que viveram no passado, senão também a espaços geográficos, instituições, entidades políticas ou grupos culturais. Em GEB, o drama histórico é o da terra, história da região que hoje compreende o Rio Grande do Sul, seu

habitante-tipo sendo coadjuvante, mesmo recebendo destaque no título. Em um retorno a antigas concepções da palavra *pátria*, a terra sul-rio-grandense, solo que detém os manes de nossos antepassados, eterna, é personagem principal.

Manoelito percorre o caminho inverso dos navios que chegaram à América, buscando os outros constitutivos, realizando uma espécie de retorno genealógico-étnico por meio das origens culturais dos colonizadores europeus que chegaram ao Rio Grande do Sul, desenhando paralelos e linhas para a tradição do estado: vê-se a chegada, e a permanência por séculos, dos árabes berberes em terras da Espanha e Portugal; a partida dos andaluzes, do Sul, e dos *maragatos* do Norte da Espanha e dos portugueses do Sul e das Ilhas Atlânticas para as terras da América; o domínio espanhol, por quase dois séculos, do pampa e das Missões, e a tradição de hábitos e costumes que foram familiares a ambas as nações – aos espanhóis e portugueses. A emergência e o desaparecimento do gaúcho sul-rio-grandense.

Depreende-se da própria estrutura narrativa de *Gaúchos e Beduínos* a organização da análise levada a cabo neste capítulo – considerando ser uma obra sobre determinados espaços e seus respectivos habitantes. São três os lugares fundamentais para a narrativa, a partir das intenções gerais de sentido. As linhas que teceram o lugar-síntese Rio Grande do Sul advieram de outros espaços, outras terras com seus habitantes-tipos: a Península Ibérica e os desertos árabes, cada qual responsável por cores distintas, mas de tonalidades semelhantes, pois em cada um havia modos de vida similares ao que acabou por se desenvolver no processo de formação do RS. A direção dos contatos entre os três lugares é uma via de mão dupla, permeada por pontos de encontro.

3.1 Península Ibérica

As linhas são claras: "A perfeita afinidade do mouro ao andaluz e ao homem do Sul de Portugal e a do andaluz e do sulino português (o sulino português continua sendo um perfeito andaluz) ao *gaúcho* sul-americano, há de ser uma linha natural de sequência." (p. 197). O estado emerge então como um ponto de encontro de diversas identidades, mestiço: "De Portugal, como da Espanha, vieram [...] hábitos e costumes que aqui permaneceram, vivos e fiéis à tradição, muitos deles hoje deslembados e anacrônicos nas próprias terras de origem." (p. 152).

Para explicar esses elementos da cultura gaúcha – e sul-americana – Manoelito centra-se em uma das diversas correntes humanas que formaram a Península Ibérica. Transmitindo heranças culturais perceptíveis, a cultura árabe, ao longo de séculos de domínio, deixou rastros

em Portugal e Espanha irradiando-se, indiretamente, através do conquistador e do colonizador que se aventuram a partir do século XVI, para a América.

Além desse rasgo cultural unificador, portugueses e espanhóis são entendidos como "intimamente ligados nas raízes de suas origens" (p. 14). Até o século XIV, dissociar Espanha e Portugal, no tempo e no espaço, seria "mutilar a Península, mutilação absurda e ilógica" (p. XXVI).

Portugal e Espanha foram "inimigos, às vezes cordiais, porém irreconciliáveis" (p. 66). Politicamente, o iberismo proposto na obra sobrepõe às desavenças políticas uma ancestralidade étnica comum, levada a cabo em um território próximo geograficamente, a cultura como traço capaz de unificá-los. "Ambos os povos colonizadores tinham um lastro comum de formação étnica." (p. 20).

Os pontos de contato das raízes comuns já estão na pré-história. Em um subcapítulo denominado "Portugal pré-histórico", realiza um retorno de longuíssima duração para demonstrar a presença autóctone mais primitiva no "complexo étnico da Península", de um substrato originário da costa africana, o *homo mediterraneus*, ou melhor, *homo arabicus*. (p. 110).

Em seguida, segue os primeiros povoadores da Ibéria: iberos, vindos da África no ano 4000 a.C.. Em 1500 a.C. etruscos, provenientes da Ásia Menor. O Império de Tartesso surge nesse período, da fusão entre iberos e etruscos, sendo a mais velha civilização do Ocidente. Estabelecem-se comerciantes fenícios e hebreus, em 900 a.C. Em 500 a.C. duas novas invasões: no norte os celtas e no sul os cartagineses.

O sentido desse retorno na "carta etnológica da Península" é provar que para a formação do que os romanos designaram como *Lusitanos*, os povos ocidentais da Península, concorreram inúmeras raças.³³ "A Península Ibérica, pela sua situação geográfica, sobretudo, foi o corredor de ação de lutas de todos os povos da antiguidade." (p. 114) – tal como o Rio Grande do Sul foi o cenário dos conflitos entre Portugal e Espanha, séculos depois, na América.

Citando Teófilo Braga, em sua *História da Literatura*, fica claro que uma "raça portuguesa não existia, no conceito puro da etnologia", por serem os portugueses mesmos o resultado de um caldeamento de diversas outras raças. (p. 114).

Mais uma vez a miscigenação é também vinculante: se os ibéricos não são "puros", somos como eles. A preocupação em demonstrar a fusão de povos na Península Ibérica torna

³³ Na obra não aparece uma substituição do conceito de *raça* pelo de *cultura*, mas uma complementaridade, conciliando os dois conceitos.

um país mestiço como o Brasil e um estado como o Rio Grande do Sul parte da civilização europeia – e ocidental – não pela ascendência da "pureza", mas da "impureza".

Outro aspecto importante é o perfil deste colonizador que chegou à América. Foram, em sua maioria, os homens atraídos pelas promessas de fortuna fácil, possibilidades de grandes aventuras e glórias pessoais, aventureiros. Portugal, em especial, transformou o Brasil, muitas vezes, no exílio dos indesejáveis do reino, muito por possuir uma população reduzida, incapaz de cobrir todo o território de seu vasto império. Beneficiando-se da tolerância real, estes homens se entregavam "à franca desordem de seus instintos".

O perfil e a prática dos europeus deixaram heranças deletérias à sociedade da América Latina, não por ter ocorrido a miscigenação como o pensamento do século XIX queria, mas pela maneira. Se a colonização houvesse sido feita aspirando ao engrandecimento pessoal pelo trabalho (como, ao que parece para Manoelito, as Missões o foram), esta força geral poderia ter agido sobre o tipo do conquistador, modificando o seu caráter dedicado exclusivamente à exploração do natural através da imposição de força e domínio.

Esse caráter geral europeu chegou com os conquistadores do pampa, que nos séculos XVI e XVII, eram simplesmente o europeu aventureiro. Nele se viam as virtudes e os defeitos do país e da época a que pertenciam. E isso transferiu-se para os mestiços ibero-americanos, que herdaram de Portugal e Espanha a aptidão guerreira e a forma de combater, bem como a mesma paixão e a mesma bravura, o mesmo quixotismo (idealismo) e a mesma renúncia que tanto caracterizam o tipo espanhol – e o português.

Para os propósitos de sua tese, Manoelito considera nos contingentes portugueses mais significativos que compuseram o Rio Grande, aqueles oriundos do arquipélago dos Açores. Ressalta, também, que vieram cavaleiros do Ribantejo e Alentejo, hábeis na arte da equitação, soldados e, antes da entrada oficial dos *casais* açorianos, já haviam se instalado nas terras do sul agricultores procedentes das Ilhas.

Assim, como o Sul do Brasil, compreendidos Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foi povoado e colonizado, no seu litoral, por casais procedentes dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, interessa o exame dos aspectos dessa imigração sob o ângulo da influência e permanências mouriscas trazidas para o Brasil.

Portugal enviou povoadores às ilhas, predominantemente, algarvios e minhotos, uma população que possuía "não apenas de acentuada influência, mas de radical e indiscutível origem mourisca." (p. 144). O Sul português é a região onde as heranças árabes são mais perceptíveis – entre as ilustrações de GEB, estão algumas fotos da arquitetura algarvia. As

origens mouras deram-se fundamentalmente através da entrada, como mão-de-obra para o cultivo da cana-de-açúcar, de braços mouros – logo, o conhecimento técnico para este cultivo é também de origem moura.

Seus argumentos sobre a presença – e transmissão para o RS – de elementos árabes na cultura das ilhas perpassa desde a origem da própria designação *Azores*, significando *muros*, perpassando seus objetos preferenciais, como a cultura popular na forma de crenças, superstições (como o célebre *mau-olhado*), indumentária, música, hábitos e costumes, até a toponímia denotando a influência dos navegadores e agricultores do Algarve.

O território que hoje pertence ao Rio Grande do Sul foi, durante séculos, ocupado por espanhóis. Ao contrário de outros intelectuais do período, interessados em filiar o Rio Grande do Sul unicamente à herança lusa, negando qualquer permanência castelhana relevante no processo de formação regional, Ornellas dedica longos trechos ao "tipo espanhol", "presente nas nossas fronteiras, íntimo na vida do povo rio-grandense, idêntico em tudo ao nosso tipo racial." (p. 158). Em parte, deve-se a considerar mais semelhanças do que diferenças entre os ibéricos: o "espírito espanhol – e compreendemos aqui o complexo étnico da Península Ibérica" (p. 261). Também, e principalmente, porque esta presença foi responsável pela gênese de dois elementos fundamentais na constituição do gaúcho sul-rio-grandense.

É indiscutível que o gaúcho não existiria sem o cavalo e o gado, sua vida, seus hábitos e costumes, derivando deles. Sendo elementos fundamentais, também se prestam a uma investigação genealógica. O gado – analisando minúcias como o tipo de casco, denominações comuns da pelagem, estudos zootécnicos e crônicas de viajantes – do Rio Grande é idêntico ao do Uruguai, introduzido no continente pelos colonizadores espanhóis já no século XVI.

A arte da equitação, na Península, foi aprimorada pelo contato com os berberes e adotou formas e técnicas próprias deste povo, incluindo o tipo de cavalo, levados pelos exércitos orientais. O cavalo árabe, geralmente denominado de cavalo espanhol ou mais propriamente andaluz era famoso, sendo citado, inclusive, por Camões nos *Lusíadas*. Na América, foram introduzidos pelo adelantado Mendoza.

Seguindo Aurélio Porto, Manoelito vê o árabe/andaluz como a raça mais antiga, mais nobre e mais pura do mundo, à qual se filiam as primitivas raças que originaram o cavalo *cimarrón* ou chimarrão. Soltos em nossos campos, voltaram a um tipo mais primitivo, a uma espécie de estado de natureza. "Nasceu assim o nosso cavalo crioulo, dos melhores do mundo, tão forte, tão nobre e tão belo como o foram os puros-sangues da Arábia" (p. 155).

Deste modo, "os dois elementos primordiais que criaram o gaúcho são, portanto, da mesma origem espanhola e árabe." (p. 159). O gaúcho sul-americano, em seu período formativo, teve maior influência do cavaleiro espanhol do que português. No ribantejano e no alentejano, os tipos cavaleiros de Portugal, não há tanta semelhança – à exceção de hábitos comuns a todos povos cavaleiros – como nos espanhóis, em tudo similares, "na forma como selam seus cavalos, como montam e como vetem (sic) – há, sem dúvida, reminiscências e semelhanças impressionantes." (p. 179). E em tais zonas espanholas (Múrcia, Salamanca, Sevilha), o processo de *berberização* foi o mais intenso de toda a Península Ibérica. "Não é preciso talhar um paralelo, nesta altura entre esses cavaleiros espanhóis e o gaúcho rio-grandense, para se descobrir, sem esforços, o parentesco do homem ibérico com o homem das nossas fronteiras." (p. 180).

Investigando a psicologia coletiva do hispânico, segue a obra de Hermann Keyserling. O "espírito espanhol" é biface: "por um lado suporta, com inteireza, todas as vicissitudes: é a face estóica e fatalista; por outro, tudo despreza e renuncia: é a face mística." (p. 261).

Individualista e orgulhoso, cada espanhol presume-se o centro do universo. Inflamados pelo atrito de séculos em conflito contra os mouros africanos, desenvolveu-se um ardor religioso e patriótico, pois não era apenas uma luta política pela reconquista do território, senão uma luta de "raça contra raça e religião contra religião" (p. 186). Tais conflitos também influenciaram as atividades econômicas, predominando a vida pastoril devido à facilidade de transporte dos frutos da produção. Indiretamente, isso aumentou "a incerteza da vida e fortificou, no espanhol, o amor à aventura." (p. 179).

Sendo homens passionais, serviram com a mesma entrega a Cruz ou as armas, muitas vezes conciliando as duas vocações. "Toda a sociedade se resumia no dualismo da Cruz e da espada." (p. 185). Em nenhum outro país houve tantos escritores eminentes que fossem ao mesmo tempo soldados, percebendo-se também no perfil dos santos canonizados a postura combativa.

Dentre os espanhóis, interessa ao autor um povo diferente dentro do conjunto do país, os *maragatos*. Em um texto posterior a GEB, o autor deixa transparecer que a hipótese da obra nasceu do estranhamento gerado por esta esdrúxula palavra incorporada ao léxico português do sul brasileiro. Traçando a origem da palavra, compreendendo "a singular importância dos

vocábulos no curso do tempo, e até onde eles nos podem levar" (ORNELLAS, 1974, p. 43), encontrou as origens remotas do gaúcho e suas ascendências étnicas.³⁴

Em 1535 os primeiros colonizadores castelhanos chegados ao Prata eram dois mil e quinhentos homens. Pesquisando o Arquivo de Sevilha, encontrou sua procedência: a grande maioria é oriunda da *maragateria* e seus arredores. Tais aventureiros vestiam-se à

maneira típica de seu povo, isto é, calções amplos, tão amplos como saias (veja-se o parentesco com o chiripa e a bombacha); botas de meio pé (no formato de polainas); coletes (idênticos ao chaleco do pampa); cinturões bordados e largos, enfeitados com medalhas e moedas (o modelo da guaiaca); chapéus de amplas abas e borlas episcopais (o chapéu de barbicacho, do gaúcho, mais tarde) e lenços coloridos no pescoço. (ORNELLAS, 1999, p. 12).

Descendem – segundo cálculos antropométricos – de um grupo berbere estabelecido entre Astorga e Leão, nos tempos de Fernando I, o Católico, território que hoje é chamado de La Maragateria. As afinidades entre os dois grupos étnicos são encontradas ainda no vestuário, em hábitos, costumes e no modelo de habitação utilizado, bem como na etimologia da palavra *maragato*, nome primitivo da pequena cidade do Nilo, de onde partiram os berberes de Tárique.

Poucos estudiosos dedicaram-se à região e a seus habitantes. No século XVIII intensificou-se a chegada de inúmeras famílias no Prata. Fixando-se no interior do Uruguai, tiveram visível influência em todo o pampa do Rio Grande do Sul, "que era terra comum integrada nos mapas de Castela, uma especial relevância, acentuada até hoje na indústria e nos costumes." (p. 163).

Seus costumes não sofreram grandes transformações, mantendo a peculiar maneira de vestir, até princípios do século XIX, mantendo, inclusive, as "virtudes: o culto ao trabalho, à economia, o profundo respeito às crenças e um exaltado amor à família." (p. 108).

A presença é perceptível nos nomes de famílias uruguaias, da mais pura ascendência maragata, demonstrando, através da heráldica rio-grandense, os contatos. Muitas famílias, incluindo os Osório, são descendentes de maragatos: "E inúmeras fazendas do Rio Grande do Sul pertenceram, depois, a descendentes diretos de maragatos". (p. 161).

No Rio Grande do Sul, o desígnio pejorativo *maragato* foi empregado na Revolução Federalista (1893-1895). Os dísticos usados pelos maragatos em seus chapéus, em fitas encarnadas com letras douradas e as ligas abaixo dos joelhos foram utilizados pelos homens de

³⁴ "De um simples refrão ou mesmo de uma simples palavra, recolhidos da tradição oral, podemos chegar, às vezes, às fontes secretas da História remota, na pacienciosa pesquisa que tanto se parece à do geólogo, a cortar verticalmente a estrutura da terra para defini-la na variedade curiosa de suas sedimentações." (ORNELLAS, 1966, p. 113).

Gumercindo Saraiva. Muitos dos soldados uruguaiois eram nascidos em São José, o departamento político onde se haviam localizado com mais intensidade os maragatos de Espanha, ao emigrarem para América. "Tudo pela liberdade"; "Liberdade ou morte" são legendas mencionadas em poemas, sendo vistas como uma herança berbere.

A relevância deste tipo, dos "berberes espanhóis", em meio ao espanhol colonizador, deve-se à Ornellas enxergar justamente em seus hábitos e costumes a origem de particularidades do gaúcho sul-rio-grandense e uruguaio. Contrapondo-se à Zum Felde, defende que muitos dos elementos que compuseram o habitante da região não foram originários de hábitos e práticas de procedência quíchua-guarani: "o chiripa, o laço, as casas de barro, não remonta aos primórdios da civilização do índio, mas a um determinado elemento colonizador, no caso – o espanhol maragato, diferente física e psicologicamente de quase todos os lastros humanos da conquista." (p. 162).

Os indígenas da América Meridional, deste lado da Cordilheira dos Andes, andavam seminus, não conheciam o laço senão as boleadeiras e habitavam cabanas. Hábitos, vestes e práticas adaptadas ao meio, como o chiripa, o laço e as casas de barro, que são os nossos ranchos, vieram com o colonizador espanhol – ao contrário das principais interpretações dos estudiosos do período de publicação de GEB. Aqui, os berberes espanhóis continuaram "o uso de bombachas de pano, perfeitamente adaptáveis ao clima e às exigências do meio." (p. 181). Tomaram posse dos desertos e ensinaram "aos mamelucos que foram os primeiros gaúchos" a arte de cortar os tendões das reses alçadas, desgarroneando-as com o instrumento em forma de meia-lua, criado pelos árabes na Espanha.

E aqui percebemos a circularidade dos argumentos de GEB. Os colonizadores, principalmente os espanhóis, reencontraram "na semelhança do meio" os mesmos elementos de sua "vida primitiva", principalmente o cavalo e o gado. Assim, adaptar-se ao pampa não foi custoso para os homens europeus, pois o modo de vida que o pampa requisitava já existia em seu sangue, herdado dos berberes que outrora ocuparam a Península Ibérica e permaneceram no tipo colonizador.

3.2 Os desertos muçulmanos

No século VII, os povos da Arábia atingiram o clímax de seu poderio, dominando a Península Ibérica. Dos grupos de homens que compunham os exércitos de Tárique a maioria eram *berberes* da África, instalados, desde 1091, em todo o Garbe, toda a parte ocidental da

Espanha, isto é, todo o território de Portugal, impondo sua cultura e poder material por quase quinhentos anos. Mais do que os árabes, propriamente, influíram majoritariamente nessas regiões os grupos berberes.

Os berberes africanos possuíam velhas raízes cristãs, mas foram expulsos pela expansão dos árabes, islamizados e arabizados. Segundo Gustav Le Bon, principal autoridade citada nesta temática, numericamente foram predominantes no período de domínio da Ibéria, o que também demonstram estudos linguísticos. Dominaram toda a África Setentrional – e na região do Nilo, existiu a cidade de Maraghat. Durante sete séculos seguiram migrando, seja por migração direta ou compondo as tropas que invadiam e conquistavam a Península. Foram um povo "forte, bravo, temível e numeroso" (p. 104), com caráter profundamente religioso.

Até o final do século XVII, os mouriscos, árabes convertidos ao catolicismo, permaneceram em Portugal, incorporados como mão-de-obra, na maioria das vezes escrava. Como braços de trabalho – a palavra *mourejar* –, levaram para a Península seus avanços científicos: "Não se ignora e não se negará jamais que foram mouros e judeus arabizados os depositários, na Península, da ciência e da técnica." (p. 181).

Em Portugal, o Sul foi a região mais *berberizada*, ou onde a influência se manteve mais presente: "A indumentária do ribantejano e do algarvio, tão semelhante às vestimentas das velhas tribos mouras, a forma de selar o cavalo e o uso preferido da cordeona, lembram as maneiras do espanhol." (p. 127).

O Algarve é a província onde mais se preservaram as tradições orientais. Ali, os berberes imprimiram "as marcas mais fundas e mais perduráveis de seu espírito, de suas tradições, de seus hábitos e costumes." (p. 153). Nos trabalhos de campo, na vida da planície, na indumentária e nos utensílios de montaria, nos músicos e trovadores que carregam a gaita *zamorana* ou *kaita*, originária do Maghreb, e também o *adufe*, espécie de pandeiro que se fez espanhol e posteriormente brasileiro.

Ornellas dedica longas páginas a descrever a cultura dos árabes, concentrando-se nas realizações do califado de *El Andaluz*, enumerando os sábios que produziram ali, ressaltando que os muçulmanos, tanto os de vida errante pelo deserto – estes chamados beduínos –, quanto aqueles que se fixaram em cortes, mantiveram a tradição de serem, à sua maneira, poetas e filósofos. Enquanto "no Ocidente as sombras da ignorância se faziam densas", os califas abriram universidades, canais de rego, jardins, estudavam geometria e geografia, enriqueciam a medicina, criavam a álgebra. Permitiam, ainda e principalmente, a livre manifestação de

consciência aos povos absorvidos pelo islã, ensinando à Península Ibérica um valor moral pouco conhecido da cristandade: a tolerância.

Elemento significativo é o cuidado dos muçulmanos com a difusão cultural, da instrução superior e primária. Contrastando com uma Europa feudal, criaram escolas, universidades. A biblioteca pública dos Califas de Córdoba chegou a reunir mais de 400 mil volumes e em Andaluzia foram instaladas mais de 50 bibliotecas públicas, contendo e realizando a circulação por meio de traduções – em uma nota de rodapé são citadas centenas feitas apenas na Península Ibérica – dos clássicos gregos e romanos, mas também dos elementos científicos, filosóficos e artísticos produzidos pelos próprios muçulmanos – incluindo-se os moçárabes, os "tornados árabes", designação daqueles cristãos que adotaram as formas de vida exterior dos árabes, pelo contato, vida cotidiana, riqueza cultural.

Percebe-se que não interessa apenas uma descrição erudita da cultura árabe, mas sim os pontos de contribuições e trocas com a cultura ocidental. E aqui *cultura* é sinônimo de produção letrada escrita. Citando um rol de estudiosos que investigaram as ligações em muitos autores, Manoelito diz que o Islã produziu eminências intelectuais influentes na cultura ocidental, percebidas nas obras de grandes escritores como Voltaire, Dante³⁵, Gôngora, Cervantes, entre outros. Formas literárias amplamente difundidas no ocidente, como a novela picaresca, tem origem árabe. Nada menos do que a poesia lírica medieval origina-se da canção árabe andaluza.

Utiliza o idioma como uma fonte epistemologicamente válida para determinar demais heranças. Na organização do Estado, percebidas nas designações de funcionários e setores: alfândega, aduana, almoxarife, alcaide, tesouraria, alferes. Expressões como "esta casa é sua", "está a suas ordens", oxalá, olé, bênçãos e maldições tem origem moura. A palavra *fidalgo*, filho de algo, também. A linguagem dos pastores alentejanos e algarvios para designar suas atividades: rabadão, alfeire, almece, adula, ceibas.

Para os propósitos de sua tese, Ornelas centra-se na figura dos árabes nômades, os beduínos. Etimologicamente, *beduíno* significa o homem que vive do gado, o andarengo do deserto, o nômade primitivo, usado na obra como um paralelo para todos os povos cavaleiros da Arábia: "No tipo, nos hábitos e nos costumes do gaúcho vamos descobrir remotas influências de uma raça que viveu nômade pelos desertos da Arábia." (p. 96).

O beduíno representa a melhor adaptação humana às condições de vida do deserto. É livre, guiado por uma espécie de instinto, igualitário e fraterno. Possui um código de

³⁵ É interessante lembrar que Maomé aparece na Divina Comédia, punido de forma ligeiramente grotesca, quando o protagonista chega ao oitavo círculo do Inferno, onde estão localizados os hereges cristãos.

comportamento rígido, não admitindo a desigualdade social, sendo irrelevantes as riquezas monetárias. Julga-se superior a todos os homens, sejam escravos ou aristocratas.

Mantém um senso de comunidade, na qual todos são irmãos. Por sua tribo, está sempre pronto a todos os sacrifícios:

"O árabe coloca acima da própria vida a prosperidade, a glória e a honra da comunidade que o viu nascer e que o verá morrer. Não é um sentimento semelhante ao nosso patriotismo [...] É uma paixão violenta e terrível e ao mesmo tempo o primeiro e o mais sagrado dos deveres: a verdadeira religião do deserto." (p. 97).

A herança étnica desses povos aos gaúchos sul-americanos é indireta, dando-se através do pioneiro peninsular. "No fundo eram um mesmo tipo humano – [peninsular e] o árabe ou o mouro do deserto, insuperável nas razias, no manejo dos alfanjes, fanático e idealista, dentro de um mesmo território" (p. 188).

Vivendo em meios semelhantes, gaúchos e beduínos conservam um grau de parentesco: "se conclua pela semelhança iniludível da vida do beduíno com a vida do gaúcho. Um, do estéril e areento deserto africano. Outro, das verdes e imensas planuras melancólicas da América." (p. 181). Além disso, étnica e linguisticamente os árabes são uma mescla de tribos africanas e semíticas, sendo "um povo de fronteira que, pela força do solo e do clima, chega a adquirir inequívoca individualidade, transfundido e fiel a si mesmo." (p. 97).

Salta aos olhos as peculiaridades árabes escolhidas. Não por coincidência, após demonstrar as semelhanças através do tipo de vida em regiões desérticas, Manoelito fala sobre o amor incondicional pela comunidade como a principal característica daquele tipo. Valores como a bravura, a destreza em armas e até mesmo o narcisismo são um tanto quanto óbvios diante da imagem esculpida pelo próprio autor para os gaúchos sul-rio-grandenses. Contudo, a "verdadeira religião do deserto" é a paixão pelo coletivo do qual fazem parte, sobrepondo os interesses da comunidade aos individuais.

Levando-se em conta o período de gestão, pesquisa e publicação de GEB, o eixo do paralelo principal contido no título da obra e esta característica não parece ser uma invocação sem claros propósitos políticos, tornados mais nítidos quando o Autor fala sobre o tipo social representativo regional, o gaúcho.

3.3 O Rio Grande do Sul

No princípio era a terra. A terra, porém, estava informe e coberta pela barbárie. Ainda que não sejam propriamente suas frases iniciais, esta poderia ser a gênese do Rio Grande do Sul segundo Manoelito de Ornellas. Vieram os homens europeus, transpondo o difícil acesso daquele espaço, verdadeiro continente isolado pelos areais litorâneos, pelos rios, as serras e as selvas. À diferença do restante do Brasil, não houve uma majoritária colonização através do litoral.

"O Rio Grande nascia do impulso desbravador de três correntes humanas, diferenciadas nos seus propósitos, mas semelhantes nas suas origens raciais." Pelo oeste e sul, os espanhóis jesuítas das Missões; pelo norte, os mamelucos luso-brasileiros de Piratininga e Laguna; através do litoral, os portugueses açorianos. E o lastro em que se fundiram era o índio "o tape, no litoral, o guarani, nas missões e o charrua, nos plainos da Banda Oriental." (p. 5).

Cada um destes grupos de homens contribuiu para a composição étnica do povo sul-riograndense, estabelecendo redutos demográficos que – não obstante a imigração italiana e alemã posterior – conservaram as características peculiares de seus fundadores: o tipo humano da Campanha, Missões e Depressão Central influenciado pelos castelhanos; no Planalto Médio e nordeste, a ascendência do mameluco paulista; os açorianos, na vida e feições das cidades próximas da costa e rios.

Reconhecemos imediatamente a narração do princípio como a ideia estruturante do relato. Do princípio e de suas permanências. E para todo começo há um fim implicado, destino, previamente conhecido por aquele que escreve a história: e "haveria de ser o campo bravo de recontros sangrentos, nas lutas pela hegemonia territorial no Continente entre os Reinos de Espanha e Portugal." (p. 4).

Nessas passagens está contida também a delimitação temporal de *Gaúchos e Beduínos* (GEB): entre a chegada dinâmica das três correntes migratórias e o encerramento dos conflitos de limites sobre o território correspondente de cada potência ibérica, com a concessão das sesmarias e estabelecimento das primeiras estâncias. Tal recorte não inclui os elementos étnicos negros, pois não se recebeu um continente humano significativo naquele período.³⁶ Este é o tempo da *formação social* da região.

³⁶ "A contribuição do negro" é um subtítulo incluído posteriormente, ainda assim de extensão bastante reduzida. Na edição de 1956 não consta. Em 1948: "O negro foi o único elemento inexpressivo, entre os lastros étnicos do nosso surgimento. Por um motivo explicável: o Rio Grande só conheceu, de início, a indústria pastoril, para a qual o africano foi elemento secundário. Caio Prado Junior, analisando o povoamento da nossa região litorânea, deu-lhe como base principal o açoriano, que nos assegurou a permanência de uma pureza de sangue que as condições

Dentro da grande narrativa regional, as ações da Companhia de Jesus recebem um papel destacado. Ao contrário da visão antijesuíta, excluindo as Missões da história sul-rio-grandense, predominante no campo intelectual desde a proclamação da República (TORRES, 1996), Ornellas requisita um lugar em outra tradição, a de Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu e Eduardo Prado para quem a história dos jesuítas é um capítulo fundamental na escrita da história nacional, por mais avesso que se fosse às "coisas da Companhia": "E que historiador (...) ousará denegrir a obra imensa e benemérita desses homens que, no Brasil, por exemplo, alicerçaram a estrutura nacional pelo ensino da língua portuguesa e a tarefa indigente da catequese?" (p. 62).

O protagonismo da Companhia na ocupação das terras confunde-se numa mesma imagem ao projeto civilizatório dos padres – principalmente Antônio Sepp, "o Anchieta das selvas meridionais da América" (p. 62) – responsáveis por introduzir nas Missões "os elementos mais avançados da civilização" (p. 49). Houve uma efetiva ocupação do território, promovendo a fixação do homem a terra em torno do trabalho regular, opondo-se ao padrão dos aventureiros ibéricos e ibero-americanos, preocupados somente com a exploração, seja do homem ou da terra.

Percebe-se uma clara apologia à obra dos missionários, contrapondo todas as críticas da historiografia.³⁷ A perseguição dirigida aos jesuítas, acusados de criarem um Império independente, defenderem os interesses da Coroa espanhola, escravizarem moralmente os indígenas não encontraria fundamento na prática cotidiana das Missões e suas relações com o universo colonial.

Para o autor, os padres preocuparam-se com o bem-estar do gentio, aprendendo e esboçando as primeiras gramáticas das línguas autóctones. Transmitiram todo o conhecimento que traziam da Europa, ofícios mecânicos, artísticos, imprimiram livros. Muitos índios foram latinistas e escreveram sermões.

O cotidiano missioneiro é descrito, representando uma vida regrada, com papéis e ofícios determinados dentro daquela sociedade seguindo "uma Constituição democrática, social e cristã, de profunda sabedoria para a época e o meio." (p. 55). Submeteram-se a um rigoroso regime econômico, produzindo muito mais do que consumiam, comerciando erva-mate e gado

de outras capitanias tornaram precária. Doutra lado, o baixo nível econômico destas capitanias meridionais até a data que nos ocupa, impediu o afluxo numeroso de negros. Não abundaram, por aqui, os escravos porque a nossa única indústria, naquele tempo, não reclamava grande quantidade de braços." (p. 15-16)

³⁷ Na primeira edição de *Gaúchos e Beduínos* (1948), é mencionado na folha de rosto um livro que estaria em preparo, chamado *Pequena História dos Sete Povos* (história das Missões Orientais do Uruguai). A obra não foi publicada. Muito provavelmente estas pesquisas foram incorporadas na segunda edição de GEB. As Missões é um dos temas que mais significativamente aumenta seu volume, entre a primeira e a segunda edições.

com os núcleos coloniais de Soriano e Santa Fé, a partir das estâncias missioneiras em campos do Rio Grande. "São Miguel se tornou o centro principal das Missões. Fabricava rendas, tapetes, sinos, relógios, tiorbas, alaúdes e imprimia livros sagrados." (ORNELLAS, 1960, p. 12)

Nunca se privou à liberdade os indígenas, aspecto perceptível no fato de ensinando-se táticas militares, refinadas ao ponto de gerar um general como Sepé Tiarajú.³⁸ Fora das reduções, o destino era o encontro com os escravagistas mamelucos, a espoliação das terras que lhes pertenciam e sua própria liberdade de locomoção.

Convenhamos que não se concede tudo isto a um povo que se deseja manter escravo, pela ignorância. [...] A uma recente afirmativa de que os índios aldeados viviam numa *absoluta escravidão moral* em relação aos padres, perguntar-se-ia em que parte do território colonial da América obtiveram eles trato mais afável, mais humano, mais paternal e mais cristão? (ORNELLAS, 1999, p. 50).

Enganam-se também os que atribuem aos padres da Companhia de Jesus propósitos expansionistas em nome simplesmente da Coroa de Espanha – como suspeitou Alfredo Varela. Eram, na sua grande maioria, espanhóis, italianos, neerlandeses, sicilianos, romanos, austríacos, flamengos "unidos pela Fé comum e impulsionados pelo mesmo sentimento de solidariedade cristã". (p. 61).

As Missões sobrepuseram os interesses políticos de Espanha e Portugal:

Do confronto documentário [...] conclui-se que os problemas para os padres da Companhia eram o de ordem espiritual e o de ordem econômica, presos como estavam os interesses da catequese à estabilidade material do índio e ao trabalho regular das reduções. [...] Nada se descobre que nos autorize a denunciar nos jesuítas uma exagerada paixão nacionalista. (p. 44).

A luta contra o avanço dos limites portugueses deve-se ao temor de uma maior proximidade do bandeirante paulista. Opor-se à escravidão indígena que ocorria em territórios portugueses e espanhóis indispos os jesuítas do lado espanhol, com os vice-reis e do lado português, com os mamelucos *caçadores de homens*. Além disso, a presença dos padres, tanto nos aldeamentos portugueses como espanhóis, significou um percalço religioso à desbragada orgia a que se entregavam os conquistadores na terra cheia de mulheres jovens e riquezas fartas.

No Sul, a ação dos bandeirantes iniciou-se no século XVII, caracterizando-se unicamente como uma empresa para captura de gado e indígenas. Necessitando os paulistas de braços escravos para o cultivo de suas lavouras, para suprir o mercado do Norte e reforçar com arqueiros suas tropas, os aldeamentos jesuítas foram os grandes alvos. Através destas ações,

³⁸ "Tiaraju conhece, como um velho tapejara, todos os detalhes físicos da região que palmilha. Tem o instinto primitivo da raça, aguçado pelas luzes da civilização que o envolvera." (ORNELLAS, 1960, p. 49).

indiretamente, os bandeirantes beneficiaram a Coroa portuguesa, contendo a expansão castelhana e enfraquecendo seu poder – conclusões semelhantes às de Moysés Vellinho, citado na obra (p. 45).

Contudo, quanto ao caráter de tal expansão, ao contrário da visão de Vellinho e outros defensores de uma representação bandeirante nacionalista, envolta em benéficas ações expandindo as fronteiras ao Sul, barrando jesuítas e espanhóis, Manoelito vale-se da tese de autores como a Padre Serafim Leite, muito citado com sua *História da Companhia de Jesus no Brasil*, para defender que tais conclusões não se aplicam às expedições no Sul. Aqui, até a metade do século XVII, as ações foram puramente predatórias – chegam a ser denominados bárbaros praticantes de atos de vandalismo (p. 59) –, incentivando a animosidade entre os indígenas, combatendo os padres – espanhóis e portugueses, cujas reduções também foram atacadas na costa atlântica –, não fixando povoamento ou contribuindo para a demarcação das fronteiras, atrasando em um século a colonização do Rio Grande do Sul. Para que o estado viesse a ser Brasil, posteriormente, foi preciso muito sangue e luta.

Com a assinatura do Tratado de Madri e a Guerra Guaranítica (1750-1756), ocorre "o colapso de uma grande civilização" (p. 58). O permanente conflito entre os grandes reinos ibéricos era secular. Quando, finalmente, se recorreu ao bom senso e à equidade para solucionar-se os problemas limítrofes das Colônias, encontrou-se uma solução "racional e lógica" (p. 39), assinando-se "o mais sábio e equilibrado dos tratados políticos de que há memória" (p. 69).

O Tratado de Madri merece uma detalhada análise, possivelmente por sintetizar a imagem do RS como um lugar-síntese para os conflitos entre Portugal e Espanha na América. Representa a fusão dos dois povos, ao consentir a permanência dos portugueses na Colônia de Sacramento, sendo por isso o precursor da doutrina do pan-americanismo (p. 39), o "mais sábio documento político do século XVIII na vida da Península" (p. 40). Entretanto, comporta em si um paradoxo:

Embora o tratado fosse impiedoso – e isso é inegável! – no que se refere propriamente à transmigração dos índios aldeados, também é forçoso reconhecer que só ele, nas suas linhas gerais, poderia dar uma solução conciliatória e definitiva às divergências na América. Se, por um lado, criava um comovente e grave problema humano, por outro dirimia contendas territoriais (ORNELLAS, 1999, p. 42).

O Tratado de Madri seria irreparável se permitisse aos índios nas Missões o mesmo direito dos portugueses da Colônia de Sacramento, manter-se em seu território, pois a absorção

dos povos missionários não seria difícil, visto que não falavam o espanhol, mas sim o guarani. Para os jesuítas, seria indiferente a nacionalidade de seus superiores.

Era impossível aos padres da Companhia aceitarem de forma passiva, indiferentes "ao drama desesperado das Missões – que eram obra do seu esforço, de seu sacrifício, de seu sangue." (p. 56). Se os padres tiveram ou não interferência na resistência armada, o ato foi plenamente justificado, além da consciência de que o deslocamento dos indígenas privá-los-ia da erva-mate, cujo cultivo lhes era essencial e provia dividendos, inclusive para pagar os tributos devidos às Coroas.

Os jesuítas que se envolveram nos conflitos, defenderam "a segurança de suas *Santas Províncias* e a estabilidade do império espiritual que haviam formado sob as bandeiras de Cristo, à custa do próprio sangue e da própria vida." (p. 44). Depois dos eventos, os indígenas passaram a mais negra condição de miséria, os que sobreviveram foram um rebotalho de tribos que chegaram a conhecer a riqueza e o bem-estar. No colapso da civilização missionária, perdeu-se um grande centro de progresso e cultura.

Da mesma forma, a revolta e resistência dos guaranis era legítima e não poderia ser contestada. A força motivadora para a resistência era o telurismo, descrito pelos próprios jesuítas em suas cartas e relatos, que sintetiza o amor pela terra em que se vive, "não ligada a nacionalidades e sim a fatores psicossociais". Tal concepção embasada no telurismo foi defendida por Assis Brasil, Alcides Lima e Cezimbra Jacques, nos últimos anos do século XIX e retomada por Manoelito e Mansueto Bernardi nos anos 1950, situando a resistência dos guaranis, em especial de Sepé Tiaraju, que morreu em defesa da terra que viveu e amou. (TORRES, 1996, p. 380).

Ao longo de GEB, o indígena retratado é o guarani aldeado, reforçando a perspectiva de que a importância da reintegração das Missões na história do RS estava ligada ao seu papel civilizador, minorando a relevância da cristianização, o que era o ponto principal na tradição de Carlos Teschauer, em *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos* (1918), e Luiz Gonzaga Jaeger, com *O primeiro civilizador do Rio Grande do Sul* (1934), *A família guarani cristianizada* (1937) e *Os heróis do Caaró e Pirapó* (1940) – os dois grandes expoentes da escrita da história missionária em solo sul-rio-grandense.

Assim, na trama geral, a "obra civilizadora" dos jesuítas foi fundamental no processo de *formação social* do Rio Grande do Sul. Censurados pelo que impediam e defendiam, foram reprimidos pelos "senhores novos da terra, absolutos na aplicação da justiça temporal e donos dos campos, dos rebanhos e das gentes." (p. 52). O fervor com que os guaranis reduzidos

combateram e morreram em defesa de suas terras e de suas aldeias, o telurismo, é um dos elementos principais na pedagogia cívica contida no relato de Manoelito – e em sua atuação político-intelectual como um todo –, exemplificando historicamente o sentimento de pertencimento territorial ao lugar onde foram plantadas as sementes da civilização sul-rio-grandense, mantendo continuidade e coerência entre passado e presente.

Na região das Missões do Uruguai também estabeleceram-se colonizadores espanhóis, fidalgos a serviço real. Até inícios do século XIX, dominaram horizontalmente toda essa vasta região, "servido[s] pela obra catequista do jesuíta" (p. 15). Antônio Álvares Pereira Coruja, comentando as memórias de Pizarro e Araújo relativas ao Continente de São Pedro, confirma que em 1742 o Rio Grande do Sul era um território parcamente ocupado por portugueses, com uma única freguesia criada, em Rio Grande.

Ponto fundamental para sua tese é a demonstração dessa presença e influência cultural e "de sangue", sensíveis em diversas regiões brasileiras, especialmente em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Essa constante alternativa de posse e domínio, da Colônia do Sacramento e do Território das Missões, provocou entre o Rio Grande e o Uruguai uma interpenetração luso-espanhola, que posteriormente será utilizada para atestar a "quase que uma só fisionomia" entre "o gaúcho das duas parcelas territoriais". "Portugal deixou profundas influências na vida uruguaia como o Uruguai deixou profundas influências na vida rio-grandense." (p. 37-38).

Os vetores de integração são estabelecidos através do folclore. Utilizando Luís Câmara Cascudo, Manoelito vê os mitos gaúchos da região missioneira e da Campanha como possuindo identidades comuns com o Uruguai e o norte da Argentina, marcados muito mais pela influência castelhana e indígena, do que pela portuguesa.

Nas zonas onde o espanhol esteve presente, "foi talvez o primeiro a receber a marca da tradição hispano-arábica" (p. 172). Através da análise de superstições, credices populares e folclore, remete às raízes desses elementos para estabelecer as permanências e tradições nos mesmos fenômenos em solo sul-rio-grandense. Note-se que o imaginário é tomado enquanto uma fonte válida: "a tradição moura não abandonou ainda a imaginação da gente ibérica: espanhóis, portugueses ou ibero-americanos." (p. 174).

A presença espanhola, naqueles tempos de fronteiras políticas imprecisas, é vista como fruto, principalmente, do desleixo de Lisboa pela Colônia como um todo, mas com a Capitania em particular. O "grande drama histórico da terra" era uma constante em toda vastidão do império lusitano: o reduzido número de colonizadores, principal obstáculo à preservação da

posse portuguesa. Este aspecto inter-relaciona-se com a fácil penetração espanhola nas extensas regiões de campo do Rio Grande.

Recorrer à imagem de um deserto, pouco povoado e esquecido pelo poder público é uma constante ao longo da obra: éramos "uma Capitania sepultada ao abandono" (p. 73). Além do parco povoamento, os conflitos constantes entre as duas coroas, na região, desde os primeiros tempos, não "havia deixado, no Sul, lavouras, fábricas ou escolas. Apenas o aprendizado da guerra e o clima propício ao caudilhismo que mais tarde proliferou." (p. 21).

No século XIX a situação geral não havia se transformado significativamente. Pesquisando um conjunto de cartas régias entre 1804 e 1809 – anexadas na segunda edição de GEB –, para reconstruir o perfil do RS no período, escolhe as de Domingos José Marques, que "antevia a grandeza futura da Província", expondo o estado de desamparo da Capitania, vigorando a desordem, a falta de povoação e ausência de Justiça. Este último aspecto, em especial, era a causa comum das deserções de muitos casais para o domínio da Espanha, devido às violências sofridas e ao despotismo "nestas distâncias abandonadas" (p. 71-72). A parca presença colonizadora efetiva era, ainda, agravada pelos abusos de poder.

Depreende-se dessa condição de fronteira militarizada o papel da região no todo nacional: "mais restritamente que o resto do Brasil, ficou confinado à missão histórica de guardar a faixa territorial da estremadura sul do Brasil." O modo de vida conformado no cumprimento desta *missão histórica* moldou os homens: sem contato "com a civilização e a cultura de seu século. Isolado no 'continente' da Província, nem escolas conhecia. [...] Quando as Cortes de Lisboa pediram um representante ao Rio Grande, a dificuldade constituiu no encontro justamente de um homem letrado." (p. 76).

Entretanto, mesmo permanecendo por séculos neste espaço, "por mais importantes que fossem os contingentes espanhóis na formação social do Rio Grande, o certo é que o português imprimiu um cunho inapagável ao caráter do nosso povo. E prevaleceu dominante." (p. 20). Partindo da costa atlântica, os açorianos compensaram seu reduzido número com a "tenacidade da raça", construindo paulatinamente o Rio Grande lusitano através dos burgos que nasciam.³⁹ Em sua generalidade, os *casais* vieram para o amanhã da terra, desacostumados às lides campeiras, utilizando para tal atividade a experiência dos *changadores* e *gaudérios* aos quais remuneravam.

³⁹ Um antepassado de Manoelito, Jerônimo de Ornellas de Menezes e Vasconcelos, pertencente a uma das famílias mais antigas da Ilha da Madeira, foi o pioneiro na implantação do núcleo de povoamento – a Estância do Dorneles, no Porto de Viamão – que deu origem à cidade de Porto Alegre. (SPALDING, 1969, p. 1).

Dentre os súditos portugueses que vieram, também estavam cavaleiros do Ribantejo e Alentejo, hábeis na arte da equitação – que receberam dos árabes – e, "sem dúvida", segundo o autor, foram os "tipos destemidos" que se afundaram nas fronteiras: os primeiros *gaudérios*. Estes estavam interessados no comércio estabelecido entre as estâncias jesuíticas e os núcleos coloniais espanhóis. A criação de gado torna-se de uma importância notável. Dispersado após a Guerra Guaranítica, o gado introduzido pelos espanhóis tornou-se chimarrão. Crescendo em importância e rendas o comércio *vacum*, foram-se impondo limites às terras, estabelecendo as primeiras estâncias.

Nasceram dessa maneira as primeiras sesmarias. A política de distribuição seguiu parâmetros de renda, conceder terras a quem já possuía muitos recursos, o que era uma "política suicida, estranguladora do trabalho e da produção" (p. 88). Aos pobres, diante das apropriações de quem já possuía muito dinheiro, não lhes restava alternativa a não ser converterem-se em arrendatários.

No entanto, o "cunho inapagável impresso em nosso povo" pelo português é cunhado por um episódio específico. Em novembro de 1801, os sul-rio-grandenses, aproveitando-se da confusão europeia ocasionada pela ascensão de Napoleão, "resolveram, eles sós, anular pelas armas, a espoliação sofrida com o Tratado de Santo Ildefonso.", reintegrando ao território português as Missões Orientais, subtraídas por este tratado, sucessor do Tratado de Madri. (p. 68). Este episódio tem particular relevância para a trama urdida por Ornellas

Primeiro, porque ao consultar a correspondência pessoal dos "modestos rio-grandenses" envolvidos – Borges do Canto, Manuel dos Santos Pedroso, Gabriel de Almeida, Francisco Carvalho da Silva – Manoelito defende que só as armas dos rio-grandenses puseram fim às contendas em torno do território missioneiro, que se arrastava desde os princípios da colonização.

Segundo, porque é o evento-síntese para a formação de uma consciência patriótica e de pertencimento nacional no estado: "O civismo era a força secreta que animava aquela gente. Na alma daqueles homens quase rudes, nascia, por entre as arestas de uma tumultuária formação moral, a mais legítima consciência de pátria" (p. 68). O "surto cívico de 1801", ao contrário das bandeiras, deu fisionomia geográfica, social e política ao Rio Grande e

o complexo territorial que permaneceu para sempre nos mapas do Brasil não resultou dos esforços ou dos sacrifícios alheios, mas da audácia, da renúncia e da coragem dos próprios rio-grandenses-do-sul. Foi o rio-grandense do sul que pôs termo definitivo à versatilidade política das Missões [...] O Rio Grande do Sul é uma conquista dos pioneiros vindos de Laguna e de São Paulo, alheios à organização das bandeiras e de seus próprios filhos. Graças à espada e à cavalaria de Rio Pardo e Viamão, o Rio

Grande tornou à comunidade portuguesa. E essa espada e essa cavalaria eram autenticamente rio-grandenses e portuguesas. (ORNELLAS, 1999, p. 69).

Militarmente, o Rio Grande do Sul foi uma conquista dos sul-rio-grandenses descendentes de portugueses e luso-brasileiros. As tentativas de revanche espanhola seriam mais difíceis, pois o "surto cívico" chamou a atenção da Coroa, que modificou o olhar sobre a Capitania. Uma sequencia de atos levados a cabo pelo Príncipe Regente demonstraram quão intensa fora "a repercussão no seu espírito da investida audaz e corajosa dos rio-grandenses-do-sul." (p. 75).

D. João cria a Capitania de São Pedro (o documento consta como anexo em *GEB*) e instituições estatais para melhor gerenciá-la. Ordena o estabelecimento de forças armadas regulares, mas, mesmo recomendando cautela no alistamento militar, pois não poderiam faltar braços para cultivar a terra e criar o gado, suas ações visavam o fortalecimento da defesa fronteiriça. Por mais que ressaltasse cuidados à produção econômica, seus objetivos visavam abrir caminho para a conquista da Cisplatina. E os colonizadores que aqui se estabeleciam – bem como seus descendentes – seguiram convertendo-se em elementos de guerra e a região mantinha-se como um espaço militarizado.

Se pensarmos que *Gaúchos e Beduínos* é a resposta de Manoelito aos debates em torno da identidade regional, aproximando-a da nação brasileira, a análise do "surto cívico de 1801" é bastante significativa. Não se nega o papel de "sentinela da fronteira" para o Rio Grande, muito pelo contrário, reafirma-se essa memória política, articulada com sua consequência: tornar visível à administração central a força e iniciativa dos sul-rio-grandenses, retomando o território ao ignorar determinações diplomáticas vindas, justamente, destas instâncias centrais de poder.

Contudo, para explicar hábitos, costumes, indumentária, música, linguajar, as tradições dos rio-grandenses da fronteira com o Uruguai e a Argentina, faz-se necessário o exame de fontes mais remotas. Ali, o lusitano, ilhéu ou continentino, não imprimiu marcas significativas no primeiro século de colonização, penetrando como soldado e em número reduzido.

Partindo do espanto de Alfredo Varela – em *Revoluções Cisplatinas* (1915) – diante da rápida e completa transformação portuguesa naquela região perante o novo meio, novo clima e novo modo de vida, Manoelito diz: se Varela houvesse ultrapassado "a fronteira da história para a indagação sociológica, teria encontrado na *fácil adaptabilidade* e nesta *transformação surpreendente*, a lei do atavismo a remontar no homem do pampa o homem das distâncias e dos desertos áridos." (p. 8, grifos do autor).

Na época em que Portugal dominou efetivamente o território onde hoje se encontra o RS, já existia uma cultura, perfeitamente adaptada. Havia o gaúcho, mestiço de índio e ibérico, dominando o pampa comum. De acordo com a "lei do atavismo", os "homens traziam no sangue o nomadismo de séculos" (p. 153) de outros homens de a-cavalo de outras planuras, aqui, despertados outra vez:

E chegaremos à conclusão de que não foram apenas o *meio* e o *clima* os agentes da metamorfose, mas principalmente o *novo modo de vida*, isto é, a fácil adaptabilidade do ádvena aos hábitos e costumes que encontrou na terra. No caso uma inversão de influências: não trouxe a indumentária nem a criou nem tampouco os utensílios peculiares ao gaúcho. Recebeu-os do gaúcho, que já existia e há muito transitava pelos pampas da América. (ORNELLAS, 1999, p. 8).

Espanhóis e portugueses, descendentes de berberes e árabes, agitados pela febre das novas descobertas do novo mundo, encontraram um modo de vida familiar adaptado a um meio também familiar:

Nas savanas de pasto lustroso e baixo, encontraram [...] o seu novo habitat. A mesma extensão solitária, os mesmos horizontes sem paredes, daqueles desertos áridos que seus avós haviam perdido, porém, aqui, o verde cambiante do pampa, a monotonia das ondulações sem arrojo, de longe em longe quebrada pelo relevo mais alto de uma caxilha ou pela curva sensual de uma canhada. (ORNELLAS, 1999, p. 154).

Deserto é lido metaforicamente, vendo nas planícies abertas do pampa algo infinito, inóspito. Mas também a ausência de habitantes permanentes, desabitado pela "civilização". O meio é incorporado como um dos elementos no traçado paralelo entre gaúchos e beduínos. O deserto verde, o pampa fronteiro, é antropomorfizado, de maneira bastante semelhante ao seu congênere árabe: "melancólico, mas rico de profundidade e de horizontes. Imenso e iluminado, imponderável miragem, de beleza quase incorpórea, lírica, abstrata, na sua desmesurada fantasia e na sua embriaguez de infinito." (ORNELLAS, 1960, p. 90).

Veremos como essas características forjam o gaúcho oriundo deste espaço, à sua semelhança, como uma força plástica atuante sobre os indivíduos que o habitam, explicando também as semelhanças entre os gaúchos sul-americanos:

Em toda a vasta região do pampa indiviso, que na constância das suaves ondulações não aceitaria futuras raias políticas, a criar entre homens de três pátrias os mesmos hábitos e os mesmos costumes, perdiam-se os rebanhos selvagens de cavaleares e vacuns, a desafiar o espírito aventureiro e jovial do gaúcho. (ORNELLAS, 1999, p. 82-83)

Manoelito de Ornellas vai pensar, então, o homem novo que se formou na adaptação do mestiço espanhol e português à vida na América: "o *homem novo* do sociólogo Euclides da

Cunha e do poeta José Joaquín Pérez; resultado de muitas gerações de distinta origem que viveram juntas e sob as mesmas condições." (p. 14). E o homem tipicamente sul-rio-grandense, tipo-social por excelência, é o gaúcho.

A gênese biológica do gaúcho é encontrada nos mestiços de espanhóis e índias, frequentes desde as primeiras décadas da colonização. Nos arquivos, relatos administrativos, diários de aventureiros, cronistas e outras fontes constam que os espanhóis tomaram para si uma quantidade imensa de *cunhãs*. "Assunção chegou a ser chamada de 'Paraíso de Maomé', pois as casas dos senhores espanhóis abrigavam – à maneira dos haréns do Oriente – vinte, trinta e até sessenta mulheres índias!" (p. 12). A poligamia era comum e tolerada.

Esse mestiço "deu o primeiro *rastreador*, o primeiro *desgarrador*, o primeiro *changador*, e por vezes, egresso dos redutos subordinados à lei, foi também o *quatrero*, *vagabundo dos campos e ladrão de gados*." Nesta figura "lendária do *matreiro*" está o "precursor do gaúcho, o próprio *gaúcho* primitivo, com todas as vantagens e prejuízos de sua condição de mestiço e todas as influências perniciosas do meio bárbaro." (p. 13). Surgem pela necessidade de manejo do gado, "da doma, das volteadas e das tropas que se conduziam das estâncias missioneiras às reduções" (p. 162).

Em 1624, na Colônia de Soriano, iniciou-se o comércio e contrabando de gado com as Missões do Paraguai, através das campanhas que seriam depois o Rio Grande do Sul. Assim, a origem geográfica do gaúcho primitivo sul-americano são as terras comuns entre o Uruguai e o RS.

Documentalmente, o *changador*, gaúcho que carneava a rês alheia para vender o couro ou trocá-lo nas *pulperias* apareceu na Banda Oriental em 1729, revelando-se na Argentina apenas em 1748. Aurélio Porto encontra as primeiras menções a *gaúchos de campo* em solo sul-rio-grandense durante as demarcações de limites (1750-1783), egressos e desertores das tropas de linha, referidos como *ladrões de gado* ou *gente vagabunda dos campos*.

Os *gaudérios* foram homens adaptados à rica e árdua vida pastoril que florescia nos riquíssimos campos do Sul – a Natureza regional era magnífica, dotando o homem de tudo o que necessitava para a felicidade. Vivia fartamente. Subjugava o melhor potro, escolhia a melhor vaca para carnear ou negociar, quando precisava de dinheiro. A "vida equestre, a alimentação carnívora, a rude intempérie, os ventos tônicos do Oceano e do Pampa fizeram o homem magro, duro, ágil e de textura biliosa." (p. 85). Entre travessias, a boleadeira ou o laço capturavam tudo necessário para viver, oferecido pela opulenta terra: cavalos chimarrões ou da rês alçada. Sazonalmente, trabalhavam nas estâncias.

Do *modo de vida* estabelecido nos pampas criou-se uma cultura própria. Seguindo seu método genealógico, Ornellas investiga as origens ancestrais do folclore, das lendas, dos hábitos, superstições, indumentária da cultura gaúcha, procurando as origens possíveis da cultura dos gaúchos.

Dentre as lendas antigas, a Salamanca do Jarau merece longa análise, vista como indício das permanências árabes na cultura ibérica e sua transmissão para América – reflexo da tese central. Em diversos lugares de Portugal e da América há lendas sobre mouras encantadas, variando conforme cada povo a recebeu, mas nenhuma versão é tão oriental quanto a do Rio Grande, principalmente pela original presença da Princesa Moura, na transfiguração da teiniaguá.

Baseando-se no registro de Simões Lopes Neto, nos diz que a lenda encontra-se aqui com a "ingênua e confusa" tradição guaraníca. O "fundo simbólico" de algumas passagens é analisado, significando cada elemento que a compõe, vinculando-os a imaginários coletivos americanos ligados à aspectos mágicos da natureza: o carbúnculo, a mãe-do-ouro da lenda para os indígenas, a força da terra, o cerro ou a montanha encantados, as lendas em torno das lagoas paradas.

Em parte, a lenda também reflete a credence popular e a superstição características dos ibéricos, que Miguel de Unamuno acredita ser mais intensa na Espanha do que em Portugal "o que nos leva a preferir o meio-termo, isto é, a afirmar que tanto em Portugal como na Espanha – povos irmãos – a credence e a superstição, como heranças dos mouros, são vivas, palpáveis, eloquentes." (p. 177).

O beduíno do deserto e o gaúcho dos *llanos* compartilham hábitos, práticas e comportamentos, típicos dos homens que se encontram por longas horas em contato apenas com o silêncio da imensidão. Através das comparações culturais, rituais também são vistos como assemelhados. O casamento gaúcho é feito, com pequenas diferenças, como o casamento árabe – mais especificamente como o dos berberes da Maragateria. A composição do lar, em sua inviolabilidade, à semelhança ao do espanhol, lembra o harém árabe, principalmente na tendência mística comum aos três tipos humanos. "O galpão é uma tenda que se fixou. Trocaram-se os panos ondulantes pelas paredes de barro. Sua vida interior é a vida de uma tenda do deserto." (p. 243).

Também como os árabes, desprezava e subestimava a agricultura, preferindo desenvolver atividades econômicas ligadas ao gado e ao cavalo, envolvendo o manejo da faca e do couro. Nunca fora ocioso. Um instrumento largamente utilizado pelos primeiros

changadores, para cortar o garrão das reses alçadas, é originário da arábia, espécie de foice em meia-lua.

As origens portuguesas do folclore regional são estabelecidas em diversos fenômenos. A cavallhada, instituída no RS pelos jesuítas, tornou-se uma das nossas mais reconhecidas tradições, realizada pelos descendentes de portugueses em toda costa litorânea e na região central do estado. A festa recria os torneios medievais encenando as batalhas da Reconquista entre mouros e cristãos. Ainda, as canções de roda e o desafio de galpão estão presentes e são muito semelhantes. Outras, como o *jogo da tava*, são originárias da Espanha.

A vida daqueles gaúchos primitivos é descrita – ou ficcionalizada? – em seus detalhes. Suas poucas posses, os hábitos nas lides de campo, o amor às razias sentindo a guerra como um esporte belo, propício à renúncia da vida e a rasgos de heroísmo. A generosidade e a hospitalidade, relatadas por viajantes que passaram pelas tendas árabes ou pelas casas na Campanha.

Para chegar-se à indumentária, Ornellas utiliza como fontes os relatos de viajantes e cronistas, em especial, nesse aspecto, a descrição de Félix de Azara, que deparou-se com gente fugida dos cárceres e da perseguição das tropas de linha, chamados de *gaúchos* ou *gaudérios*. Alguns prendiam os cabelos com a "vincha", "um lendo ou larga fita branca que o índio vulgarizou, de remota lembrança oriental". Outros usavam o sombrero que o espanhol importara da Ibéria. "Alguns traziam nu o torso, e outros se vestiam com camisas de chita e, quando favorecidos pela fortuna, com palas de seda ou de vicunha. Todos usavam porém botas de potro e chiripa." (p. 85).

Os registros sobre a indumentária, logo, a cultura, é o ponto de diferenciação entre os gaúchos uruguayos/sul-rio-grandense e os argentinos, como um reflexo das regiões espanholas que colonizaram cada parte. Fundamentado nas estatísticas históricas de Pedro Enríques Ureña, conclui que na Argentina o elemento predominante foi o do Sul da Espanha, principalmente da Andaluzia, enquanto que no Uruguai e nas terras que se tornariam o Rio Grande do Sul, chegaram-se elementos procedentes do Norte espanhol, de *La Maragateria*, em média de cinquenta por cento sobre os demais. As distinções são percebidas especificamente no chapéu: o maragato amplamente usado no pampa uruguaio e rio-grandense, opondo-se ao chapéu de copa alta e abas curtas, andaluz. Viajantes registraram ainda o uso de turbantes e gorros chatos, em Montevideú.

Sobre a música, se fossem reunidos árabes e mouros do deserto, espanhóis e portugueses do Sul e gaúchos sul-americanos, não seria fácil distingui-los pelo estilo das canções e dos

instrumentos. À noite pousavam em acampamentos e cantam suas cantigas melancólicas e nostálgicas, acompanhadas pelos mesmos instrumentos, a cordeona e a guitarra – aqui, não por acaso chamada guitarra espanhola ou mourisca. Os trovadores sempre foram tidos em grande estima, e cada *payador* do pampa carrega em sua tradição o poeta que habita cada beduíno, falando sobre o cavalo ou a mulher – adicionando, no caso árabe, os motivos do Alcorão.

Para os momentos de festa, as vibrantes celebrações árabes marcaram as danças, deixando registros em documentos da corte portuguesa até o século XVI. As "danças típicas" do Rio Grande do Sul não fogem ao paralelo. A chimarrita assemelha-se à dança conhecida como *mourisca*; a tirana tem origem na Espanha e a ciranda, herdada dos lusitanos do sul.

No baile gaúcho, todavia, não houve, como no tango ou no samba, o "enleio sensual, o abraço colante e o meneio lúbrico. Na polca, na mazurca, na tirana, na meia-canha, no caranguejo, na chimarrita, ou no *pericón* – a mulher fica à distância e a dança é quase um ritual cerimonioso, grave e plástico." (p. 237).

Elemento central da cultura é o cavalo: há uma união. Beduíno significa, em árabe, o homem que vive do gado – como o gaúcho, outro homem que vive do gado. As técnicas de montaria, com muitos aspectos em comum com as técnicas árabes, atestam as similaridades. "Se o gaúcho se orgulha e faz praça de seu Código de Honra, que é o Código de sua Cavalaria – não pode esquecer que o deve ao mais nobre e mais ágil dos cavaleiros, que é o árabe." (p. XXVI).

Manoelito cita viajantes e historiadores para afirmar a relevância do cavalo em uma sociedade pastoril, elemento tão central que caminhar era sinônimo da mais absoluta miséria.

E o *crioulo* formado aqui também é de excelência: "Qual o gaúcho autêntico que desconhece a bravura e a intrepidez dos nossos cavalos?". Cavalo bom e bem aperado "então o gaúcho era o monarca das coxilhas, o mais feliz dos mortais" (p. 231).

Parece ocorrer, como no espanhol e no árabe, uma transposição: o gaúcho transfere para o cavalo todos os cuidados pessoais que dispensa para si. "Daí o nome que lhe cabe bem – o *centauro*, pois, de fato, ele reparte sua vida com a vida do cavalo, numa simbiose tão perfeita quanto a do árabe" (p. 236), ambos possuindo um "culto exagerado" pelo animal.

Relevante também é interpretar a psicologia deste novo homem. A liberdade e a abundância fizeram os gaúchos primitivos "altivos, hospitaleiros e leais". Recebeu a religião dos padres jesuítas nos povos reduzidos, e as demais características que o moldaram, do conquistador europeu. A língua daquele homem era uma mistura de vozes arcaicas e selvagens.

"Seu gênero de vida exigiu-lhes uma qualidade primordial: a 'coragem, que é o Deus dos povos bárbaros'. O valor tornou-se um culto supremo. A maior ignomínia: a covardia." (p. 86).

Quem é o gaúcho? Um povo nômade que vive do gado. Assim como o beduíno. Assim como o espanhol. De acordo com sua linha genealógica, o autor infere muitos dos atributos psicológicos, interpretando o gaúcho como mais próximo do beduíno e do ibérico, do que dos indígenas que também o formaram: "O deserto e a solidão fizeram-nos taciturnos e silenciosos." (p. 85).

Dono "do espírito ousado do conquistador e da agilidade e perspicácia do aborígene" (p. 13), dos índios sul-americanos não herdou a arte da cerâmica ou algumas rudimentares indústrias, ou a tendência gregária. A sociedade formada a partir do estabelecimento das estâncias é democrática: o árabe em geral e o beduíno em particular "são democratas de nascimento". A sociedade em que vivem estabeleceu a igualdade entre eles. "O mesmo inelutável nivelamento social dos nossos galpões que Lindolfo Collor também observou, para afirmar que, a rigor, não se encontram nas fazendas gaúchas diferenças sociais entre patrões e assalariados. Mas, sem paradoxo, também se lhe pode chamar de aristocrata." (p. 255).

Tanto o gaúcho como o beduíno (e o maragato, e o espanhol) tem um alto conceito de si mesmo, considerando-se a personificação do modelo humano: o orgulho de seu valor pessoal, a vaidade de seu cavalo, ninguém o vence na peleia, ninguém é mais exímio na montaria, ninguém canta ou dança melhor nos fandangos. Luccock acentua no gaúcho também o "largo desprezo pelos povos de todas as nações." (p. 255).

Esse bastar-se em si mesmo não impedia, como em seus "avós", a hospitalidade relatada por vários cronistas, oriunda principalmente da riqueza do meio. Das crônicas de Caldcleugh, sobre uma viagem em 1821, acentua que a quantidade de gado e o pouco preço da carne eram assombro para todos os estrangeiros e que esta abundância devia influir no caráter e nos hábitos da gente de campo. "Mas, diferente da ociosidade tropical – sensual e sedentária – a opulência e a liberdade criaram aqui hábitos viris, rudes e sóbrios." (p. 84).

Leopoldo Lugones, o principal autor com quem dialoga sobre a figura do gaúcho, interpreta o "mutismo imponente do pampa com o qual nem o do Saara rivaliza" para dizer que todo aquele que viajou "pelas planuras conhece essa particularidade, a cuja impressão de deserto se ajunta um bem-estar filosófico." Ao "misticismo poético" acrescenta-se o mutismo peculiar do índio e o do árabe – "sanges que, na própria frase de Lugones, leva o gaúcho em suas artérias." (p. 86).

O gaúcho surgiu em condições sociais que determinaram a ausência de um "conceito inerente à vida civil: o conceito de propriedade." Para ele, a terra era de todos, assim como o gado. "Criado na liberdade absoluta da natureza, não concebia a propriedade senão como um atentado a seus foros e direitos." (p. 88) Os homens do Reino que se apossavam legalmente dos campos e animais cometiam uma apropriação indébita, só tolerável sob a imposição militar.

É um "tipo essencialmente estético" (segundo Zum Felde). O canto, o jogo, a doma, a marcação, o laço, o rapto, a carreira e a peleia foram suas atividades preferidas. "Para ele, a vida era um espetáculo estético e o homem um ator trágico. Seu conceito de mundo era pessimista: acreditava, como o árabe, na fatalidade e nos augúrios. Por isso, admirou sempre aos poetas e desprezou os homens de negócio" (p. 225).

Como os ibéricos, o gaúcho se resigna às forças superiores que governam os destinos dos homens, usando expressões como "*ojalá!*" – seja o que Alá quiser. Também como os árabes, a perseguição e a vingança, prevalecendo sobre os valores cristãos do perdão. Desapego à vida, por conviver com o sangue e a morte. "Pelas mesmas razões que Keyserling negou ao ibérico, há de negar-se ao gaúcho a qualificação de cruel. Como o ibérico e seu ascendente berbere, o gaúcho apenas afirma com a vida – a morte." (p. 262).

Entretanto, esse meio também exerceu influências perniciosas. Como órfão social, foi "filho bastardo sem origens legais" (p. 87), impelido à margem, crescendo sem a benéfica autoridade paterna. Ilegítimo, nasce com uma queixa contra o pai, mas também contra a sociedade que o estigmatiza socialmente, que o "amestiça". Por esta pressão social, as "ricas vibrações da alma mestiça" foram tornando-se agressivas, respondendo "ao antagonismo com um contra-antagonismo e dando assim ensejo a uma espécie de guerra endêmica contra o ambiente. Índio, para o branco, era o mestiço branco para o índio." (p. 88). O mestiço, naquela sociedade, habitava um entre-lugar, marginal para o branco e para o índio.

Por carregar nas veias dois "sangues bravios", os mestiços sul-americanos atuavam ora como o ibérico, arrogante e quixotesco, ora valentes e desconfiados como o indígena. "Um mestiço é sempre dois, pelo menos.", então nada mais complexo do que sua alma. Comparada à "alma de um tipo de sangue puro", seja branco, índio ou negro, esta ressalta transparente "como uma lâmina de cristal. O traço típico da alma mestiça é o cambiante da sua cor, [...] Muitos ensaístas encontraram nesta instabilidade do caráter a justificativa de certa hibrididade moral dos mestiços." (p. 87).⁴⁰

⁴⁰ O mestiço é visto quase como uma síntese da história: "O mestiço leva consigo toda a força do conquistador, toda a ociosidade do encomendeiro, toda a caridade criadora do padre dos primeiros tempos, toda a ambição do corregedor, todo o direito do mando que a estirpe mais ativa assumia sobre os súditos que avassalava, enfim todas

Ao reproduzirem-se entre si, formou-se algo novo: "*uma nova raça* com as vantagens do caráter, disposições guerreiras e defeitos de seus ascendentes de ambos os lados". (p. 86-87; grifo nosso). Uma raça latino-americana.

A ideia de que o tipo social do gaúcho, assinalado pela mestiçagem, é o próprio povo, o homem da terra, une-se à noção implícita de também designá-lo como uma nova raça. Tal ideia circulou entre alguns intelectuais da virada do século, como Simões Lopes Neto e Alcides Maya, principalmente no segundo. (NEDEL, 2005, p. 106).

Em *GEB*, a distinção entre os conceitos de raça e etnia existe, mas não está muito clara – incorre-se no risco de forçar a interpretação por conta disso. Percebeu-se que o termo raça é utilizado como caracteres biológicos inatos e hereditários, diferenciando brancos negros, indígenas, mas também como "raça portuguesa", "raça espanhola", até mesmo "raça sul-riograndense", sem hierarquizações.⁴¹ Figurando no subtítulo da obra, etnia parece ser mais utilizada no sentido de uma possível distinção cultural interna, uma especificidade sociocultural, de determinado grupo frente a coletivos – de uma raça, inclusive – refletindo-se no folclore, na indumentária, enfim da cultura de determinado grupo étnico.

Esse tipo, então, ou esta nova raça, vai encontrar seu fim com o nascimento das estâncias. "A estância enriqueceu o patrão e depois o colono. Mas empobreceu o gaúcho, cujo desprendimento foi explorado sem escrúpulos." (p. 93). Ao cercarem-se os campos, restaram poucas alternativas aos homens que viviam dele, tendo que renunciar à "existência socialista a que se haviam afeiçoado" (p. 90). Duas alternativas: ou trabalhar para o patrão ou converter-se em matreiro, o gaúcho fugitivo das leis e obrigações de serviço militar. Não abandonou a terra porque fosse indolente, "baniram-no os donos dos latifúndios. Desterraram-no, como elemento de sobra e precária utilidade." (p. 259).

as virtudes e todos os vícios do europeu. Mas não os levava em seu estado natural e espontâneo. Na sua alma todos estes vestígios do branco pulsavam sob o ataque permanente que, de seu íntimo, lhe movia o outro – o índio, objeto de preferência, e, com frequência, vítima da luta. O índio, dentro do mestiço é tão rico e complexo em matizes, como o branco. A tensão entre uma e outra estirpe não podia ser mais aguda em nenhum tempo e lugar que dentro da alma do mestiço, onde ambas convivem na mesma envoltura humana; tensão que poderia ter sido alguma coisa de novo e maravilhoso se amadurecesse num clima moral perfeitamente sadio. Mas, por desgraça, não era sadio o clima moral das Índias." (p. 87-88). Tal posicionamento legitima-se em Spengler, em *A Decadência do Ocidente*, para quem todas as culturas, com exceção da egípcia, da mexicana e da chinesa, cresceram sob a tutela de impressões que receberam de outras culturas mais velhas.

⁴¹ "[...] nossa raça que é um amálgama de sangues heroicos dentro das forjas ibero-americanas". (ORNELLAS, 1940, p. 14). Entre a primeira e a segunda edição de *GEB* há uma interessante substituição ao final da obra. O termo "raça" é substituído por "nação", no trecho "o domínio espanhol nos plainos comuns da nossa fronteira, por quase dois séculos, e a tradição de hábitos e costumes que foram familiares a ambas as raças." (ORNELLAS, 1948, p. 171), transforma-se em: "o domínio espanhol nos plainos comuns da nossa fronteira, por quase dois séculos, e a tradição de hábitos e costumes que foram familiares a ambas as nações – aos espanhóis e aos portugueses." (p. 262).

Se fora um bárbaro, era devido à necessidade imposta pelo ambiente desigual, impelindo-o à marginalidade: "Foi o áspero fruto da barbárie [...] pela necessidade vital contra a injustiça." (p. 92). Esquecido na beira das cidades, os filhos do pampa esqueciam-se também "da liberdade que foi sua", "convertendo-se a uma nova espécie de nomadismo – que é o nomadismo da miséria" (p. 257).

O ocaso dos gaúchos é também o da narrativa de Manoelito, dado pelo nascimento da propriedade na sociedade sul-rio-grandense, um "conceito inerente à vida civil", mas que ele não possuía. Em um último paralelo, mas agora diferenciador, o beduíno manteve-se dono do seu deserto, que por ser árido e nu permaneceu inviolável. Ao gaúcho não ficou a posse dos campos. Aqui, os senhores da terra tomaram e dividiram "o que a todos pertencia", cravando as cercas em nome da lei – "mutilação egoísta da terra pelo homem." (p. 257).

A narração do desaparecimento histórico, do tipo em si, contém duas metáforas críticas, uma interna e outra externa, por trás dos destinos da personagem na narrativa. Vítima da "prepotência política", tendo ajudado a fundar a pátria com as armas na mão, participado de inúmeras batalhas, consolidado, enfim, a condição brasileira do Rio Grande, o gaúcho foi usado e esquecido, pelos estadistas, e explorado pelo "imigrante ávaro" e pela "truculenta autoridade rural": "a civilização fora cruel com o gaúcho" (p. 92). "O gaúcho foi abandonado. Foi esquecido. Foi espoliado." (p. 258).

Revela-se a primeira metáfora crítica, espécie de crítica interna, do gaúcho enquanto povo, e do estado esquecendo suas raízes em prol do progresso econômico, eliminando socialmente os "filhos da terra", logo, sua origem cultural legítima; esquecendo a própria essência da região, materializada na história do tipo regional. No olvido, esquecia-se também o amor pela terra: "ninguém como ele amou tão profundamente o pequeno trato em que nasceu – o pago de seu primeiro sonho e de suas primeiras cantigas." (p. 259).

Ao mesmo tempo, qual o estado que enfrentou as consequências das disputas entre Portugal e Espanha, até o conflito do Paraguai, participando de todos os exércitos, "disposto sempre ao sacrifício da vida, onde quer que o Brasil fosse atingido na sua honra, na sua paz e na sua soberania"? Quem havia lutado mais pela preservação da unidade nacional? Quem provou, em sua história, que "a criatura geográfica do Brasil não foi somente um milagre da bandeira", pagando o "tributo da nacionalidade" (p. 91) com sangue e vida? O Rio Grande do Sul. Eis a segunda metáfora crítica.

A segunda metáfora refere-se à analogia entre *povo* e *território*, identificando o gaúcho com o próprio Rio Grande do Sul, à condição do estado naquele momento, e o esforço dos

intelectuais aos quais Manoelito estava incluído, de provar que o RS não era um filho bastardo da nação brasileira. Pelo contrário, havia sim se sacrificado pela pátria, uma "missão histórica" que o impediu de desenvolver-se mais nas luzes da civilização e do progresso, ocupado que estava em defender o país. Sua liberdade, "sempre que ele a reivindicou, consistiu na força e resistência de seu cavalo e na eficácia de seu facão":

O Brasil mesmo exigiu-lhe antes de lhe dar as plenas prerrogativas de cidadão, a condição de soldado. Enquanto outros Estados da União [...] ensaiavam suas primeiras indústrias, ao gaúcho se lhe exigia a vigilância, de arma embalada, da tranquilidade que a nação desfrutava e necessitava para o trabalho de suas fábricas, de suas lavouras e da vida nos salões rumorosos da Corte. (ORNELLAS, 1999, p. 91-92).

Apesar da "máscara das leis democráticas", nunca lhe reconheceram os direitos devidos. Os homens que deveriam fazê-lo tinham "a seu respeito considerações falsas e nada lisonjeiras." (p. 92), chamando-o de "aventureiro e desertor", como quis Capistrano de Abreu. Acreditavam que o gaúcho deveria aprender o amor à pátria, sendo que ele a havia fundado. Queriam ensinar-lhe valores aos quais já estava acostumado em sua vida primitiva do pampa, como a liberdade e amar a terra.

Manoelito não realiza apenas uma crítica. Ao indagar sobre os sentidos da história regional, tinha presente o desejo de transformar os destinos do gaúcho/Rio Grande do Sul, propondo soluções. O gaúcho deve ser um cidadão e não um pária, "tem deveres a cumprir mas tem direitos a reivindicar. As garantias da lei devem chegar até ele, devem fazê-lo participante das vantagens que o progresso conquista diariamente." (p. 92) – o fruto do esforço deveria ser reconhecido.

Restituamos ao homem dos campos o campo que lhe pertenceu para que ele possa, de novo, rasga-lo e, de novo, semeá-lo com as próprias mãos. Asseguremos ao gaúcho simples, generoso e bom, um pedaço de terra que foi sua – o seu rancho de barro, a cevadura da erva-mate, o punhado de brasas de seu galpão e a tira de carne que foram os elementos fundamentais de sua vida – se quisermos salvar, ainda em tempo, do naufrágio que se avizinha, o que de maior e mais alto existe no patrimônio moral das nossas tradições." (ORNELLAS, 1999, p. 258-259).

Lê-se um claro discurso político, o Rio Grande-gaúcho devendo reencontrar-se com o passado, a liberdade, a fartura, a igualdade, em seu presente, um presente que havia auxiliado a construir, mas não fora reconhecido por isso, pelos sacrifícios e protagonismo vividos, ofertados ou espoliados. O presente deveria reencontrar-se, reconciliar-se com o passado, reconhecendo seu valor. Passado, presente e futuro se encontram em um modelo de progresso

que almeja integrar seu passado, em vistas de não perder a essência que ele contém. A temporalidade é vivida como busca de identidade, procura e reencontro com as origens.

Ao final da obra, citando Ortega y Gasset, encontramos uma ressalva: diz-nos que o gaúcho não é senão uma imagem, hoje. Uma imagem que se revê sempre, um Narciso, refletido na própria imaginação. Narcisismo que já havia sido apontado como característica das correntes formativas do gaúcho sul-rio-grandense: árabes e ibéricos, principalmente os primeiros.

Novamente temos dois sentidos nessa passagem. Primeiro, uma dimensão crítica. Explica-se uma afirmação anterior na obra: o movimento de retorno ao passado não deve ser um "pernicioso localismo", negando "a verdade que aí ressalta." O que ficou no tempo é "um painel grandioso, colorido, espetacular", mas não é olhando para trás, "engolfando-nos nessas lembranças mortas" que lavraremos "a terra perdida nos latifúndios que favorecem aos filhos da Fortuna em prejuízo de milhares de criaturas deserdadas, nem curar as feridas sociais que ainda estão sangrando" (p. 258). Ou seja, não é admirando-se no espelho do passado, como Narcisos, que serão resolvidas as desditas do presente.

Segundo, o narcisismo da produção cultural sul-rio-grandense era uma designação corrente naquele período, assinalado já desde o início do século por autores de outros estados, usado para definir um regionalismo autossuficiente, política e culturalmente. Depois da ascensão de Vargas, tornou-se comum reconhecer a predominância, em diferentes aspectos da vida social sul-rio-grandense, "defendido, atacado ou resignadamente lamentado" (NEDEL, 2005, p. 54). Mário de Andrade e Gilberto Freyre são os exemplos mais célebres. Se esse era um traço peculiar, estabelece uma linha de identificação entre produção cultural e tipo social retratado. O mesmo narcisismo autoriza – e atesta – os intelectuais do estado como representantes da essência regional, condensada em seu tipo característico, o gaúcho, nascido no processo de formação social daquele território.

O gaúcho, então, une o Rio Grande ao Prata, ao Brasil, à Península Ibérica, à Arábia, à civilização ocidental. É o mestiço típico, carregando consigo, sendo, a síntese do processo de formação social e a mescla de todas as etnias que compuseram o espaço, forte o suficiente para fazer com que os portugueses se adaptassem à sua cultura, seus hábitos, sua vida em marcha nas planuras do sul. É uma figura social (e quase mítica) que a modernidade sul-rio-grandense está, lentamente, esquecendo – ou não honrando a própria essência da sociedade.

3.4 Diálogos teórico-metodológicos

Na narração de Manoelito de Ornellas, a história do Rio Grande do Sul é parte de outras. Na construção teórico-metodológica de GEB, alguns autores são utilizados como referências e, claramente, estabelecem os indicativos dos caminhos que o autor tomará em sua narrativa.

Seguindo uma palestra de Ortega y Gasset, para quem a ciência histórica, dentre as diversas técnicas criadas para examinar o passado, possuía na linguística uma das mais úteis e fecundas, nos diz que o idioma também é parte da história, logo, uma investigação filológica é parte importante do método que adota: "nada é mais eloquente que o idioma – espelho e alma plástica de um povo" (p. 247). Para demonstrar a permanência – e o caráter – dos intercâmbios e consequentes influências árabes nos ibéricos, recorre à interpretação de expressões e designações, como *mãos moiras* (sujas), *moreno*, a designação de objetos de uso e trabalho dos portugueses de origem mourisca. A toponímia, sendo espécie de linguagem aderida ao espaço, também é fonte. No RS, muitas palavras designativas do espaço assemelham-se a usos exclusivos do Sul português, como *monte*, *cerro*, *ladeira*, *barranco*. A etimologia de palavras enquanto definidoras de seu sentido ao emergir na história, como *gaúcho*, ligada a gozar, divertir-se, segundo Leopoldo Lugones, ou vadio, malandro na terminologia dos povos ciganos, segundo Francisco Adolfo Coelho.

Da mesma forma, encontra as provas da presença e das trocas culturais entre espanhóis e portugueses no território do RS através de palavras de uso e significado comuns, na linguagem *crioula*, de ambos os lados da fronteira sul. A literatura é também utilizada como fonte, enquanto registro do momento histórico no qual havia sido concebida, os poetas e escritores como tradutores de suas sociedades. Através da análise do cancionero, o autor chega aos poemas crioulos.

Elemento fundamental para estabelecer a "identidade de espírito" entre gaúchos do pampa uruguaio, argentino e rio-grandense é a tradição poética do Prata, similar em propósitos e natureza narrativa. Os motivos das composições são sempre transitórios, pois a forma preferencial é a sátira política, "o que permanece indelével depois é o espírito com que fixaram os poetas todas as particularidades que asseguram um caráter e uma fisionomia originais a cada povo." (p. 198).

Percebemos que a poesia é utilizada como fonte histórica para suas hipóteses. Por exemplo: em um *cielito* e uma *copla* de Hidalgo, encontra o desprezo dos descendentes andaluzes dos árabes pelos descendentes maragatos dos berberes, entre o sul e o norte espanhol.

Tratada como fonte, realiza-se uma análise filológica da lírica, estabelecendo a identidade do vocabulário, na forma e no sentido (a linguagem crioula), demonstrando a influência mútua entre castelhanos e lusitanos nessa parte da América. Há laços de parentesco entre dezenas de palavras e expressões de *Martín Fierro* comuns ao vocabulário campeiro do Rio Grande. Tal análise também atesta que "não é desarrazoada a conclusão de que o pampa é um território comum a três Pátrias." (p. 202). Do paralelo entre os poemas conclui-se que

[...] no pampa americano, os homens não diferem, dentro de um território comum, idênticas como são suas vidas, seus costumes, suas tradições, sua música, suas lendas, suas danças, suas vestes e até mesmo sua psicologia de solitários, acostumados aos grandes e profundos solilóquios. Com uma terminologia familiar, quase bilíngue, e instrumentos musicais e hábitos afins, o homem do pampa é uma réplica do próprio território: um só! (ORNELLAS, 1999, p. 218).

Incorporando seu viés de crítico literário, estabelece a longa "genealogia lírica do *Prata*", dialogando com os críticos e estudiosos das obras. Nos *Diálogos*, de Bartolomé Hidalgo, está a origem da escola, que posteriormente dividiu-se em duas correntes autônomas: "a da poesia dramática e satírica ao mesmo tempo, e a da poesia descritiva ou pinturesca, com laivos filosóficos." (p. 198). Na primeira, encontram-se Hilário Ascásubi (*Santos Vega o los Mellizos de la Flor*), responsável pela introdução da técnica dramática e Estanislao del Campo (*Fausto*). Na segunda, José Hernández (*Martín Fierro*), emprestando ao gênero a sabedoria, a filosofia e a experiência de seu herói.

Através de formas populares (*cielito*, *meias-canhas*, *coplas*), Hidalgo reagiu, contrapondo à lírica formal e acadêmica o desembaraço nativo. O tom irônico do poeta espelha a tendência igualitária do plebeu, "inflamada pelos alentos do fogão crioulo e pela rubrica espelhante do facão literário...". Os poetas não foram homens dos campos. Recolheram a experiência da vida de campo, os hábitos e os costumes e o vocabulário crioulo, estranho ao cânone da língua. Mesmo não tendo nascido nos *llanos*, todos carregavam o gaúcho dentro da alma, "em toda a pureza de sua forma, na bizarria de seus hábitos, na originalidade de seus costumes e na trama complicada de sua psicologia de mestiço." (p. 204).

A poesia de Hidalgo foi – e a gauchesca em geral –, então, eminentemente popular, ao mesmo tempo em que espelha as lutas rebeldes da independência, nessa época "de formação heroica, em que os poetas também eram guerreiros e lutavam pelas liberdades de suas pátrias" (p. 206). A poesia crioula é a linguagem original da independência, "direta e agreste, mas exata e inconfundível", a voz que os poetas utilizaram para dizer-se e dizer os novos países. "A novel

consciência americana despertava na sua própria linguagem, para expressar melhor seus anseios de liberdade política." (p. 204).

A poesia campeira do RS não fugiu à influência da poesia platina. *Estância Abandonada*, de Zeca Blau e *Antônio Chimango*, de Amaro Juvel/Ramiro Barcelos, nossa mais alta expressão, prosseguem pelos caminhos inaugurados por Hilario Ascásubi. Antônio Chimango é uma sátira política. Desenvolve-se numa estância. Narrado por um gaúcho ao som de uma cordeona. Ao contrário de grande parte da crítica literária sul-rio-grandense, Manoelito vê um parentesco com *Santos Veja*, não com *Martin Fierro*.

E como na lírica, há laços de parentesco na ficção campeira, os mesmos traços se irmanam. "Tio Lautério, Santos Veja, Martín Fierro, Blau Nunes, Miguelito, Capitão Rodrigo como Don Segundo Sombra, ressurgem irmanados, integrantes de uma grande família que diverge apenas em certas modalidades da língua oficial..." (p. 219).

De toda crítica se conclui o interesse de Manoelito: está narrando a tradição a que ele próprio pertence. A poesia crioula como linguagem original contendo os anseios políticos da independência, estruturada no registro e reinvenção ficcional/lírica do pampa e da cultura popular, componentes da originalidade florescida naquela região, bastante ao gosto das suas vinculações modernistas verde-amarelas. Está narrando a si mesmo, buscando o pertencimento a uma tradição na qual o sujeito se inscreve com o fim de encontrar o seu lugar.

Nesse movimento, Manoelito também estabelece a tradição historiográfica à qual se vincula, criando mais um suporte para si. (QUIÑONES, 2006). Em GEB, é nítida a preocupação em respaldar suas interpretações na obra de outros autores, regionais, nacionais ou internacionais, tanto em aspectos teórico-metodológicos, quanto temáticos, referentes à sua tese. Ao longo da tessitura narrativa, o número de citações é impressionante, avolumando-se nas edições posteriores.

O grande número de citações é visto por dois vieses distintos. Num primeiro, utiliza-se o conceito de rede, concebida em seu sentido metafórico, como ferramenta que permite pensar de modo mais dinâmico e amplo os fenômenos intelectuais. A relação entre os pontos dessa rede molda o próprio saber histórico: "Cada resultado individual se inscreve numa rede cujos elementos dependem estritamente uns dos outros, e cuja combinação dinâmica forma a história num momento dado." (CERTEAU, 2013, p. 57). A rede utilizada para pensar a obra de Ornellas tem a forma de uma *rede textual*, encontrada no aspecto performativo da obra de seu texto, ou seja, aquelas dimensões não redutíveis à sua correspondência com a realidade empírica, "criando mundos" através de mecanismos conectivos e articuladores a outros textos

(LACAPRA, 1983). Dividindo interesses, contextos comuns de reflexão, os autores estabelecem uma rede textual, partilhando um mundo.

Em um segundo, pensando, também na esteira de LaCapra, como uma prática relativa às intenções do autor com seu texto. Ao despejar erudição ao longo do ensaio revela intenções metodológicas e simbólicas claras, destacando o dever da prova por meio das fontes eruditas, para que às conclusões originais "se não lhe empreste o aspecto de fantasia – mas sim o cunho da realidade científica" (p. 145). O que está tentando realizar é angariar respaldo para sua operação historiográfica, evocando as "regras" do conjunto de práticas da pesquisa científica. A citação de seus pares – outros "cientistas sociais" – atesta a validade e autoriza a pesquisa, é uma busca de reconhecimento, de crédito.

Assim, para sua "nova perspectiva histórica" em relação ao tema é necessário concorrer a "exaustivos recursos bibliográficos". O próprio autor reconhece que o grande número de citações pode "pesar" e "tolher o curso livre das conclusões originais, contudo "não pode fugir ao dever da prova quem pretende ver, por um outro ângulo, aquilo que se considerou, por muito tempo, como definitivamente explicado." (p. 143-44).

Entre a primeira edição, de 1948, e a segunda, de 1956, a obra mais do que duplicou seu volume, recebendo ainda acréscimos também nas edições seguintes, de 1976 e 1999. Além do significativo aprofundamento de conteúdo, foram inseridos um apêndice com transcrição de documentos históricos (cartas-régias, principalmente), acresceram-se mapas e ilustrações, visivelmente endereçadas a provar as dívidas da indumentária gaúcha, sejam brasileiros, argentinos e uruguaios, com maragatos e beduínos, além de fotos e gravuras do Algarve, em Portugal, para ilustrar a arquitetura de origem árabe. Há também um acréscimo do rigor na forma, passando a nomear todas as referências citadas no texto, algumas eram simplesmente incorporadas, entre aspas, sem referências.

Muito dessa postura deve-se às críticas pouco favoráveis, que consideravam uma tese demasiado excêntrica para ser levada em consideração. Embora tendo defensores, como Dante de Laytano – que o chamava de "príncipe das Arábias" (NEDEL, 2005) – e Érico Veríssimo, Manoelito não encontrou muita aceitação local, não sendo suficientemente levado a sério – ou até mesmo compreendido – por seus pares.

Além das fronteiras regionais a obra parece ter outra sorte. A propósito de GEB, recebeu vários convites para realizar conferências em Coimbra, Lisboa e Madri, sendo condecorado em Coimbra e recebendo o título acadêmico do Instituto Histórico Espanhol. Em 1959 foi incluída oficialmente no *Índice Histórico Español* sob a orientação de Guillermo Cespedes, catedrático

da Faculdade de Letras de Sevilha. No Brasil, figura na bibliografia de Nelson Werneck Sodré como uma das 10 obras fundamentais para o estudo da sociologia do Sul do país. Em carta, do Rio de Janeiro, Lêdo Ivo escreveu em outubro de 1948: "Tem saído na imprensa daqui muita coisa sobre seu livro [...] Achei um ensaio excelente, uma interpretação sociológica munida de uma estranha vitalidade." (BRAGA, 2008, p. 65).

Dessas viagens, inclusive, vai retirar observações *in loco* incorporadas como autenticadores da tese que desenvolve:

na estrada de Calatayude a Saragoça encontrei, apeado, à margem do caminho, com o cavalo preso ao cabresto, um homem que eu juraria ser o campeiro das nossas fronteiras e ao qual não faltava sequer a *vincha*, representada por um lenço branco atado à cabeça. (ORNELLAS, 1999, p. 179; grifo do autor).

Cabe destacar que o testemunho tem grande relevância na obra. Os relatos de viajantes que estiveram no Rio Grande ou na região platina durante o período estudado têm grande proeminência como fonte. Samuel Greene Arnold, Arsène Isabelle, Félix de Azara, Menéndez y Pelayo são os mais referidos, evocados muitas vezes, quando apontam algum aspecto oriental na cultura platina. o depoimento do Padre Melchor Strasser, jesuíta que naufraga no litoral do RS em 1744, é inteiramente transcrito como um capítulo de GEB, e visto como um "documento de prova" (p. 22) que se agrega aos "magníficos subsídios deixados pelos padres da Companhia de Jesus na América do Sul e sobre os quais se terá de traçar, de futuro, a história exata dos primeiros séculos do Continente de São Pedro." (p. 27).

O prefácio de Veríssimo à segunda edição, quando já era um autor de renome nacional, indica outra estratégia em vistas de estabelecer redes textuais que comportem em si, também, uma troca simbólica de prestígio. É nítida a preocupação em se fazer respaldar por intelectuais com projeção nacional. Em algumas de suas obras, como *Tiaraju* e *Vozes de Ariel*, são incluídas opiniões e resenhas críticas sobre o trabalho, em sua maioria de autores paulistas.

De outros autores retirou a sugestão para o paralelismo entre os tipos do gaúcho e do beduíno. Por intuição ou "efeitos expletivos", encontra em Ortega y Gasset, Oliveira Martins, Hermann Keyserling e Sarmiento os principais suportes para a analogia: "sociólogos e estudiosos do pampa e do campeiro aludiram à semelhança do gaúcho com o homem do deserto. Vamos encontra-la, agora, mais próxima da verdade, pela investigação histórica e o amparo da ciência." (p. 96).

Como fonte principal para o estudo dos árabes, utiliza *A civilização dos árabes*, de Gustave Le Bon e *La decadencia del Occidente*, de Spengler. A bibliografia nacional é composta

por Oliveira Vianna, João Ribeiro, Taunay, Rocha Pombo, Caio Prado Jr., Alfredo Ellis Jr., Varnhagen, Arthur Ramos e seus estudos sobre os negros maometanos, Oliveira Lima, José de Alencar que também vê nas páginas de *O Gaúcho* a influência das técnicas de montaria e arreios mouros, Mário de Andrade folclorista de *Música do Brasil*, entre muitíssimos outros.

Há um diálogo aberto com as interpretações "nacionais" sobre o Rio Grande e o gaúcho. Ao contrapor posições, por vezes, tem-se a impressão de que Ornellas invoca a autoridade de intérprete regional, contestando os não detentores de um saber histórico/sociológico regionalizado.

Capistrano de Abreu merece críticas atentas. O autor possuía uma "fobia pelo Rio Grande", posteriormente revista e reduzida, mas que frutificou no preconceito com que se olha para o estado, perpetuado até a contemporaneidade, definido como um Cavalo de Tróia, "*artiguista e sanguinário*". Rebatendo essa posição, Manoelito vê o valor do Rio Grande como guerreiro e exemplar de ideais republicanos:

Quem ignora, na História Militar do Brasil, que o Rio Grande contribuiu com 70% do elemento humano às ásperas e renhidas campanhas do Paraguai? Esqueceu Capistrano que a própria Revolução de 35 era uma esplêndida lição de idealismo republicano que os gaúchos de Bento Gonçalves aplicavam, pelo fio das espadas, a todos os partidos nacionais, pacíficos caudatários da Coroa. O tempo veio mostrar o erro lamentável de Capistrano de que ele próprio se redimiu. (ORNELLAS, 1999, p. 81).

O olhar de desconfiança em relação aos gaúchos é, em parte, merecido, pela razão de permanecermos aquele povo que o Provedor Caetano apresentava ao Príncipe D. João, em carta datada de 1803 "como feito de *'homens absolutos, sem obediência, e que olhavam com maus olhos a todas as imposições dos Soberanos...'*" (p. 81).

Euclides da Cunha é visto como um precursor do Movimento Modernista, ao principiar a procura pelo verdadeiro Brasil e seu povo, tendo posto por terra a ilusão de perseguirmos padrões europeus, mostrado a importância de sermos, nos vermos e nos enxergarmos brasileiros. Com ele, teríamos iniciado a busca da nossa origem em nosso passado, formando nossa gente, nossos costumes e tradições. Teríamos ficado conhecendo, com ele, a influência do ambiente sobre o nosso caráter e a nossa raça em formação. Primeiro entre os intelectuais nacionalistas que lançaram uma crítica a toda a cultura de importação, à "subserviência litorânea", aos padrões culturais externos.

"O estilo de Euclides, [é a] linguagem mais bela entre todas as linguagens da literatura do Brasil." (ORNELLAS, 1966, p. 99). Por quê? Porque é "o grito mais intenso de uma consciência brasileira, pulsando na vida da terra" (Id., p. 98), ele conseguiu interpretar o diálogo

entre Natureza e História, usou os recursos necessários para traduzir na "contingente elasticidade da palavra escrita, a síntese de um mundo cósmico, convulso, aplastante e perturbador. O Novo Mundo havia imposto novos substantivos e esgotara todas as gamas da adjetivação." (Id., p. 100). A nova linguagem necessária para tornar o novo mundo dizível finalmente tomava fôlego para expressar-se: buscar uma linguagem que fale o Brasil, suas regiões, seus tipos, é a grande aspiração dos intelectuais daquele período.

Mesmo assim, Euclides é questionado por "enaltecer o sertanejo e subestimar o gaúcho ao considerar o primeiro um forte e o segundo um fraco". Para Manoelito é inaceitável o paralelo criado, questionando quais seriam os argumentos para esta afirmação, tendo a impressão de que Euclides "tão erudito e brilhante", "fez questão de ignorar a história da nossa formação sem estudar, de perto, como se impunha a psicologia do gaúcho, na sua tenacidade, coragem e rebeldia." (p. XXVII). Poderíamos ver GEB como uma tentativa de resposta a essa visão de Euclides?

O equívoco ocorre devido à "informação vaga" sobre o Rio Grande, não conheceu a realidade local. Manoelito requisita a autoridade da vivência para a ressalva: "Venho das terras planas do Rio Grande; fui um 'vaqueiro' do Sul, homem que cresceu nas lides dos campos rasos, sem acidentes, de horizontes imensos". Foi testemunha ocular dos duelos e jamais viu um gaúcho fraquejar, do contrário, eram enfrentamentos sangrentos, podendo terminar na morte de ambos os duelistas.

Do testemunho ocular também, numa viagem ao Ceará, nasce o paralelo entre todos os tipos regionais do Brasil. Ao observar um jangadeiro "seguro às rédeas de velames enfunados", nota que ali estava um sertanejo tornado jangadeiro e, naquela ação, assemelhava-se ao gaúcho, no lombo do potro selvagem, no pampa

que é o mar que se cristalizou em terras verdes... Mestre: o teu sertanejo e o meu gaúcho são assim: trocadas as vestes e os aparatos, deles surge, como por milagre, do Sul, do Centro, do Norte e do Nordeste, um homem forte, de gestos díspares, mas de linguagem idêntica, bravo, resistente, capaz de todos os heroísmos, vencendo a terra na sua aspereza e a fome na contingência da miséria: o brasileiro que me ensinaste a amar e compreender nas páginas sagradas do Evangelho de *Os Sertões*..." (ORNELLAS, 1966, p. 109).

Novamente o "devoto de Euclides" procura estabelecer a unidade nacional através dos tipos regionais.

Entre os autores sul-rio-grandenses destacam-se Assis Brasil, Rubens de Barcellos e Alfredo Varela – sobre as trocas culturais entre a população rural e os "assuntos de procriação" entre lusitanos e castelhanos –, Aurélio Porto e as origens do gaúcho, João Pinto da Silva, Atos

Damasceno, Walter Spalding, Simões Lopes Neto – sobre as lendas de origem moura e hispânica, ligadas ao Prata –, Alcides Maya, Caldre e Fião, Padre Balduino Rambo – cuja análise de fatores geológicos e antropológicos da Campanha é de fundamental relevância para Ornellas –, entre outros, fundamentalmente aqueles que pensaram temas convergentes à sua tese.

Sobre os autores além das fronteiras nacionais, Oliveira Martins é a principal bibliografia para pensar os traços étnicos comuns entre espanhóis e portugueses, o iberismo, e a distinção pela influência de ideias, instituições, costumes no "sangue" português, concedendo um tom original à Península, evitando que caísse nos "moldes sombrios e tristes" da Europa central. A filosofia espanhola de Miguel de Unamuno e Ortega y Gasset, ambos ressaltando as permanências ibéricas, debaixo do poncho e do chiripa vibra o sangue peninsular. O "maior sociólogo do Uruguai", Alberto Zum Felde, afirma que a arquitetura do Uruguai colonial difere da dos países andinos e da própria Argentina e que Montevideú poderia ser Cádiz ou Sevilha. Leopoldo Lugones e Pedro Enríquez Ureña – cuja análise estatística sobre a migração espanhola para América sustenta a tese da influência *maragata* no Uruguai e no Rio Grande do Sul. Hermann Keyserling, ensaísta alemão que teve uma enorme influência na ensaística latino-americana do início do século XX, é muito referido, principalmente no estabelecimento do "perfil psicológico" do espanhol colonizador, a fim de delimitar os elementos subjetivos que permaneceram inalteráveis e transferiram-se para a América. A Espanha pertence ao raio de influência africana – diz Keyserling –, sendo um órfão da Europa.⁴² Sarmiento, que em *Facundo* traça o paralelo com os beduínos e vê nos cantores do oriente médio os *payadores* do pampa.

Pode-se afirmar que as concepções epistemológicas explícitas de Manoelito de Ornellas assentam-se em três autores, referidos ao final do segundo capítulo, presente desde a primeira edição: Taine, Gilberto Freyre e Carl Jung.

Gilberto Freyre é a grande referência para a prática sociológica. Em sua sociologia "mista" ou "anfíbia", o sociólogo deve valer-se mais de estudos ou de ciências vizinhas da sociologia e até de outras formas de experiência humana – História, Psicologia, Filosofia –, do folclore, de métodos extra-sociológicos de aprofundá-la, para melhor exploração da matéria

⁴² Keyserling desenvolve teses interessantes, bastante místicas. Segundo ele, a Espanha é uma expressão particular do espírito antiquíssimo e persistente que animou os povos pré-egípcios e que se manifestou nos árabes com a mesma pureza com que se manifestou nos espanhóis. Entretanto, esse espírito é africano e para compreendê-lo é necessário comparar o espanhol ao beduíno. Este espírito manteve-se durante milênios nos desertos. É vigoroso e sério, de vontade potente e elementar. Fanático. Mas o peregrino do deserto tem um lado fantástico, sua vida sendo imposição do mínimo, obstinado e redimido diante da imensidão cósmica. D. Quixote é a mais alta representação do homem junto aos espanhóis, único e solitário. Cultiva a virilidade, a dignidade e o desejo sempre manifesto de reinar sobre os outros homens. Cultiva um conceito particular de honra – o *honor* espanhol.

virgem ou complexa. Assim, para o levantamento do perfil social e cultural de um grupo, para o estudo de uma região, de uma época não se pode guardar "rigidez de método", "castidade sociológica ou pureza científica absoluta" (p. 168).

A moldura onde estão pintadas as páginas de GEB é clara. Todos os argumentos que sustentam a tese são encontrados não na História, em si, ou na Sociologia, mas nestas "ciências auxiliares" de investigação. Por exemplo, a arquitetura, principalmente os azulejos, que demonstram claramente as permanências árabes e a melhor adaptabilidade aos trópicos. Ou a lenda do *Negrinho do Pastoreio*, utilizada como fonte sobre o caráter mais brando do trabalho negro nas estâncias do Sul, em relação às "cores dramáticas" de outras partes do Brasil: "reação sentimental diante das raras manifestações de crueldade ou de violência que o Rio Grande registrou" (p. 7).

Hippolyte Taine (1828-1893), com sua tríade meio-raça-momento, para quem o fim da história não é o submergir na multidão dos pormenores "senão o de remontar-se àquela força inicial de onde promanam os fenômenos epidérmicos da sociedade, para determina-los e relacioná-los, dentro de cada época, de cada século e de cada povo". Nos métodos propostos de pensador francês, que queria que a história fosse uma ciência, uma geometria dessas forças, "encontram-se as bases das novas ciências sociais." (p. 168).

No ensaio *Alma e terra*, de Carl Jung, encontra o suporte ao seu telurismo, uma referência pouco usual para a pesquisa social do Rio Grande do Sul e, ousa-se afirmar, para o Brasil do período.

Segundo Jung, no processo evolutivo, a psique foi moldada por condições de vida material, sendo transmitida através do inconsciente coletivo e de incontáveis repetições na forma cristalizada dos arquétipos.⁴³ Assim, o processo de formação destes deu-se a partir de uma "psicologia pré-histórica", constituindo "por um lado, um preconceito instintivo muito forte e, por outro lado, são os mais eficientes auxiliares das adaptações instintivas". É neles que

⁴³ A psique "seria entendida como um sistema de adaptação determinado pelas condições ambientais da terra." (JUNG, 2011, p. 38). Sendo campo de fenômenos conscientes e inconscientes, não é apenas uma adaptação consciente ao meio ambiente, sendo também "coisas que desde tempos imemoriais estão enterradas na obscuridade" (Ibid., p. 39).

O inconsciente não é diretamente acessível, mas podemos deduzi-lo a partir dos efeitos exercidos nos fenômenos conscientes, dos símbolos criados. É uma espécie de estrutura – em grande parte os fundamentos da psique consciente – cujos conteúdos, os arquétipos, estão ocultos na profundidade. Todo inconsciente individual é composto por partes do inconsciente coletivo, que resulta da experiência ancestral da espécie, ou seja, cujo conteúdo não resulta da experiência particular do indivíduo.

Os arquétipos são o conteúdo psíquico do inconsciente coletivo. São universais e atemporais, mas têm uma origem no tempo, no espaço – na história. "Filogeneticamente, procedemos e evoluímos dos obscuros confins da terra. Por isso os fatores que mais nos afetaram se transformaram em arquétipos e são estas imagens primordiais que nos influenciam mais diretamente" (JUNG, 2011, p. 41). São como uma determinação a agir de determinada forma em situações que a evocam. São imagens e emoções, ao mesmo tempo. São hereditários como a estrutura do cérebro.

a influência da terra e de suas leis manifesta-se com maior nitidez, sendo a parte através da qual a psique está vinculada à natureza.

Partindo – ou chegando – dessas conclusões, e fundamentando-se em observações realizadas nas viagens que realizou aos Estados Unidos e na análise de pacientes norte-americanos, Jung constatou a enorme influência cultural/psicológica do negro e do índio no americano branco, independentemente de qualquer miscigenação. Mesmo preservando uma estrutura social que segregava brancos, negros e índios, o tipo *ianque* "nos apresenta uma estranha figura: a de um europeu com maneiras de negro e alma de índio." (Ibid., p. 58).⁴⁴

Esse processo não se deu somente na colonização da América do Norte: "Pode-se observar esta contaminação pelo primitivo em outros países" (Ibid., p. 56). Existe uma diferença entre o consciente e o inconsciente dos colonizadores que não se encontra nas suas origens europeias, "isto é, um nível de cultura altamente consciente e um primitivismo inconsciente imediato." O norte-americano partilha a sorte de todo usurpador de um solo estrangeiro. "A terra estranha assimila o conquistador. [...] Onde quer que seja, a terra virgem faz com que pelo menos o inconsciente do conquistador desça ao nível de seus habitantes autóctones." (Ibid., p. 58). Este fenômeno psicológico também aconteceu com os europeus da América Latina, com a intensificação da mescla de sangue. Essa "troca sem contato" explica tanto a possível influência castelhana em regiões do RS, simplesmente pelos contatos ocorridos numa região de fronteira entre os indivíduos de ambos lados, bem como a transmissão da cultura gaúcha, enquanto síntese melhor adaptada ao meio onde e a partir do qual o RS desenvolveu-se.

Há, portanto, uma origem terrena e ancestral da psique individual, ativa no inconsciente, individual e coletivo. Alienar-se deste inconsciente e do condicionamento histórico – diz Jung – é sinal de falta de raízes, perder-se do "vínculo com a obscura, maternal e terrena origem primitiva de seu ser." (Ibid., p. 59).

O que Manoelito parece desejar pensar é essa influência psicológica quando a terra, o país novo, assimila o conquistador, na forma da cultura gaúcha primordial, forjada antes da ocupação efetiva do território pelos portugueses, absorveu-os e assimilou-os posteriormente,

⁴⁴ A análise de GEB realizada nesta dissertação utiliza como fonte principal a quarta edição, de 1999, por acreditar-se ser a versão mais completa e acabada. Contudo, na comparação entre as edições, alguns aspectos chamam a atenção em relação à primeira, de 1948. Duas intrigantes passagens foram excluídas: "E conclue seu longo estudo dizendo que o *ianque* oferece uma figura estranha: europeu, com maneiras de negro, e alma índia" (ORNELLAS, 1948, p. 103). "Assim o homem da fronteira rio-grandense, apresenta – como o americano para Yung – estas singularidades: é um índio, com maneiras europeas e alma asiática" (Ibid., p. 105). Talvez por Jung não ter sido uma referência usual a fundamentação e a frase-síntese possam ter soado estranhas a seus pares, risível até, pois é sintomático de que esteja presente em quase todas as críticas à obra, sendo, na segunda edição, excluída.

ensinando a melhor adaptação àquela terra e re-despertando, por meio do atavismo, a vida de pastor nômade, árabe, transportada pelos ibéricos. Eram formas de vida primitiva em contato.

A terra contém a história das vidas que se desenvolveram ali. Todos os habitantes hodiernos daquele território são parte da terra, têm fundamentos em suas psiques que advém da ancestralidade do solo onde nasceram. A partir da gênese da sociedade gaúcha, formou-se o espírito atemporal que está "na sua carne e no seu sangue, no ar e no solo, na estrutura, no grau de ação dos sentidos e do cérebro". Em suas próprias palavras: "O gênio de um povo, por mais que se dobre sob a influência estrangeira, levanta-se, pois ela é temporal e ele é eterno" (p. 169). São forças persistentes, constantemente renovadas, presentes em toda parte, que a dominação cultural não pode destruir nem desgastar. E tão mais forte é esse gênio quanto mais resistir e se adaptar às vicissitudes históricas, mantendo-se vivo e ativo.

Descobrir o "espírito da terra", o "gênio do povo" parece ser o grande objetivo implícito de GEB. O que tomou o lugar com a modernidade capitalista não foi uma simples substituição. Não foi, não é e não pode ser. Pelo contrário, é uma realidade vinculada às raízes que a gestaram. A escolha de Manoelito é pela busca das raízes culturais, na forma de hábitos, costumes, vestimentas, lendas, folclores, música etc., construindo uma mensagem clara de que mesmo com a influência estrangeiras, a essência gaúcha deve manter-se, pois é forte, tanto a ponto de servir como fundamento da busca de si mesmo enquanto região – e enquanto país.

CONCLUSÃO

Dos objetos possíveis para se escrever a História, os textos estão entre os mais deslumbrantes, fontes vivas do poder criador da linguagem, criação humana que ao mesmo tempo nos cria e a nosso mundo. Nas leituras e releituras, palavras adquirem auras distintas e revelam ideias não imaginadas ao início do processo. Não que existam essências a serem desveladas por trás dos textos, mas o diálogo entre o historiador e sua fonte é um labirinto. É a partir desse encontro que se inicia a aventura de compreender aquele(s) outro(s) humanos transformados em papel, vinculando homens separados pelo tempo.

Quando se toma contato com obras vistas como pertencentes a uma tradição historiográfica tradicional, as possibilidades interpretativas são automaticamente arrazoadas diante dessa classificação. Não é exagero afirmar que há um preconceito dos historiadores contemporâneos a respeito de seus antecessores, vistos como monográficos, sem refinamento e/ou embasamento teórico-metodológico – ingênuos neste aspecto, inclusive –, idealistas, ideológicos, ou ainda, uma predileção pessoal minha, narrativos, interessados em obscurecer ideologicamente a Verdade. Expurgar a narrativa – sinônimo de ficção para muitos – seria aproximar-se mais da ciência e da precisão, guias confiáveis.

Como se fosse possível ao historiador fugir da narrativa. A arte dos interessados em escrever o passado é ela mesma uma refiguração de um mundo narrativizado e anterior, já assim prévio a qualquer materialização na fala ou escritura presente. As teorias atuais do discurso dissolvem a distinção entre discursos realistas e ficcionais, supostamente diferenciados ontologicamente por seus respectivos referentes mais "reais" ou mais "imaginários", destacando "sua condição comum de aparatos semiológicos que produzem significados mediante a substituição sistemática de objetos significativos (conteúdos conceituais) pelas entidades extradiscursivas que lhes servem de referente." Nestas teorias, a narração resulta ser um sistema particularmente efetivo de produção de significado, estabelecendo uma "relação irreal, no entanto válida, com as formações sociais nas quais estão imersas" e onde os sujeitos estão mergulhados, desenvolvendo e cumprindo seu destino como sujeitos sociais. (WHITE, 1992).

Manoelito de Ornellas é um historiador de pouco destaque na história da historiografia do Rio Grande do Sul, lembrado localmente mais pela excentricidade, por sua narrativa pertencer mais ao reino da *imaginação* do que ao reino do *real*. Da tese contida no título de sua obra extrai-se um excelente exemplo de como o historiador refigura os vestígios de enredos ainda não narrados por meio de uma escritura. Sua obra, embora obtendo destaque nacional e

internacional, não foi plenamente reconhecida pela comunidade de historiadores regionais. O que tornou isso possível? Por que o texto foi minorado? O que fez com que sua obra não possuísse respaldo significativo, mesmo tratando de pontos fundamentais para a identidade almejada pelo conhecimento histórico através de temas-chave, como o gaúcho, estando o autor inserido nas principais instituições intelectuais regionais?

Para Ieda Gutfreind, é um reflexo de seu discurso *platinista*, já anacrônico quando elaborado, conjugado a suas posições políticas de oposição, herdeiro de uma família *maragata*, ligado por parentesco a Gaspar Silveira Martins. Repassar rapidamente sua trajetória pessoal e colocação no funcionalismo público de Estado, em posições de prestígio nos órgãos de imprensa, é o suficiente para retirar o crédito da tese sobre a oposição política. Sua ligação com determinados órgãos de imprensa, muitos diretamente atrelados ao poder oficial, parece ter uma explicação menos intelectual e mais prosaica, opções tolhidas diante das contingências da existência: "mas a necessidade de ganhar a vida me levava a procurar trabalho no jornal" (MELLO, 1981, p. 41).

Dentro dos limites da pesquisa desenvolvida, a rede intelectual criada com outros intelectuais dissidentes dentro do IHGRS parece ter maior força explicativa para o lugar de sua produção historiográfica atualmente. Manoelito foi partícipe ativo das disputas pela imposição de projetos específicos de interpretação do passado, alinhou-se a eruditos dissidentes dentro do IHGRS, ao MTG, e a todos aqueles interessados em ligar o estado à nação assentando-se em outros termos, diversos do paradigma nascido com a criação do Instituto, diversificando os objetos de pesquisa, a metodologia, aproximando história e outras ciências sociais e, acima de tudo, dos estudos folclóricos e da cultura. Isso não significa que a esfera política não deva ser levada em consideração na análise historiográfica, mas que outros elementos podem compor as eleições intelectuais dos sujeitos históricos. Por exemplo: sabendo-se que a preocupação com a valorização das nossas tradições culturais e folclóricas foi plenamente adotada pelos modernistas brasileiros, justamente para criar uma identidade nacional e afirmar a autonomia intelectual do país no panorama internacional, o papel dos debates estéticos é explicativo? Como separar um "debate histórico" de um "intelectual" mais geral neste período? Se o modelo de História, para muitos intelectuais do IHGRS, era atravessado pela pedagogia cívica, como ocorreu – ou não – esse contato?

Manoelito perfilou-se entre aqueles que desejavam resolver o "drama histórico" do brasileiro, herdando de Euclides da Cunha o interesse em desbravar a nacionalidade onde ela se esconde: nos sertões, livre das influências estrangeiras. Interior, alma, essência, lugar das

raízes. Parece, com isso, ter conversado mais com seus pares nacionais do que com os regionais. A obra é a contribuição do autor para que o Brasil encontre a linguagem necessária para dizer o mundo novo que habita, superar a alienação intelectual que precede a construção de uma identidade cultural própria, denunciada por Euclides, seu "evangelizador" intelectual.

Gaúchos e Beduínos é a afirmação da busca por uma identidade heterogênea e conciliadora para a região. Há uma essência gaúcha, princípio sobre o qual se assenta a identidade regional, existência autônoma defendida quando o autor responde às críticas, no prefácio à segunda edição: "não pretendíamos, é claro, afirmar categoricamente, que o gaúcho era árabe ou berbere *na sua essência*." (p. XXIII; grifo nosso). Narra-se o desenvolvimento dessa essência – também concebível como *tradição* – a fim de produzir sentidos sobre e para a região, com os quais podemos nos identificar, construindo identidades.

Então emerge um Rio Grande comonexo de fronteiras, ponto de encontro entre diferentes universos culturais, um encontro de histórias. Daqui depreende-se o conceito de fronteira utilizado pelo autor: não apenas como uma linha divisória, senão também como um lugar onde ocorre união e intercâmbio, com uma configuração própria. Ser uma fronteira é ser o ponto de encontro dos centros que até ela irradiam, criando uma mestiçagem que é nossa originalidade e condição de existência.

Com isso, soluciona-se o impasse em torno dos outros-constitutivos e do diagnóstico identitário: o Prata e o Brasil, mas também a Península Ibérica e os desertos árabes. Somos um território semelhante àquele que nos deu origem. Debater se sofremos maior influência de lusitanos ou castelhanos não tem sentido, pois todos somos ibéricos. A influência árabe, sentida no Rio Grande mais do que em qualquer outra parte do país, transmitida por ambos os tipos colonizadores, dá sentido tanto à necessidade de singularização do estado, quanto é fator de integração à nação brasileira. Não há razão em separar o que já era afim desde a origem.

Se as origens culturais aproximavam-nos da Península Ibérica e do Brasil, o espaço unia sul-rio-grandenses e platinos. O que foi o Pampa senão o lugar de um novo caldeamento – mesmo pontilhado pela luta – entre os povos que ainda eram irmãos, no "amálgama comum do bravo sangue indígena"?. Antes de ser demarcado, o pampa acolheu o homem e deu-lhe o modo de vida comum aos indivíduos que vivem do gado em ambientes desérticos. Os mestiços de ibéricos com indígenas redescobriram em seu sangue a ancestralidade beduína e a intimidade com aquele tipo de vida. De certa forma, a identidade criada é também uma maneira de dizer: somos uma região, mas, ao mesmo tempo, sentimos a história de toda humanidade.

E isso também é uma identidade mestiça. O significado de erigi-la dessa maneira é ponto central da obra. O mestiço, não pertence nem se identifica com a sociedade do pai (brancos), ou a da mãe (indígenas ou negros). É um novo elemento constituído pelas duas (ou três, ou quatro) tradições, que precisa encontrar-se. Ao mesmo tempo em que isso é prejudicial, pode ser também a possibilidade de sermos algo novo e original. Um Rio Grande do Sul – e um Brasil – mestiço são formas novas e originais gestadas ao longo do processo histórico.

Configurado, o gaúcho significa outro aspecto, além da síntese mestiça. Colocando-se como um intérprete regional, Manoelito buscou na formação histórica a essência da identidade. Existe uma clara busca pelo *ser*, imutável, atemporal, núcleo dessa identidade. E este *ser* é sedimentado no tipo histórico do gaúcho. O gaúcho é a substancialização da essência.

Vê-lo assim explica um lamento brando, em momentos mais direto e virulento, presente em toda a obra. Naquele presente, a vertigem da modernidade esfacelava tudo o que parecia sólido – principalmente o passado. A modernidade acelerava sua transformação e identificar-se como moderno era pensar cada vez mais no futuro. Sem espaço, o gaúcho do campo era obrigado a mudar-se para as cidades em busca de novas fontes de sobrevivência, na maioria das vezes, não encontrando. Ao desaparecer, desaparece também a essência. Manoelito preocupava-se porque é a essência do Rio Grande do Sul que está perdendo espaço. A mesma sociedade que colhia os benefícios da modernidade apagava os traços ancestrais na marginalização do seu tipo representativo. Apagava seu passado na pressa de futuro.

Ergue-se um apelo pela manutenção de experiências e matérias deixadas para trás pela modernidade, um grito para salvar um Rio Grande que vai morrendo diante de um Rio Grande que vai nascendo. Manoelito, como muitos outros autores do período, percebe-se no esfacelamento do *ser*. Tentar fixar uma essência, uma identidade, é um imperativo, um grito de desespero diante desse processo. O retorno ao passado carrega uma luta para mobilizar os sujeitos envolvidos na expulsão dos elementos que ameaçam a manutenção da essência – para ele, a adoção de uma cultura alheia e o esquecimento das raízes culturais.

Apesar de todas as vicissitudes da história, os elementos fundamentais da tradição gaúcha permaneceriam imutáveis – a essência é atemporal. Aqui aparece o verdadeiro protagonista de sua narrativa: a essência está sintetizada no gaúcho, mas emana, verdadeiramente, da terra. O solo que chamamos de Rio Grande do Sul é o elemento que estará sempre e está em todos aqueles que aqui nasceram. O chão gera vida e diz: identidade. No passado, no presente e no futuro. A terra é o Rio Grande, e o Rio Grande é união de tempos e espaços.

"Manoelito de Ornellas foi um homem telúrico – diz Walter Spalding – sempre, e em tudo, estava presente seu 'ego telúrico'. Onde quer que estivesse, estava o Rio Grande do Sul" (1969, p. 3). Érico Veríssimo: "amava sua terra com uma paixão que às vezes me parecia não só espiritual como também carnal" (ORNELLAS, 1999, p. XXI). Ou o próprio autor: "Sou um homem da terra, mas devo, aqui, parafrasear o gênio de Lorca – 'sem deixar de ser um homem do mundo e irmão de todos os homens'". (ORNELLAS, 1949).

Graça Aranha, a grande inspiração do Modernismo, em *Estética da Vida*, estranhava que o homem brasileiro parecia um desterrado, sem intimidade com a sua terra, passando a impressão de que era um transplantado, nostálgico de suas raízes que estavam em outras paragens. Manoelito entende essa proposta, preenchendo sua produção e atuação intelectuais de pedagogia cívica, buscando transmitir o amor pela terra e a ideia de que a essência do Rio Grande – e do Brasil – repousava na terra. A busca de um país melhor, mais verdadeiro, seria mergulhá-lo na própria essência – como sugeriu Jung.

Nesse discurso o espaço surge como uma dimensão subjetiva, como uma dobra do sujeito. Quando se propõe que o Regionalismo toma aspectos ontológicos para muitos intelectuais do Sul – e de outros quadrantes do país –, significa dizer que para eles o espaço de origem molda a forma que o pensamento e as ideias tomarão. Parte da terra e para ela retorna. "Porque o Pampa é um território sociologicamente indivisível" (ORNELLAS, 1966, p. 131). Um Pampa indivisível – a terra que tudo contém e é provedora – leva Manoelito a criar um pensamento também indivisível, em busca de identidades. Seu pensamento sente o espaço como unificador, e busca justamente os pontos de encontro, os caldeamentos, os diálogos nos outros espaços e dos outros espaços com o Rio Grande: a Península Ibérica, os desertos árabes e o Brasil.

Em última análise, a necessidade sentida por intelectuais e artistas locais de repensar a identidade regional, face às tensões e contradições das representações correntes da identidade nacional, tem ares de perenidade. O "regionalismo" de meados do século XX, à diferença, reflete o anseio pela autonomia da cultura intelectual brasileira, através do aprofundamento em suas partes. Os debates para os quais *Gaúchos e Beduínos* trouxe uma versão são passos na eterna dança da identidade nacional. A melodia segue.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras do autor

ORNELLAS, Manoelito. *Vozes de Ariel*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1939.

_____. *Tradições e símbolos*. 2ª edição. Porto Alegre: [s.n.], 1940.

_____. *Gaúchos e Beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1948. Coleção Documentos Brasileiros, dirigida por Octavio Tarquinio de Souza.

_____. *Tiaraju: o santo e herói das tabas*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1960.

_____. *Máscaras e murais de minha terra*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1966.

_____. *Mormaço*. Porto Alegre: Sulina, 1969.

_____. *Terra xucra*. Porto Alegre: Sulina, 1969b.

_____. *As origens remotas do gaúcho*. Revista comemorativa da Semana Árabe. [S.l.: s.n.], 1974.

_____. *Gaúchos e beduínos: a origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

Bibliografia geral

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007.

_____. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Cortez, 2011.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. *Locus*, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 79-94, 2006.

ARENDDT, João. "Na coxilha cheirosa do teu seio": imaginário e paisagem na poesia de Vargas Neto. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 5, p. 57-72, 2009.

ARMANI, Carlos Henrique. História intelectual e redes contextuais. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 20, n. 37, jul. 2013, p. 137-150.

BAUMER, Franklin. *O pensamento europeu moderno – volume 1, séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Edições 70, 2002.

BITTENCOURT, Gilda. *O conto sul-rio-grandense: tradição e modernidade*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

BRAGA, Maria Alice. *Manoelito de Ornellas: um esboço do escritor*. Dissertação. (Mestrado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1992.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1980.

_____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Tomo I. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981.

_____. *Literatura e subdesenvolvimento*. In: *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989.

CORADINI, Odaci Luiz. As missões da "cultura" e da "política": confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 125-144, 2003,

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

FISCHER, Luís Augusto. A era Érico e depois. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (org.). *República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

FREYRE, Gilberto. *Problemas brasileiros de antropologia*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora/Instituto Nacional do Livro, 1973.

GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

JUNG, Carl Gustav. Alma e Terra. In: *Obras Completas. Vol. 10/3. Civilização em Transição*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

KERN, Maria Lúcia Bastos. Artes visuais: tradição e modernidade. In: GERTZ, René (org.). *História geral do Rio Grande do Sul, v. 4, República – da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, pp.449-482.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LACAPRA, Dominick. *Rethinking intellectual history*. Ithaca: Cornell University, 1983.

LEITE, Ligia Chiappini de Moraes. *Regionalismo e modernismo*. São Paulo: Ática, 1978.

MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MARTINS, Jefferson Teles. *O pensamento histórico e social de Jorge Salis Goulart: uma incursão pelo "campo" intelectual rio-grandense na década de 1920*. Dissertação. (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.

MARTINS, Justino. A História de Manoelito de Ornellas. *Revista do Globo*, Porto Alegre, 30 dez. 1939.

MELLO, Izolina da Rosa. *A prosa poética de Manoelito de Ornellas, o Ariel das letras rio-grandenses*. Dissertação (Mestrado em Linguística e Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1981.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Prosa de ficção: 1870-1920*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1973.

NEDEL, Letícia Borges. Entre a beleza do morto e os excessos dos vivos: folclore e tradicionalismo no Brasil meridional. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, nº 62, 2011, p. 193-215.

_____. A recepção da obra de Gilberto Freyre no Rio Grande do Sul. *Maná*, v. 13, n. 1, 2007, p. 85-118.

_____. Saber-se local: configurações do regionalismo no campo intelectual. In: GERTZ, René (org.). *História geral do Rio Grande do Sul, v. 4, República – da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007b, pp. 399-426.

_____. Entre a beleza do morto e os excessos dos vivos: folclore e tradicionalismo no Brasil meridional. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 62, 2011, p. 193-215.

NEDEL, Letícia Borges; RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. Historiografia, crítica e autocrítica: itinerário da História no Rio Grande do Sul. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 1, p. 161-186, jan./jun. 2005.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das [et al.]. *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras e intertextualidade em *O continente*, de Érico Veríssimo. In: CHIAPPINI, Ligia; MARTINS, Maria Helena; PESAVENTO, Sandra Jatahy [et al.]. *Pampa e cultura: de Fierro a Netto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Instituto Estadual do Livro, 2004.

QUIÑONES, Arcadio Díaz. *Sobre los principios: los intelectuales caribeños y la tradición*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2006.

REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RODRIGUES, Mara. Regionalismo, modernidade e legitimidades intelectuais: Moysés Vellinho e Érico Veríssimo (1930 a 1964). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, out.-dez. 2010, p. 993-1008.

_____. A formação superior em história na UPA/URGS/UFRGS de 1943-1971. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 11, p. 122-139, abril. 2013.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alain François [et al]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RÜSEN, Jörn. Historiografia comparativa e intercultural. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

SAN MARTIN, Juan Zorrilla de. *Tabaré*. Tradução e prefácio de Manoelito de Ornellas. Porto Alegre: Editora Globo, 1948.

SANTOS, Pedro Brum. Literatura regionalista e identidade do gaúcho. In: QUEVEDO, Júlio (org). *Rio Grande do Sul: quatro séculos de história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

SCHÜLER, Donaldo. *A poesia no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SILVA, Jaisson Oliveira da. *A epopeia dos titãs do pampa: historiografia e narrativa épica na História da Grande Revolução*, de Alfredo Varela. Dissertação (Mestrado em História). – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SPALDING, Walter. *Manoelito de Ornellas*. Porto Alegre: [s.n.], 1969, 8 p.

VELLOSO, Mônica. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 89-112.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VÉSCIO, Luís Eugenio. *A Porto Alegre dos anos 30 a partir de 'Os Ratos'*. Bauru: USC, 1995.

VILHENA, Luís Rodolfo. Os intelectuais regionais. Os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50. *Revista brasileira de Ciências Sociais*. V.11, n.32 São Paulo out. 1996.

WHITE, Hayden. *El contenido de la forma*. Narrativa, discurso y representación histórica. Barcelona: Paidós, 1992.

ZILBERMAN, Regina. *Literatura gaúcha: temas e figuras da ficção e da poesia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: LP&M, 1985.

_____. *A literatura no Rio Grande do Sul*. 3. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

_____. *Roteiro de uma literatura singular*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992b.